



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**O Paraguai entre danos/donos neoliberais e os processos de resistências sociais:
um olhar introdutório sobre a luta social da CONAMURI entre 1989 e 2012**

MARINALVA DE LIMA

Foz do Iguaçu
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)**

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (PPGRI)**

**O Paraguai entre danos/donos neoliberais e os processos de resistências sociais:
um olhar introdutório sobre a luta social da CONAMURI entre 1989 e 2012**

MARINALVA DE LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Traspadini

**MEMBROS DA BANCA DE DEFESA:
PAULA DANIELA FERNANDEZ-UNILA
MARISA AMARAL -UFU**

Foz do Iguaçu
2022

Catalogação elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação
Catalogação de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

L732

Lima, Marinalva de.

O Paraguai entre danos/donos neoliberais e os processos de resistências sociais: um olhar introdutório sobre a luta social da CONAMURI entre 1989 e 2012 / Marinalva de Lima. - Foz do Iguaçu, 2022.

146 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Foz do Iguaçu - PR, 2022.

Orientador: Roberta Sperandio Traspadini.

1. Relações internacionais. 2. Dependência. 3. CONAMURI. I. Traspadini, Roberta Sperandio. II. Título.

CDU 338+323.4(893)"1989-2012"

RESUMO

O presente trabalho aborda os processos de resistência contra-hegemônicos no Paraguai de 1989 a 2012 e, mais precisamente, as organizações sociais que ativamente se opõem à atual estrutura dominante no país, correspondente ao capitalismo periférico dependente. O objetivo desta dissertação é compreender os impactos socioeconômicos e ambientais da dinâmica capitalista no desenvolvimento dependente do Paraguai, apontando as relações capital/trabalho no campo e os processos de resistência ali presentes. Nesse sentido, esta pesquisa busca estabelecer um estudo descritivo da história social do Paraguai e, mais especificamente, de um grupo de luta campesina paraguaio chamado *Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas* (CONAMURI), uma organização autônoma de mulheres que age de forma independente do movimento camponês e indígena do Paraguai. A organização promove ações coletivas em prol das classes subalternas no Paraguai. Optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, por meio de uma metodologia de revisão bibliográfica e documental de fonte teórica histórica, a fim de retomar conceitos e teorias, como a Teoria da Dependência, e, assim, retomar a história paraguaia e analisar a natureza, as causas e as consequências desse novo momento do capitalismo/(sub)imperialismo no Paraguai. Também foi utilizada uma entrevista realizada com a dirigente da CONAMURI, visando expor a luta das mulheres campesinas no Paraguai contra o poder hegemônico do imperialismo e a ideologia neoliberal. Nossas conclusões indicaram que o cenário econômico que se estabelece na economia paraguaia no período neoliberal, cuja industrialização é mínima, baseada na exportação de *commodities*, revelam uma economia agrária profundamente dependente, bem como uma situação de extrema desigualdade social, constituindo-se como palco para a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo. A CONAMURI nasce em contraposição a essa situação de dominação, refazendo as tramas comunitárias baseadas em estratégias de sobrevivência que se configuram como exemplos do paradigma dos comuns.

Palavras-chave: Relações internacionais, dependência, CONAMURI, Comuns, mulheres.

RESUMEN

El presente trabajo aborda los procesos de resistencia contrahegemónica en Paraguay desde 1989 hasta 2012 y, más precisamente, las organizaciones sociales que se oponen activamente a la actual estructura dominante en el país, correspondiente al capitalismo periférico dependiente. El objetivo de esta disertación es comprender los impactos socioeconómicos y ambientales de la dinámica capitalista en el desarrollo dependiente del Paraguay, señalando las relaciones capital/trabajo en el campo y los procesos de resistencia allí presentes. En este sentido, esta investigación busca establecer un estudio descriptivo de la historia social de Paraguay y, más específicamente, de un grupo de lucha campesina paraguaya denominado Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI), una organización autónoma de mujeres que actúa en forma independiente del movimiento campesino e indígena en Paraguay. La organización promueve acciones colectivas a favor de las clases subalternas en Paraguay. Se decidió realizar una investigación cualitativa, a través de una metodología de revisión bibliográfica y documental de fuente teórico histórica, con el fin de retomar conceptos y teorías, como la Teoría de la Dependencia, y, así, retomar la historia paraguaya y analizar la naturaleza, las causas y consecuencias de este nuevo momento del capitalismo/(sub)imperialismo en Paraguay. También se utilizó una entrevista a la líder de CONAMURI, con el objetivo de exponer la lucha de las mujeres campesinas en Paraguay contra el poder hegemónico del imperialismo y la ideología neoliberal. Nuestras conclusiones indicaron que el escenario económico establecido en la economía paraguaya en el período neoliberal, cuya industrialización es mínima, basada en la exportación de commodities, revela una economía agraria profundamente dependiente, así como una situación de extrema desigualdad social, constituyéndose en escenario de superexplotación de la fuerza de trabajo y subimperialismo. CONAMURI nace en oposición a esta situación de dominación, rehaciendo tramas comunitarias a partir de estrategias de supervivencia que se configuran como ejemplos del paradigma de los comunes.

Palabras clave: Relaciones internacionales, dependencia, CONAMURI, común, mujeres.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS CONCEITOS	20
2.2 ABORDAGENS GERAIS DO CAPÍTULO	23
2.3 IMPERIALISMO	23
2.4 AMÉRICA LATINA E OS PROCESSOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS CONSERVADORES DO SÉCULO XX (1960-1980): UM IMPULSO PARA UMA NOVA FASE IMPERIALISTA	33
2.5 A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NO PLANO INTERNACIONAL	38
2.6 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E SUA ATUALIDADE	42
2.6.1 Subimperialismo	50
3 O PARAGUAI: HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE	56
3.1 PARAGUAI INDEPENDENTE	58
3.1.1 A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI	63
3.1.2 OS IMPACTOS SOCIOPOLÍTICOS PÓS-GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NO PARAGUAI CONTEMPORÂNEO	69
3.2 OFENSIVA POR TERRAS E OS CONSEQUENTES CONFLITOS	72
3.2.1 Conflito que derrubou um presidente: o caso de Curuguaty	76
3.2.2 Expansão da produção de <i>commodities</i> no Paraguai	79
3.2.3 Processo de migração de brasileiros: benefícios e prejuízos ao Paraguai	82
3.2.4 Itaipu: uma nova ofensiva	86
4 O CAMPESINATO E A CONAMURI NO PARAGUAI: LUTA NO CAMPO, MULHERES EM LUTA	90
4.1 AS CLASSES SUBALTERNIZADAS E SUAS LUTAS CONTRA A HEGEMONIA	91
4.2 O CAMPESINATO NO PARAGUAI	94
4.2.1 Mulheres liderando e transformando o caminho	97
4.3 CONAMURI: SURGIMENTO, OBJETIVO E PERCURSO DE LUTAS	100
4.3.1 Percursos de lutas	102
4.3.2 Eixos de lutas: a que elas resistem?	108

4.3.3 Práticas cotidianas.....	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	118
APÊNDICE.....	132

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de deixar registrado meus sinceros agradecimentos a algumas mulheres que admiro e me inspiram a ser uma pessoa melhor todos os dias, bem como uma pesquisadora com práxis e competência.

Começo agradecendo a minha mãe, meu exemplo de mulher forte e honesta, que sempre esteve ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória de vida.

As minhas irmãs, Carla e Ester, por serem referências de empenho e dedicação em tudo que fazem e por me ensinarem desde cedo que a nossa mudança de realidade só viria por meio da educação.

À professora Dra. Roberta Sperandio Traspadini, minha orientadora, por todas as sugestões para este trabalho, pelos diálogos e aprendizado. Sou uma admiradora do seu trabalho, especialmente na defesa da universidade pública e de qualidade.

Às professoras Paula e Marisa Amaral pelas importantes contribuições tanto na qualificação, quanto na defesa desta dissertação.

Um agradecimento especial a Coordenadora de Mujeres Rurales e Indígenas (CONAMURI) por acolherem a minha pesquisa e em particular à dirigente da organização Perla Alvarez por todas as informações disponibilizadas e pela entrevista concedida que me ensinou tanto a respeito da luta da mulheres paraguaias, sobre o Paraguai em si e acima de tudo sobre a vida.

À UNILA, Universidade pública gratuita e de qualidade que nos oportuniza respirar América Latina. Nada paga esta experiência única de aprendizado e amadurecimento: que cada vez mais seja ocupada pela classe trabalhadora e pelos menos favorecidos deste continente.

E por fim, meu imenso agradecimento ao meu companheiro de vida, de sonhos e de luta Judson Diniz que me oportunizou conhecer o Paraguai de fato, nunca medindo esforços para me acompanhar durante as viagens a fim de compreender a realidade daquele país e por toda a compreensão e paciência constante demonstrada durante todo o período de realização deste projeto.

1 INTRODUÇÃO

No decurso de sua história, a América Latina foi palco de inúmeras lutas entre setores sociais, desde sua colonização até os dias atuais. Desde as guerras de independência até a atualidade, destacam-se os embates sociais que se desdobraram em meio à constituição dos Estados nacionais no continente.

Além da centralidade do poder hegemônico, os Estados-nações conservaram, a contar de sua constituição ao longo do século XIX, a ideologia mercantil, cujos pressupostos consistem no aperfeiçoamento das indústrias, no fomento do comércio exterior e no protecionismo da riqueza nacional. Ou seja, na ideia de progresso e modernidade ancorada na lógica de produção e reprodução do capital. Desdobrou-se, então, um modelo de desenvolvimento desigual e combinado no plano nacional-internacional. Posteriormente, a partir da década de 1970 do século XX, as estratégias de desenvolvimento neoliberal — empregadas tanto em países do Norte quanto do Sul global — foram adotadas pelas economias centrais sobre os territórios periféricos como nova expressão de controle sobre as riquezas naturais e o trabalho destes países. Sob a hegemonia do Norte frente ao Sul, os países centrais conformaram uma série de medidas políticas e econômicas para a periferia¹, que buscaram redefinir as noções políticas relativas às questões de protecionismo e de todo tipo de intervencionismo do Estado na esfera das políticas públicas, bem como da dimensão nacional frente aos interesses do grande capital transnacional.

Cabe lembrar as principais referências do liberalismo, originado na Europa há cerca de quatro séculos, para estabelecermos o neoliberalismo como a faceta mais intensa das relações internacionais na atualidade. Na esfera política, a perspectiva liberal de John Locke (1633-

¹ Em termos bem simplificados, os termos Norte e Sul global remetem à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia). A divisão geográfica estabelecida pela linha do Equador remete antes à outra divisão, a separação ideológica existente no cenário do desenvolvimento a partir do século XX. Já o modelo centro-periferia origina-se das teses desenvolvidas, de forma quase simultânea, mas independente, no início dos anos 1950, por Raúl Prebisch e Hans Singer. Prebisch, particularmente, essa linha teórica divide a economia mundial em dois blocos de países: o “centro”, formado pelos países desenvolvidos, que concentram as inovações e detêm a posição de quase monopólio do progresso técnico global; e a “periferia”, formada pelos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que procuram imitar e absorver o progresso técnico emanado dos países centrais. Nesse sentido salienta-se que os vocábulos usados para designar as diversas categorias de países podem refletir divergências teóricas e políticas em matéria de análise e estratégia. Este tema é tratado por Carlos Eduardo Martins (211) no livro *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, no capítulo Dependência e desenvolvimento no moderno sistema mundial. p.213-274. Em tempo, salientamos que utilizamos as seguintes expressões como sinônimas: países do Sul, periferia, países empobrecidos, países em desenvolvimento. Estes termos são geralmente usados em oposição a países do Norte, Centro, considerados como sinônimos entre si.

1704)² defendia o direito à liberdade individual, propriedade privada e liberdade de expressão. Na esfera econômica, por sua vez, o pensamento teórico de Adam Smith (1723-1790), emblemático defensor do *laissez-faire*, advogava pela divisão do trabalho-especialização técnica, a livre concorrência e a competitividade industrial. O liberalismo, portanto, explicitava a força do mercado, da concorrência internacional e culminou na redefinição das regras políticas mundiais acordadas, agora, com vistas aos desdobramentos pensados pelo capital concorrencial.

Em contrapartida, ao longo dos séculos XX e XXI, os avanços teóricos do marxismo iriam enfrentar a onipotência dos desdobramentos da lógica do capital. Isso ocorreu no âmbito da constituição da acumulação via produção de valor, assim como na fase liberal e também no estágio contemporâneo do neoliberalismo, correspondente à intensificação da exploração em geral e da superexploração em particular, na América Latina. O neoliberalismo, por sua vez, é definido como um sistema econômico representado por um conjunto de políticas, práticas e instituições hegemônicas lideradas pelo Estado contra os trabalhadores e os pobres, em nome da burguesia em geral ou das finanças em particular; e como uma estrutura material de reprodução econômica, social e política, implicando que o neoliberalismo é o modo de existência do capitalismo contemporâneo. (SAAD FILHO, 2015).

De início, faz-se necessário pontuar que, ao longo do texto, muitas vezes serão abordados os processos de globalização e neoliberalismo, temas de múltiplas avaliações no pensamento social, mas que aqui serão entendidos como processos associados. Partindo dessa premissa, a globalização nos moldes atuais, que tem sua origem em 1989, é marcada, segundo Santos (2002), por três facetas: o multipolarismo das relações políticas e econômicas internacionais; o domínio do capitalismo financeiro, e a consolidação do poder econômico e militar dos Estados Unidos. Ademais, a globalização contemporânea produz também o enfraquecimento dos poderes dos Estados (SANTOS, 2002).

A fim de evidenciar como se revelará o neoliberalismo nos países dependentes³, será utilizado como instrumental analítico a interpretação construída por Martins (2013) sobre o

² As formulações de John Locke representam um marco no pensamento político. Suas ideias serviram de base para as revoluções burguesas contra o absolutismo e mais tarde inspiraram a doutrina liberal, sobretudo em suas formulações sobre o Estado. Em seus escritos políticos, é possível localizar registros importantes para traçarmos a gênese do conceito.

³ Termo dependente faz referência a corrente teórica denominada de Teoria da Dependência que busca entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras. A respeito das teorias da dependência, o tema será abordado de forma mais aprofundada no item 2, que trata da fundamentação teórica, com foco na análise no diz respeito à corrente marxista, cujo seu principal expoente é o autor Ruy Mauro Marini.

tema que entendo o neoliberalismo como retomada do territorialismo espanhol e do liberalismo britânico, mas com uma diferença substancial, a saber:

O neoliberalismo direciona o territorialismo para o interior do sistema mundial e coloca em questão os princípios básicos do sistema interestatal. Ele é necessário para que o grande capital impondo a ideologia da competição aos quatro cantos do mundo e se aproprie dos excedentes produzidos pelos países com menor capacidade competitiva. Mas é preciso mais que isso. É necessário impedir que as soberanias nacionais e regionais estabeleçam outros padrões de desenvolvimento e dificultem o controle dos recursos naturais estratégicos que são desigualmente distribuídos (MARTINS, 2013, p. 350).

Essa estrutura neoliberal produziu profundas alterações nas economias e sociedades mundiais, determinando também alterações geopolíticas, culturais, uma reorientação ideológica⁴ e, também, uma aprofundada divisão internacional do trabalho, em que as classes populares (urbanas e rurais) ficaram cada vez mais desprotegidas e suscetíveis aos interesses do setor empresarial. Nas universidades, os intelectuais marxistas estimularam, a partir da segunda metade do século XX, como resposta a esse cenário, o surgimento e manutenção de movimentos sociais, como os movimentos camponeses, muitas vezes apoiados por organizações não-governamentais (ONGs).

No início dos anos 1960, diversos países periféricos latino-americanos, incluindo o Brasil, sofreram com governos militares que trataram de impor uma base geopolítica-militar (político-estratégica oligárquica e antimarxista) que buscava controlar e limitar os movimentos sociais populares e os partidos políticos de base comunista por meio de uma ideologia que visava a homogeneização cultural e a submissão das massas a conceitos imaginários como nação e religião (ANDERSON, 2013). O aparato político militar dos Estados Unidos sobre a América Latina, desencadeado desde o século XIX com a Doutrina Monroe (“América para os americanos”), consolidou, ao longo do seu desenvolvimento, um território sitiado sob seu domínio. A América Latina, sob controle hegemônico militar, foi dominada, primeiramente, pela Europa, e depois pela economia dos Estados Unidos, ao norte do continente, , por meio de práticas ideológicas positivistas como “ordem” e “progresso”, bem como a defesa dos ideais antimarxistas. No Brasil, por exemplo, ao longo do período militar (1964-1984) a questão agrária⁵ sofreu com a violenta situação despótica da ditadura (TRASPADINI, 2016).

⁴ Para além das intervenções no âmbito econômico, político e social, o neoliberalismo impôs a forma de mercado em todos os âmbitos da vida. No plano da subjetividade, para Prado (2019), baseado na obra *El ser neoliberal* de Pierre Dardot e Christian Laval (2018), o neoliberalismo não é concebido como mera ideologia ou mera fonte de políticas econômicas, mas como práticas históricas que modificam a sociedade e os próprios seres humanos de acordo com as necessidades do sistema econômico, constituindo, assim, um novo sujeito com uma nova racionalidade capitalista caracterizada pelo homem empresário de si mesmo e apoiada sobre uma subjetividade apropriada para reproduzir o aprofundamento do individualismo e a decomposição dos laços sociais.

⁵ Por questão agrária entendem-se os obstáculos econômicos, sociais, políticos e culturais que uma dada estrutura

Longe de ser uma situação específica do Brasil, a Argentina e o Paraguai também sofreram com a violência sanguinária das ditaduras. O período de Alfredo Strossner (1954-1989) no Paraguai e a Aliança Anticomunista Argentina, constituída para a deposição de Isabelita Perón em 1975 (ALTMAN, 2021) são exemplos da dominação de poder despótico nesses países.

Tendo como base a história recente da América Latina, demarcada a partir da intensificação das mazelas sociais, políticas e culturais consequentes das políticas neoliberais — cujo fundamento raiz é econômico — implementadas dos anos 1970 em diante, o presente trabalho tem como intenção principal expor o papel das organizações sociais do Paraguai de resistência ao desenvolvimento desigual. Assim, optou-se como objeto de pesquisa desta dissertação o estudo e aprendizagem sobre a experiência de práxis da organização paraguaia CONAMURI — *Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas* — que se materializa como oposição à ordem desigual estabelecida pelo desenvolvimento capitalista dependente da América Latina.

A justificativa da relevância desta pesquisa perpassa por diversos motivos, sendo um deles atrelado a motivações pessoais referentes a um interesse mais geral pelo estudo das Relações Internacionais. Embora, inicialmente, a ideia fosse investigar e dissertar sobre o cooperativismo, devido à minha experiência profissional na Prefeitura de Foz do Iguaçu, onde conduzia procedimentos administrativos para aquisição de alimentos financiado pelo Programa de Aquisição de Alimentos — PAA, *a posteriori*, o objeto de pesquisa foi substituído pela análise dos movimentos de resistência, principalmente aqueles que fossem criados, controlados e/ou administrados por mulheres. Por meio de encontros com o grupo de pesquisa *Saberes em Movimento: a luta por terra e trabalho na América Latina*, do qual fiz parte, conheci a história da CONAMURI e, de comum acordo com minha orientadora, também coordenadora do grupo, decidimos que o novo objeto de minha pesquisa seria relacionado a esse grupo de mulheres paraguaias de luta por terra⁶.

agrária opõe ao desenvolvimento das relações necessárias para a constituição de uma sociedade nacional capaz de autodeterminar o seu desenvolvimento (NASCIMENTO *et al*, 2017, p. 221).

⁶ Ressalto que o processo de construção deste trabalho passou por muitas modificações até chegar a ideia final, aqui apresentada. Dentre tantas mudanças, destaco a ocorrida entre a proposta apresentada para a banca de qualificação e a atual. Naquele primeiro momento, objetivava-se indagar se a Conamuri seria apenas um encaixe dentro da ordem desigual, engendrada nos marcos do desenvolvimento dependente da América Latina, ou se teria algo mais a nos dizer nos processos de reconstrução societária. Conquanto, a partir das sugestões da banca de qualificação e a apropriação de leituras posteriores, optou-se por buscar entender, diante de todas as contradições que se consolidaram a partir do capitalismo dependente que se estabelece no Paraguai e na América Latina, o processo em que a CONAMURI nasce, como contraposição a essa situação de dominação, refazendo as tramas comunitárias baseadas em estratégias de sobrevivência que se configuram como exemplos do paradigma dos comuns.

Nesse sentido, optamos por recortar nosso objeto de estudo, qual seja, movimentos sociais de resistências e, dentre esses movimentos, selecionamos CONAMURI escolha essa justificada pela relevância de sua atuação política e por se constituir como uma organização oposição ao modelo econômico neoliberal.

Em um primeiro momento, analisamos as organizações detentoras de um caráter reivindicativo. Para a análise, baseamo-nos na pesquisa realizada por Mora (2006) sobre os tipos de organizações campesinas, em que ele classifica esses movimentos em duas categorias: uma denominada como organização política e outra como organização econômica ou gremial. A primeira categoria representa organizações que respondem mais a uma questão de classe, pois buscam modificar o modelo de desenvolvimento vigente, seja pelo acesso à terra, pela apropriação dos recursos, pela política de créditos ou por políticas de desenvolvimento agrário e nacional. A segunda categoria engloba organizações cujo único objetivo é melhorar o ingresso econômico dos seus membros. Tem um âmbito de ação muito pontual e não consegue coordenar ações a nível nacional, departamental, ou sequer distrital.

Decorrente do estudo de organizações campesinas realizado por Mora (2006), ele classifica as organizações de maior protagonismo no Paraguai nas duas categorias mencionadas, elencando como de caráter político as seguintes: a *Federación Nacional Campesina* (FNC), a *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), a *Organización Nacional Campesina* (ONAC) e, com protagonismo mais regional ou local, o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), a *Asociación Campesina para el Desarrollo Integral* (ACADEI), a *Asociación de Agricultores de Alto Paraná* (ASAGRAPA), a *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT), a *Organización Campesina del Este* (OCDE), a *Asociación Independiente de Productores Agrícolas de Itapúa* (ASIPAI) e a *Organización Campesina de San Pedro Norte*, entre outras (MORA, 2006).

Da análise dos dados expostos, concluímos que a CONAMURI caracteriza-se como uma organização política, já que, antes da concretização de um espaço próprio de lutas, atuava junto a uma organização mista (homens/mulheres) denominada *Coordinación de Mujeres Campesinas* (CMC), que faz parte do *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP).

Tendo em vista que o atual modelo econômico gerador de desigualdade transbordou o Estado-nação, e o quantitativo de organizações campesinas políticas no Paraguai é extenso, não havendo um mapeamento de todas as organizações existentes com informações suficientes sobre elas, em um segundo momento da pesquisa optamos por priorizar as organizações com maior protagonismo no Paraguai. Também optamos por organizações com atuações que

transcendessem o nível local, mantendo relações com o campesinato mundial ou com redes de ação coletiva e laços de solidariedade estabelecendo uma ajuda mútua, por meio da Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo, da Via Campesina ou do Fórum Social Mundial. Nesse contexto de integração entre os movimentos, preferimos não utilizar dados de instituições internacionais como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Reunião Especializada para Agricultura Familiar (REAF), fórum do Mercosul. Essa escolha levou em consideração as convicções políticas de atores importantes do movimento camponês paraguaio, como a Federação Nacional Camponesa (FNC) e a Mesa Coordenadora Nacional de Organizações Camponesas (MCNOC), que avaliam que os fóruns do Mercosul, em geral, não constituem ambientes adequados para levar suas demandas, além de não contribuírem para o processo de integração (BULLOW; CARVALHO, 2012).

Ao depararmos-nos com tantos atores que se engajam em tão intensas lutas para defender o “bem comum”, decidimos utilizar os dados disponibilizados pela Via Campesina, já que, segundo Fernandes (2000), ela tornou-se a principal interlocutora dos movimentos camponeses nas negociações de políticas em escalas internacional e nacional. Ademais, constitui-se como um movimento que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Atualmente, das 181 organizações/membros espalhadas por 81 países, 74 estão localizadas na América Latina. Dessas 74, 6 organizações são paraguaias. Segue abaixo uma relação e breve descrição dessas organizações:

Quadro 1 - Organizações paraguaias estruturadas por tipo e eixos de luta

n.	Organização	Tipo	Eixos de luta
1	CONAMURI Coordenadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas	Unitária	Reforma agrária; soberania alimentar e Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais; Mulheres com direitos iguais e livres de violência; Fortalecimento organizacional.
2	FNC Federación Nacional Campesina	Junção de várias de organizações campesinas	Reforma agrária; soberania alimentar e Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

3	MCNOC Mesa Coordinadora de Organizaciones Campesinas	Junção de várias de organizações campesinas	Reforma Agrária Integral, criando condições para a participação ativa em toda a vida organizacional, para uma sociedade mais justa, o acesso equitativo de homens e mulheres aos recursos, a adaptação das ecossistema de acordo com sua capacidade, a busca pela segurança e soberania alimentar
4	MCP Movimiento Campesino Paraguayo	Agremiação de organizações campesinas	Compromisso de lutar pela conquista dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores rurais e urbanos, homens e mulheres, de todas as idades.
5	OLT Organización de Lucha por la Tierra	Agremiação de organizações campesinas	Reforma Agrária Integral; organização do campesinato em seus diversos setores; lutar pela democratização da terra; capacitação de seus associados em questões sociais, políticas, econômicas, culturais, produtivas e ambientais, organização de assentamentos e produção orgânica como forma de garantir a conquista da terra e um modelo alternativo de produção; participação efetiva das mulheres camponesas
6	ONAI Organizacion Nacional de Aborígenes e Indígenas de Paraguay	Unitária	Promover e representar os interesses dos povos indígenas e lutar pela melhoria de sua qualidade de vida, promover o desenvolvimento cultural e organizacional em todas as suas formas e fortalecer os laços de solidariedade entre os povos indígenas; promover a incidência dos povos indígenas na definição e implementação de políticas públicas voltadas para o setor indígena

Fonte: elaborada pela autora.

Todas as organizações apresentadas constituem-se como movimentos de reação contra as injustiças perpetradas por agentes que impulsionam o desenvolvimento capitalista. São caracterizadas, também, pela promoção de ressignificações constantes de suas estratégias de resistência contra as necropolíticas⁷ neoliberais de modernização do mundo e da vida, impulsionando novas formas de transformação social na América Latina e sempre guiadas pelos valores de cooperação e ajuda mútua entre as pessoas.

⁷ Este termo é parte da obra do filósofo, teórico político, historiador e intelectual camaronês Achille Mbembe. De modo sucinto, para Mbembe (2016), o conceito de necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” torna-se aceitável. Mas não é aceitável para todos os corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante, devido ao parâmetro definidor primordial da raça. Mbembe explica que, com esse termo, sua proposta era demonstrar as várias formas pelas quais, no mundo contemporâneo, existem estruturas com o objetivo de provocar a destruição de certos grupos.

Sem embargo, a escolha da CONAMURI é emblemática, sobretudo, porque se trata de uma organização constituída por mulheres, que nasce no interior de um país fortemente estruturado sobre pilares da desigualdade patriarcal. De modo mais amplo, é historicamente evidente que as mulheres foram duplamente oprimidas e exploradas por meio do acúmulo de seu trabalho (na vasta maioria das vezes não remunerado) (FEDERICI, 2020).

No Paraguai, de fato, a expansão do neoliberalismo na economia nacional devastou a sociedade camponesa; as multinacionais hoje controlam não apenas o fornecimento quase completo de insumos para produção, mas também as principais redes de comércio internacional para os itens da exportação (VILADESAU, 2005). Mesmo sendo considerado o país com a maior fragilidade institucional do Cone Sul por possuir uma exígua experiência democrática, segundo Rolon (2021), foi a partir dos processos de democratização do país, em 1989, que se ampliaram as organizações de cunho reivindicativo. Na atualidade, segundo dados do *Ministerio de Agricultura y Ganadería* (MAG), há mais de 40 mil campesinos organizados em mais de 650 organizações, sejam elas de caráter nacional, regional ou local (MAG, 2020).

O exercício de reflexão crítica aqui proposto pretende, inspirado no livro *O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história*, de Virgínia Fontes (2010), mergulhar no processo sócio-histórico para compreender as inúmeras determinações que compõem a realidade, evidenciando asperezas e contradições, e não ocultando-as. Baseia-se, portanto, na concepção de que a vida social é composta por seres anônimos que encontram um mundo organizado de uma dada maneira, que nos parece natural. Nele, nos tornamos o que somos, ora satisfeitos, ora enraivecidos com a nossa sorte. Da tomada de consciência de que a vida social é histórica e que, por isso, o que está dado pode ser modificado, surgem as lutas emancipatórias, constituídas por seres concretos (de carne e osso) que, pela ação, produzem suas próprias existências, protagonizando alternativas sociais que se distanciam da forma atual — injusta — de existência social.

Mais do que entender o que é um movimento social, o cerne da pesquisa é entender como os movimentos sociais atuam concretamente na contraditória realidade estruturada sob o poder do capital. Diante disso, ao revelar a práxis dos movimentos sociais que serão estudados, será dado destaque para o trabalho de resistência e luta das mulheres camponesas⁸. Elas não se limitam a um embate político — o que elas buscam é sua sobrevivência cotidiana. Dessa forma,

⁸ De acordo com Valdez (2021), o camponês — ou campesino — é um produtor independente, que exerce controle relativo da terra e dos instrumentos de trabalho. Ele trabalha para si próprio, explora a própria força de trabalho para cobrir as necessidades de sustento e comercializar o excedente — práticas que o autor define como modo de produção campesino (VALDEZ, 2021).

escutar e registrar a memória e a história de algumas dirigentes, bem como o estudo dos materiais disponibilizados pela dirigente Perla Alvarez, como informativo sobre as atividades da organização, publicações como *Nuestro Camino*, *folhetos*, desta organização apresentam-se como fontes primárias desta pesquisa.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os impactos socioeconômicos e ambientais da dinâmica capitalista no desenvolvimento dependente do Paraguai, apontando as relações capital/trabalho no campo e os processos de resistência ali presentes no período de 1989 a 2012. Essa temporalidade foi determinada levando em consideração a criação da CONAMURI em 15 de outubro de 1999 — data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher Rural —, ocasião em que mais de 300 camponesas (indígenas e mestiças) se reuniram em Assunção, capital paraguaia, decidindo pela união dessa classe social subalterna com o propósito de lutar contra o poder hegemônico e de reivindicar o reconhecimento de suas necessidades e direitos. O ano de 1989, por sua vez, demarca muitos fatos históricos que impactarão as realidades nacionais, tais como: 1) o Consenso de Washington⁹; 2) a destruição do muro de Berlim; 3) as primeiras eleições diretas após 20 anos de ditadura no Brasil¹⁰, entre outros.

O cenário paraguaio dos anos 1980 aos 1990 foi permeado por uma série de conflitos que geraram despejos, violências contra camponeses que ficaram feridos e mortos, criminalização das vítimas e repressão às manifestações dos movimentos sociais. Foi nesse ambiente que nasceu a CONAMURI. A organização foi criada com o intuito de construir uma oposição ao modelo de produção do agronegócio no país que lutasse pela soberania alimentar,

⁹ Os 10 pontos do chamado Consenso de Washington foram: Abertura comercial e fim das barreiras protecionistas no comércio internacional; 2) Desestatização e controle produtivo (inter)nacional das principais empresas públicas estatais, via investimento direto estrangeiro nos países periféricos; 3) Desregulamentação financeira para a livre mobilidade dos capitais em suas formas funcionais, produtiva-comercial- bancária; 3) Flexibilização das relações de trabalho, com quebra de direitos e instauração de contratos, com o objetivo de melhorar a relação lucro-salário e retomar a elevação das taxas de lucro estimuladoras da inversão do capital produtivo; 5) Disciplina fiscal na tomada de empréstimo, com ajustes austeros no câmbio comercial; 6) Prioridade nos gastos públicos em subsídios à reestruturação da infra-estrutura logística e da educação e saúde básicas, sem a preferência voltada para o requisito técnico-científico; 7) Reforma tributária com maior incidência de impostos sobre a renda e o consumo e menor incidência sobre a produção e os empréstimos; 8) Livre determinação da taxa de juros pelo mercado, com a não intervenção dos bancos centrais na economia; 9) Incentivo ao investimento direto estrangeiro na produção interna das economias em relação comercial e; 10) Reforço do direito à propriedade, como mecanismo “democrático” de participação política em sociedades que violam o direito de índios, camponeses, povos originários (TRASPADINI; MANDARINO, 2013).

¹⁰ Em alguns momentos do texto, será dada certa evidência ao cenário político brasileiro, já que a intervenção brasileira sempre foi decisiva na história paraguaia (como veremos nos itens 2 e 3 deste trabalho). Hoje em dia, os negócios brasileiros são centrais, pois estão alocados em todos os setores daquela nação como a produção agropecuária, setores financeiros e comerciais e maquiladoras. Tanto que, a natureza dessa relação foi recentemente explicitada na declaração do atual ministro da Economia, Paulo Guedes. Em evento no Ceará na sexta-feira, 18 de março de 2022, ele disse que o país vizinho (Paraguai) “virou o Estado brasileiro mais rico”. A frase, confirmada pela assessoria de imprensa do ministério, causou atrito diplomático (PARAGUAI, 2022).

visando, sobretudo, a participação das mulheres nesse processo (PEREIRA, 2016). De acordo com a própria CONAMURI (2021), a organização aspira à inserção das mulheres no cenário político¹¹ e tem como principais eixos de ação a soberania alimentar; os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais; a igualdade de direitos das mulheres; e a garantia de uma vida livre de violência¹². Atualmente, o movimento está territorializado em 12 departamentos do Paraguai e desde seu nascimento realiza várias atividades, manifestos e feiras agroecológicas em prol da soberania alimentar do povo paraguaio. A organização é formada por mulheres da classe trabalhadora do campo, organizadas em comitês de produção e em pequenas associações. Além disso, tem como pauta resgatar práticas produtivas ancestrais; preservar sementes crioulas¹³ e combater o uso de sementes transgênicas e produtos agroquímicos; e lutar contra as transnacionais que impõem o regime alimentar corporativo no país — sobretudo a Monsanto (CONAMURI, 2021).

Por fim, revelam-se como objetivos específicos desta pesquisa: (i) descrever os impactos socioeconômicos da dinâmica capitalista, nos marcos do imperialismo e do neoliberalismo, que condicionam os processos de inserção da América Latina via divisão internacional do trabalho no contexto paraguaio de 1989 a 2012; (ii) examinar os processos de resistência frente às políticas neoliberais que acirraram as lutas de classes, representadas de um lado por uma classe trabalhadora campesina e do outro pela hegemonia do capital nas regiões rurais do Paraguai entre 1989 e 2012; e, por fim, (iii) analisar o caso da CONAMURI como movimento de resistência frente à hegemonia neoliberal as experiências de luta que reforçam uma possível saída emancipatória que protagoniza o movimento pela defesa e construção dos “comuns”.

¹¹ De acordo com dados da Barbosa e Silva (2021), o Paraguai está entre os quatro países da América Latina e Caribe com menor representação feminina em cargos políticos.

¹² O Paraguai foi qualificado pelo *Centro de Documentación y Estudios* (CDE) (2020) como um dos piores países para ser mulher na América Latina. De acordo com dados do CDE (2020), os homens dedicam apenas sete horas semanais ao trabalho de cuidado, ao passo que as mulheres dedicam 12. As mulheres trabalham 18 horas na semana em tarefas domésticas; os homens, cinco. De cada 10 mulheres, sete trabalham de maneira informal e precarizada. Somente 35% dos cargos diretivos de tomada de decisão são ocupados por mulheres (CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ESTUDIOS, 2020).

¹³ A fim de esclarecer esse termo, tal qual coloca Gilberto Schneider (2020), membro do Coletivo Internacional da Via Campesina Agroecologia, em uma entrevista concedida ao Brasil de fato (2020), as sementes Crioulas são todas as possibilidades que você tem de multiplicação de qualquer vegetal seja por meio de grãos, de uma rama, folha, flor, fruto, da própria raiz, do caule [...] Ainda segundo o entrevistado, essas sementes sofreram um forte impacto com o modelo de agricultura da revolução verde, entre as décadas de 1960 e 1970, que foi um modelo de substituição basicamente das sementes que eram produzidas, conservadas, melhoradas, multiplicadas pelos agricultores pelas sementes híbridas, depois pelas sementes geneticamente modificadas conhecidas como transgênicos, que são produzidas pela ciência ou empresas privadas. Nesse processo de substituição das sementes veio todo um pacote tecnológico com insumos: fertilizantes sintéticos, pesticidas, agrotóxicos que tão mal fazem para a nossa saúde.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A proposta metodológica inicial para este trabalho consistia em uma pesquisa de campo, por meio de uma coleta de dados realizada em contato direto com pessoas (informantes), utilizando distintos tipos de recursos. Contudo, devido às dificuldades sanitárias que sobrevieram para realizar as entrevistas com os principais dirigentes de cada sede, com membros da base e de realizar coletas de dados *in loco*, em razão da pandemia de COVID-19, que restringiu a circulação da população mundial, optou-se por adotar uma metodologia de revisão bibliográfica e documental de fonte histórica. Não obstante, observo que para a realização deste trabalho foram reaproveitados dados obtidos via entrevista não-estruturada realizada com a dirigente da CONAMURI, Perla Alvarez, para um artigo intitulado de “*A articulação entre organizações de mulheres campesinas via órgãos supranacionais: um estudo de caso Conamuri e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)*” publicado nos anais do I Colóquio Internacional sobre Sociedade, Espaço e Política, realizado *online* pela Universidade Federal de Pernambuco — UFPE, em colaboração com a pesquisadora Lúcia Maria Freitas Silveira.

As fontes documentais primárias foram extraídas da internet — leis, projetos de Lei, decretos, pareceres e relatórios de comissões e órgãos vinculados ao governo paraguaio, notícias e publicações disponíveis nas páginas eletrônicas oficiais dos organismos públicos. Foram consideradas fontes primárias todas as publicações de órgãos do governo paraguaio, bem como as publicações providas de organizações internacionais cujo teor se refere a assuntos de sua competência. Além disso, também foram incluídas como fontes primárias consultas a relatórios arquivados; documentos internos da CONAMURI (atas, relatórios, registros, organogramas); publicações e documentos de redes organizativas de movimentos de resistências como IALA Guarani, CLOC Vía Campesina e Vía Campesina Paraguai.

Como fontes secundárias, foram utilizados artigos e livros que tratam das condições gerais das nações da América Latina, sob o escopo do capitalismo periférico e dependente, bem como obras que buscam explicar como a condição periférica do Paraguai é forjada no contexto internacional. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica do aporte teórico a respeito das temáticas que tratam dos processos políticos e econômicos da América Latina, da inserção da região no sistema internacional, bem como temáticas ligadas ao imperialismo, ao neoliberalismo, à teoria marxista da dependência e à teoria do subimperialismo.

Posteriormente, foi efetuado um levantamento de dados acerca de diversos elementos que nos permitem compreender e analisar a realidade paraguaia, tais como densidade populacional, produção agropecuária e taxas de pobreza, utilizando como fontes principais os dados estatísticos oficiais do governo paraguaio, disponíveis no site do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), e dados de fontes externas, como ONGs (destaca-se a Oxfam) e organismos internacionais.

A revisão de literatura teve como base dissertações e teses com referências às lutas populares no Paraguai, à fração de classe representada pelo campesinato e à própria CONAMURI, visando, assim, expor a luta feminina campesina paraguaia contra o poder hegemônico e a ideologia neoliberal, que elevou a opressão patriarcal. Outra ferramenta metodológica utilizada foi o resgate de aspectos históricos chave na vida desse movimento de resistência.

Aplicou-se a triangulação dos procedimentos metodológicos a partir de algumas medidas, tais como: consulta e cópia de documentos e outros dados secundários, observação participante, realização de entrevista com a dirigente da organização social estudada, observações oriundas da participação direta e da observação de artefatos físicos e interpretação de fotografias. Para uma melhor interpretação e visualização dos dados foram utilizadas tabelas, quadros e representações cartográficas.

Em resumo, optamos por uma abordagem qualitativa que, consoante a Hernández Sampieri *et al* (2006), conta com a coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou refinar questões de pesquisa no processo de interpretação, tendo como objetivo final dos estudos a compreensão de um fenômeno social complexo. A ênfase não está em medir as variáveis envolvidas nesse fenômeno, mas em entendê-lo em profundidade.

Em relação à estrutura do trabalho, o texto foi dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Cada seção parte de uma pergunta geradora, isto é, um questionamento que tem por objetivo gerar uma reflexão e levar à investigação sobre as causas não imediatamente percebidas pelas experiências.

Nesse sentido, a primeira seção visa responder quais as funções que a economia latino-americana, formalmente independente, passaram a desempenhar no sistema internacional e quais enfoques teóricos melhor explicam a condição de subalternidade da América Latina no cenário internacional, intensificada pelos desígnios neoliberais. Neste capítulo, destacamos processos como a acumulação primitiva, a nova fase do imperialismo e a inserção da América Latina no plano internacional.

Na segunda seção, propomos uma possível leitura acerca do percurso histórico do Paraguai, buscando responder quais os momentos históricos determinantes para a atual configuração das relações internacionais do país. Isso foi realizado por meio de uma análise que se utilizou do arcabouço teórico construído pela teoria da dependência sob tradição marxista.

Na terceira seção, procuramos responder quais são as relações de classes que estabelecem a estrutura social paraguaia, consideramos a distribuição assimétrica de recursos e a desigualdade socioeconômica que se intensificou na sociedade paraguaia a partir do final da década de 1980 — consequência indiscutível do processo histórico. Damos ênfase ao protagonismo do campesinato e ao papel especial desempenhado pelas mulheres nos processos de resistência.

Como abordagem final, descrevemos o processo histórico de surgimento da CONAMURI como movimento de resistência em meio à realidade contraditória emanada em tempos de hegemonia neoliberal. Discorremos, também, sobre as experiências de luta que reforçam convictamente uma possível saída emancipatória, afinal, como salientou Toussaint (2004, p.20) “*Karl Marx había ya afirmado que la emancipación de los oprimidos/as sería obra de ellos mismos*”. Ao longo desta seção, os seguintes eixos conceituais direcionaram nosso exercício de reflexão: recuperação das terras (ou luta pelo território), soberania alimentar, oposição aos monopólios das empresas transnacionais e combate ao uso de sementes transgênicas, à utilização indiscriminada de agroquímicos e às demais técnicas produtivas impostas pelo modelo do agronegócio.

Nossa hipótese para responder às perguntas levantadas nas seções descritas acima é que a busca por emancipação das estruturas hegemônicas neoliberais protagonizada pelas organizações sociais campesinas, em especial a CONAMURI, representa o movimento pela defesa e construção dos “comuns” (FEDERICI, 2022) no Paraguai e, sob um escopo mais geral, na América Latina.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS CONCEITOS

Com o objetivo de abordar o protagonismo alcançado pelos movimentos de resistência por meio da proposição de modelos emancipatórios diante do atual modelo de integração econômica neoliberal na América Latina, este trabalho utilizar-se-á de alguns conceitos centrais

que servirão como guias para aproximar-nos de nosso objeto de estudo. Nesse sentido, optamos por comentar dois deles nesta seção, para efeitos de contextualização antes de adentrarmos a fundamentação teórica. Outros serão elucidados ao longo do texto. Assim, apresentamos o paradigma dos comuns e o conceito de emancipação.

O termo “comuns”, ou *commons*, em inglês, é um conceito ainda pouco difundido no Brasil, apesar de estar presente nas ciências sociais há cerca de pelo menos 50 anos e ser um vocábulo utilizados por autores de diferentes correntes do pensamento¹⁴ (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018). A expressão refere-se ao que é “tido em comum”, quase sempre com uma conotação espacial, mas não só (a internet, por exemplo, é considerada por muitos teóricos como um comum). Os comuns trazem uma ética e uma prática em contraposição ao modelo capitalista neoliberal, por apresentarem uma natureza de maior cooperação, interdependência e autogoverno pelos cidadãos, com posse e uso coletivos.

A autora italiana Silvia Federici (2022) cita Anton (2000 apud FEDERICI, 2022) para definir o conceito de comuns como uma concepção mais ampla de propriedade, referindo-se a bens sociais — terras, territórios, florestas, campos e córregos, ou espaços comunitários — que são possuídos, administrados e controlados coletivamente por uma comunidade, e não pelo Estado ou qualquer indivíduo.

O diálogo sobre os comuns tecido na obra de Federici, consoante Silveira e Savazoni (2018), torna-se singular por ter como premissa o estabelecimento de uma inter-relação fundante entre a ideia de comum e o feminismo. Os autores assinalam também que:

Federici aponta que o comum só existe quando nos conscientizarmos da necessidade de um modelo cooperativo de reprodução, em que as comunidades partilhem efetivamente os cuidados com o viver, eliminando as fronteiras entre o pessoal e o social, “entre o ativismo político e a reprodução da vida cotidiana” (SILVEIRA; SAVAZONI, 2018, p. 15).

É justamente esse ponto que utilizaremos para desenvolver os argumentos que justificam a escolha da perspectiva teórica de Federici sobre o conceito de comuns. Um fator de relevo é a retomada que o olhar feminista proposto permite reconhecer, isto é, que as

¹⁴ É importante esclarecer que existem diferentes debates sobre o tema dos comuns. Conquanto, salientamos que o esforço empreendido neste trabalho foca em pensar a CONAMURI a partir da perspectiva dos comuns elaborada por Silvia Federici (2022), que se refere a um princípio invocado por movimentos sociais para fazer frente ao avanço da lógica neoliberal, tendo ganhado impulso a partir dos anos 1990 para ser utilizado como bandeira da mobilização alternativa. Recomenda-se a leitura do artigo *O conceito do comum: apontamentos introdutórios* de Sérgio Amadeu da Silveira e Rodrigo Savazoni, que traz, de modo bem sintetizado, as vozes que se valem do conceito de comum para discutir temas díspares.

mulheres foram e ainda são especialmente prejudicadas pelos processos de acumulação de capital. Recorrendo-nos à noção de comuns tal como operacionalizada por Federici, serão expostos os fundamentos da construção de comuns anticapitalistas que desafiam a lógica da acumulação.

Pretende-se demonstrar que a mulher, pelo papel a ela destinado na divisão sexual do trabalho, vive diferencialmente, em relação ao homem, os efeitos da expropriação da terra e dos meios de reprodução social. Por esse motivo, também é protagonista nas lutas que hoje são travadas — a nível global e local — em defesa do meio ambiente e do direito à terra como forma de reconquistar sua autonomia reprodutiva, bem como na construção ativa de modos de vida alternativos.

Adentremos agora o segundo conceito: emancipação. No que concerne à emancipação, este estudo prima por considerar o potencial de uma concepção ampla do conceito em relação à dependência social, política e econômica como alternativa aos atuais sistemas de produção paraguaios.

O conceito de emancipação escolhido para os esforços teóricos desta dissertação remete a um sentido mais amplo, que abarca a dependência social, política e econômica. Isso implica liberdades mais simples, como poder trabalhar, estar livre da fome e doenças e poder participar de tomadas de decisões que têm impacto direto sobre a própria vida. Dessa forma, não se distancia da possibilidade de construção de uma nova realidade, novas estratégias, novas alianças e novas formas que caracterizam a partilha dos comuns.

Nossa proposta é propor alguma correspondência entre a emancipação e uma ruptura com a ordem existente. Federici (2022) demonstrou que as experiências dos comuns que vemos proliferar são mais do que diques de contenção contra o ataque neoliberal à nossa subsistência, são experiências de auto abastecimento, sementes de um modo de produção alternativo ainda em formação (FEDERICI, 2022) — um processo emancipatório.

As contribuições de Federici foram essenciais a esse trabalho, pois, a partir de sua trabalho, percebemos que é impossível falar em emancipação sem refletir sobre questões que abarquem o trabalho doméstico, a reprodução e a luta feminista. Por isso, lançamos em nosso debate a análise do paradigma dos comuns, que acreditamos ser o elo entre todas as questões propostas.

2.2 ABORDAGENS GERAIS DO CAPÍTULO

A proposta desta seção é trazer para a discussão contribuições teóricas de alguns dos principais autores que se propuseram desvendar a natureza, as causas e consequências desse novo momento do capitalismo/imperialismo e que de alguma forma dialoga com a realidade do capitalismo dependente no que tange às áreas capitalistas que se encontram na periferia do sistema, buscando entender sobre quais bases se assentam esse fenômeno que dentro dos limites da relação Brasil-Paraguai se converterá em subimperialismo brasileiro.

Conjuntamente, será traçado um breve paralelo inicial com a conformação internacional da América Latina e vertentes teóricas, das décadas de 1950 e 1960, que melhor explicam a nossa realidade e explicitar as condições históricas fundamentais que definem o modelo de desenvolvimento capitalista *sui generis*¹⁵ latino-americano entre o final do século XIX e início do século XX.

A ideia é partir das condições gerais das nações da América Latina, identificar como a condição periférica do Paraguai no contexto internacional é forjada graças às suas características de exportadores de *commodities*. Por isso, justificamos a importância desse capítulo entendendo-o como o alicerce necessário para entender as particularidades e as transformações pelas quais passou e passa o nosso continente, para, a partir dessa contextualização com base teórica-histórica, adentrarmos nosso objeto de estudo — a CONAMURI.

2.3 IMPERIALISMO

Na construção de uma visão crítica da história latino-americana, vários intelectuais, políticos e líderes populares debatem o quanto a independência política significa uma soberania¹⁶ de fato, ao ponto de se questionarem sobre a necessidade de uma segunda independência ou emancipação que representaria a verdadeira libertação das amarras do

¹⁵ Ao longo desta seção trataremos mais sobre o conceito de capitalismo *sui generis* latino-americano. Por hora, observamos que é um termo cunhado por um dos principais expoentes da abordagem Teoria Marxista da Dependência (TMD), Ruy Mauro Marini (2011), para designar uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia, sob o qual parte do excedente gerado nos países periféricos é enviada para o centro — na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outros —, não sendo, portanto, realizada internamente. Amaral (2012) faz uma importante ressalva sobre o uso do termo “capitalismo incompleto” não ser uma referência a um capitalismo pouco avançado ou desenvolvido em termos de processualidade, mas que, pelo contrário, é o próprio avanço das relações capitalistas num nível global mais geral e no interior das estruturas periféricas que determinam a constituição de relações de dependência (AMARAL, 2012).

¹⁶ Segundo Pereira (2016) há diferentes tipos de soberania como nacional, soberania territorial, soberania alimentar, soberania popular e cultural. A autora também pontua que no Paraguai essas soberanias são constantemente afetadas pelo domínio das empresas transnacionais que são contra políticas nacionais, a reforma agrária, e também propagadoras de desigualdade.

capitalismo, imperialismo e neocolonialismo (WALDMAN, 2019). Estudam, portanto, uma relação de dependência que, na prática, se revela na imposição dos interesses dos países hegemônicos sobre os países periféricos, a fim de consolidarem as formas imperiais de dominação e de acumulação por espoliação. Por sua vez, os países periféricos mantêm-se, ainda hoje, na condição de produtores de *commodities*.

Para os ideólogos do império, cuja maior preocupação reside em ocultar a essência exploradora e predatória do sistema capitalista desde os tempos do economista e filósofo Adam Smith (e até hoje), a explicação dada para a ocorrência manifestações trágicas de pobreza e miséria de algumas nações deve-se tão somente a um fracasso individual, e não a uma condição forjada nos marcos de um sistema econômico pautado no privilégio de uma minoria inoperante por meio do acúmulo de riqueza (DOWBOR, 2019).

Já no polo teórico crítico ao liberalismo, muitos estudiosos têm se esforçado, desde a primeira expansão mundial do capitalismo, a partir do século XV, para contrapor esses argumentos e explicar, no momento atual, o porquê do avanço do modo de produção capitalista. Também buscam elucidar os mecanismos das novas organizações do capital, que intensificaram a exploração do trabalho, seja pela expansão do capital e do sistema financeiro, seja pela disseminação das mais intensas formas de extração de sobretrabalho por todo o mundo. Assim, as novas configurações dos Estados-nações e os novos elementos da hierarquização na Divisão Internacional do Trabalho tornaram-se mais benéficos para os países do centro, em detrimento da periferia.

Ante o cenário latino-americano, muitos autores contemporâneos como Traspadini (2014), Carcanholo (2008) e Fontes (2010) contrapõem-se ao que afirmam autores liberais e revisionistas do desenvolvimentismo. Entendem, pois, que o marxismo possui uma teoria política própria, desenvolvida e sofisticada, sendo constituída por elementos que servem como instrumento para elucidar alguns aspectos da atual conjuntura latino-americana, com vistas a superar a ordem desigual.

Do momento em que Marx (1818-1883) construiu suas teorias sobre o capitalismo, à época de Lenin (1870-1924), até a atualidade, muitas mudanças significativas ocorreram no desenvolvimento capitalista mundial. Contudo, mesmo após tantas alterações, o que se percebe é que as teses imperialistas dos autores clássicos de tradição marxista continuam a reverberar no século XXI. Suas bases, mesmo que erguidas no início do século passado, seguem vivas e sendo atualizadas conforme as peculiaridades históricas de cada época (TRASPADINI, 2014).

Como salienta Lencioni (2012), com a hegemonia da reprodução social capitalista, a acumulação primitiva é interpretada ora como um fato do passado, ora como um processo que perdura até a atualidade. Por isso, ainda hoje, há uma extensa literatura que explora o significado político desse conceito (FEDERICI, 2022). David Harvey (2013), uma das grandes referências do marxismo contemporâneo, de sua leitura de Arendt (1968 apud HARVEY, 2013), constata que as dinâmicas de acumulação primitiva ou originária (primitiva no sentido de primeira a existir e originária por ter o sentido de origem, de gênese) constituem uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo (HARVEY, 2013).

Portanto, mesmo que Karl Marx não tenha vivido o apogeu da manifestação de sua teoria da mais-valia na fase de concentração e centralização de capital imperialista, dado que esse fenômeno manifestar-se-ia de modo mais evidente durante o século XX, são suas categorias e teorizações conformadas em *O capital* que embasariam a explicação dos desdobramentos da lei geral de movimento da acumulação ao longo dos últimos 300 anos.

Tendo em vista que a acumulação primitiva tornou-se um processo global, e ao que tudo indica, como os autores acima enfatizam, um processo permanente no capitalismo, torna-se relevante discutir a essência desse fenômeno para Marx. Posteriormente, de modo a adentrar brevemente o debate contemporâneo sobre a acumulação primitiva, serão apresentadas outras vozes (aqui nos ateremos a algumas ideias defendidas por Silvia Federici [2019; 2022], David Harvey [2013], Virgínia Fontes [2010] e Pablo Friggeri [2020]) para comprovarmos que esses processos são perenes e constituem o capitalismo atual, tentando buscar uma definição para além dos fenômenos específicos analisados por Marx. Ademais, apresentaremos também a teoria do Imperialismo de Lenin, consoante a interpretação de Fontes (2010), que conta com uma análise enriquecedora das análises marxistas a partir da identificação das contradições inerentes a essa nova configuração do capitalismo, na fase de conversão do capitalismo concorrencial para o monopolista.

A teoria geral da acumulação primitiva, concebida por Marx (1988), teve como intuito principal desvendar os fatores gerais próprios das guerras de conquista da Inglaterra, França, Holanda e Portugal, que proporcionaram e intensificaram o desdobramento do novo modo de produção capitalista. Em *O Capital*, Marx desenvolve sua teoria como uma crítica ao próprio conceito de acumulação primitiva, postulado pelos teóricos da economia política clássica como base histórica para o início do capitalismo. Trata-se do que Marx chamou de relato idílico: de acordo com os teóricos clássicos, de um lado, houve pessoas que economizaram, que não

gastaram, que não festejaram e, de outro, aqueles que nada acumularam. De acordo com essa teoria, os que perdiam ficavam apenas com a força de trabalho e viravam empregados dos últimos que teriam realizado a tal acumulação primitiva. Aqui é possível observar uma provável raiz do argumento meritocrático que concebe a pobreza como um fracasso pessoal e a riqueza como um mérito também pessoal, e não como corolários da perversidade do sistema capitalista.

De acordo com Marx, não haveria ocorrido dita acumulação primitiva nos moldes dos economistas clássicos, mas sim um processo histórico-social complexo e violento, repleto de conflitividade e complexidade. Para ele, esse processo consistiria em várias situações, das quais duas são fundamentais: os saques e as pilhagens, realizados pela igreja e pela coroa, bem como o saque colonial de ouro e prata na América, o extermínio e a escravização das populações indígenas e africanas. Nas palavras de Marx (1988),

As descobertas de ouro e prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 1988, p. 275).

Por outro lado, sobre o cerne da categoria acumulação primitiva e a expropriação dos trabalhadores, principalmente do povo do campo, de acordo com Marx (1988),

o que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação: sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas subitamente e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado como proletário livres como pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países (MARX, 1988, p. 253).

Ancorada na interpretação realizada por Virgínia Fontes (2010) e Silvia Federici (2022; 2019) acerca desse fenômeno, entende-se que essa expropriação significou que os trabalhadores que conseguiam garantir a sua subsistência por meio da produção de bens necessários a sua sobrevivência, foram sendo expulsos das suas terras de modo sistemático, desde o final do século XIV e, sem conseguir produzir a sua própria existência, devido ao bloqueio de acesso às terras, só tinham a sua força de trabalho para vender e sobreviver, já que não possuíam mais terras para plantar e seus meios de vidas foram convertidos em capital.

Ou seja, esse processo retira do trabalhador a terra, os instrumentos de trabalho, enfim, suas condições de trabalho e a possibilidade de prover seus meios de subsistência. Além disso, ressignifica o próprio sentido de terra, trabalho, necessidade e produção ontológica de vida,

tornando tudo o que domina em mercadoria e propriedade privada de alguém. Isto vale para a terra e para os sujeitos que a trabalham.

Assim, em total consonância com essa elaboração de Marx está o pensamento-fonte marxista de Karel Kosík (1976), que, em sua reflexão, define como coisificação o processo de tornar a aparência a coisa em si mesma, ocultando a essência dominante por trás da aparência. Isso desnuda o fato de que o processo de transformação da terra em propriedade (objetivação/coisificação) se dá pela sua redução a um objeto singular apropriável. Assim, por meio da titulação, a terra foi subsumida a uma espécie de captura e redução a uma mera coisa.

Nos termos do autor,

se quiser pesquisar a estrutura da coisa e quiser perscrutar a coisa em si, se apenas quer ter a possibilidade de descobrir a essência oculta ou a estrutura da realidade, o homem, já antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente. O homem faz um desvio, se esforça na descoberta da verdade, só porque, de um modo qualquer, pressupõe a existência da verdade, porque possui uma segura consciência da existência da “coisa em si” (KOSÍK, 1976, p. 12-13).

Da análise da fase atual, a fase neoliberal do capitalismo, Silvia Federici (2022) faz um alerta sobre a necessidade de expandir o conceito de acumulação primitiva para permitir a compreensão total das implicações geradas por esse processo nas diferentes formas de vivenciar as relações capitalistas. Levando-se em conta o que foi observado sobre o fenômeno por Marx, Federici busca ir além da proposta do ponto de vista de um sujeito universal abstrato (trabalhadores assalariados) e coloca como imprescindível, para desmascarar os mecanismos pelos quais o capitalismo vem mantendo seu poder, a inclusão de outros sujeitos sociais. Nas palavras da feminista italiana,

[...] isso significa que a história do passado e do presente da acumulação só poderá ser completamente compreendida quando for escrita do ponto de vista não só dos trabalhadores, passados e futuros, mas também dos escravizados, dos colonizados, dos povos indígenas — cujas terras continuam a ser o principal alvo de cercamentos — e dos vários sujeitos sociais cujos lugares na história do capitalismo não podem ser assimilados pela história dos trabalhadores assalariados (FEDERICI, 2022, p. 49).

Além disso, Silvia Federici (2022), em seus estudos sobre a acumulação primitiva, evidencia o uso do termo “antigos cercamentos” para descrever o processo em que os camponeses, na Europa, foram violentamente expropriados de suas terras, fato que os obrigaram a converter-se em trabalhadores assalariados para sobreviver.

Ainda buscando desvendar o que há de novo na acumulação primitiva, Federici afirma que, na atualidade, “a economia política moderna é construída sobre a expropriação permanente

e global e a privação de poder de produtores, dos homens e, mais ainda, das mulheres” (FEDERICI, 2022, p. 47). Para ela, "os novos cercamentos" formam uma reorganização em larga escala do processo de acumulação em andamento desde meados de 1970. Ao expandir para além da descrição de Marx o processo de acumulação primitiva, colocando como premissa os efeitos nos corpos das mulheres e na produção do trabalho, Federici fornece um entendimento mais amplo dos processos históricos que moldaram a ascensão do capitalismo. Para fechar esse item, a autora entende a “globalização” como um processo de acumulação primitiva imposto em escala global sob a ação dos “novos cercamentos”, cujo principal objetivo seria extirpar os trabalhadores do terreno no qual seu poder organizativo se construiu. Tanto os “novos cercamentos” quanto os “antigos cercamentos”, articulam o fim do controle comunitário sobre os meios de subsistência. Ou seja, ambos os fenômenos visam destruir as terras e os espaços comunais que constituem a base do poder proletário (FEDERICI, 2022). Em relação aos novos cercamentos:

O que testemunhamos hoje é um regime de acumulação primitiva permanente, resquícios dos cercamentos do século XVI, agora organizado pelo FMI e pelo Banco Mundial, com um grupo de empresas no setor de mineração e do agronegócio que privatiza terras comunais e expropria pequenos produtores na África, na Ásia e na América Latina [...] (FEDERICI, 2022, p. 241).

Para Federici (2022) os “novos cercamentos representam uma reorganização em larga escala do processo de acumulação a partir de 1970, com o objetivo principal de desenraizar trabalhadores do terreno em que seu poder organizacional foi construído” (FEDERICI, 2022, p.64).

Com o intuito de explorar mais o conceito da acumulação primitiva e alargar conceitos sobre o tema, David Harvey, em *O Novo Imperialismo* (2013), também observa que a construção teórica de Marx acerca do fenômeno necessitaria abarcar outros elementos para que algumas lacunas fossem preenchidas. Sugere, então, que hoje existam mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. O autor coloca como formas atuais de acumulação por espoliação a biopirataria¹⁷, a violação dos direitos de propriedade intelectual, a privatização dos

¹⁷ A biopirataria refere-se ao processo pelo qual conhecimentos tradicionais são patenteados por empresas multinacionais, excluindo aqueles que sempre detiveram seu conhecimento e manuseio (GUEDES, 2020). Um caso emblemático é o da estêvia, conhecida como erva doce, uma planta originária do Paraguai, Brasil e Colômbia, usada por séculos pela população nativa como adoçante. A ONG paraguaia SUNU e Pro Stévia Suíça denunciam a biopirataria que se esconde na comercialização pelas multinacionais deste adoçante e exigem que parte da receita gerada com a venda desta planta seja repartida de forma equitativa com o povo Guarani, conforme previsto na Convenção sobre Diversidade Biológica e no Protocolo de Nagoya, firmado no Japão em 2010 (JIMÉNEZ, 2016, tradução nossa).

serviços públicos e a destruição dos recursos ambientais globais. Acumulação por espoliação, nas palavras de Harvey, significa a

[...] mercadificação e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direito de propriedade [...] em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão das formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processo coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2013, p.121).

Harvey enfatiza que o principal veículo da acentuação da acumulação por espoliação, a partir de 1973, foi a financeirização e a orquestração, em larga medida conduzida pelos Estados Unidos (HARVEY, 2008). Ele afirma, ainda, que o processo de proletarização envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, de relações sociais, conhecimentos, hábitos, pensamentos e crenças pré-capitalistas dos que são proletarizados. O Estado, com o monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos. As postulações de Harvey, conforme Lencioni (2012), demonstram um recrudescimento da acumulação primitiva na contemporaneidade, fenômeno que muitos supunham ser historicamente superado pelo avanço da reprodução do capital.

Por outra perspectiva, Friggeri (2020) retoma o conceito de acumulação primitiva para fazer referências ao que ocorre hoje no capitalismo paraguaio e, por extensão, na região como um todo. O autor afirma que alguns processos, como as expropriações, estão longe de se estabilizarem e que, com o passar do tempo, têm se aprofundado e se generalizado. Ao fazer essa reflexão, realiza uma importante contribuição aos nossos estudos, pois relaciona exemplos concretos ocorridos no Paraguai contemporâneo, como o massacre de Curuguaty em 2012¹⁸, às dinâmicas da acumulação primitiva. Na visão de Friggeri (2020), a acumulação primitiva no Paraguai, analisada pelo ponto de vista do capitalismo agrário paraguaio, concebe alguns mecanismos que guardam semelhança com esse método primário de acumulação, como a separação da população campesina da terra e seu corolário de acumulação concentrada. Ele complementa, ainda, que a separação do campesino da terra é realizada mediante atos de extrema violência, muitas vezes realizados pelo próprio aparato estatal (as forças de segurança, o judiciário, as forças armadas) ou mediante segurança privada que prevalece hoje na região da

¹⁸ Assinalamos que o tema em questão será tratado com mais profundidade mais adiante, mais precisamente na seção 3.2.1 intitulada *Conflito que derrubou um presidente: o caso de Curuguaty*.

tríplice fronteira¹⁹. A violência gerada sobre a população campesina estabelece uma atmosfera de dominação (FRIGGERI, 2020).

Virgínia Fontes (2010), por sua vez, ao tratar da acumulação primitiva, reforça que as relações capitalistas são demasiado complexas para limitá-las apenas ao processo de expropriação, já que essa pode decorrer de situações naturais, como cataclismo, ou de conflitos que não dizem respeito diretamente às relações capitalistas. Ela observa que tanto a expropriação primária, originária, de grandes massas campesinas ou agrárias, quanto a expropriação secundária, impulsionada pelo capital-imperialismo contemporâneo, foram e são condições necessárias para a possibilidade do pleno domínio do capital. Desiguais segundo os países e regiões, esses movimentos de expropriação se constituem como processos permanentes da expansão do capital. A autora também elenca no mesmo texto as expropriações secundárias que se abatem sobre o conhecimento, sobre a diversidade, sobre formas de cultivo inerentes aos povos tradicionais (FONTES, 2010).

Aproveitando a fala de Fontes (2010) a respeito do capitalismo (convertido em imperialismo), torna-se indeclinável comentar sobre a construção teórica do imperialismo²⁰. A teoria do imperialismo foi responsável pela caracterização dos efeitos do processo de internacionalização do capital e fenômenos mais gerais ocorridos em nível mundial (AMARAL, 2017).

Sobre a interação entre os conceitos de acumulação primitiva e imperialismo, convém lembrar que esses não são dois fenômenos que se confundem. Na virada do século XIX para o XX, ocorreu uma alteração substantiva que converteu o capitalismo concorrencial em imperialismo ou capitalismo monopolista. O crescimento do imperialismo, de forma não linear e atravessado por lutas sociais e contradições, conduziu a um novo salto no patamar de acumulação de capital, impulsionando de forma mais intensa os processos de expropriações sociais que alteram quantitativa e qualitativamente o seu teor ao longo dessa expansão.

Em seu texto *O imperialismo, fase superior do capitalismo* escrito em 1917, Lenin (2012) explica o desdobramento do capital mundial, tornando-se referência teórica para muitos partidos políticos comunistas no mundo. Estruturou uma importante explicação sobre a dinâmica do capital financeiro na era dos monopólios, utilizando como premissa a exportação

¹⁹ Tríplice fronteira trata-se de uma região fronteira que engloba três países (no caso, Brasil, Argentina e Paraguai).

²⁰ Recomendamos, sobre o debate acerca do imperialismo, as contribuições de Lenin (2012) em *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, escrito em 1917.

de capitais e não mais de mercadorias. Ele explicita como a conformação de mecanismos consolidar-se-iam em relações de dependência. De acordo com Lenin (2012):

[...] subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente[...]. Quanto aos Estados “semicoloniais”, dão-nos um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de independência política, ação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, nesse sentido, como “caso intermediário”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semidependentes se tenha mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação forçosamente exacerbada, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido (LENIN, 2012, p.190).

Antes de passar para uma análise do pensamento de Lenin, é pertinente fazer algumas observações sobre o contexto em que ele escreve seus textos de análise de conjuntura historicizada. A pesquisa de Lenin centrou-se na análise do desenvolvimento capitalista na Rússia, que teve grande relevância geopolítica nos séculos XVII, XVIII e XIX. Este período configurava a multipolaridade do imperialismo, uma fase muito particular, marcada pela rivalidade entre os maiores países capitalistas, tal como aquela que culminou na Primeira Guerra Mundial, quando os EUA estavam emergindo como a maior economia e potência.

Segundo Sousa e Lima (2018), o modo de produção capitalista, por mais que avançasse no país antes da Revolução em 1917, ocorreu de modo adaptado às instituições feudais, que ainda configuravam o modo de produção predominante. O regime político que vigorava era a monarquia absolutista, sustentada, principalmente, pela nobreza rural que, por sua vez, já articulava-se com a burguesia e com o capital financeiro internacional. Os mesmos autores acrescentam que a Rússia era um país agrário, com desenvolvimento industrial concentrado e uma considerável classe operária (ainda que muito pequena em comparação com o total da população), reunida em grandes fábricas que, em geral, pertenciam a capitalistas estrangeiros.

Sobre essa base econômica, Lenin (2012) passou a analisar o desenvolvimento capitalista na Rússia. Percebeu, então, que ocorreu por vias de desenvolvimento capitalista que não a mesma do capitalismo inglês ou francês. Já que a Rússia estava integrada ao capitalismo europeu, mas de uma maneira subordinada, sendo pautada pelo capital estrangeiro, conservando relações atrasadas e arcaicas da era feudal que ainda subsistiam naquela formação social.

Nesse sentido, o que Lenin demonstra em sua tese é que o desenvolvimento capitalista monopolista acirra a disputa por exploração territorial e domínio para extração de matérias-primas na África e Ásia, concomitantemente. O pensador entende que existem outras formas

que são intermediárias de dominação política (poder) na cadeia imperialista global. Em outro momento de seu texto, Lenin apresenta o conceito de dependência, que seria outra forma de dominação da cadeia imperialista diferenciada. Para o revolucionário, a dependência poderia ser definida como a situação específica dos países juridicamente independentes, mas economicamente dominados, trazendo como exemplo para a discussão a Argentina:

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países — os que possuem colônias e as colônias —, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semi colônia, indicava já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina (LENIN, 2012, p. 192).

É a partir da cadeia imperialista global que observamos formações diferenciadas de forças políticas que afetam a forma de reprodução do capital na era imperialista. Lenin (2012) as caracteriza como colônia, semicolônia e países dependentes.

Independentemente da nomenclatura adotada para tratar do fenômeno da expansão do capital, os autores citados nesta seção enfatizam o fato de que ele adquire, hoje, nuances diferentes da acumulação original descrita por Marx. A partir da retomada de conceitos realizada até aqui, podemos entender que aspectos externos e domésticos da acumulação de capital mantêm estreita relação entre si como veremos mais adiante nas postulações da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Lenin, ao alçar a sua teoria sobre imperialismo no bojo da internacionalização do capital, a partir do centro, abre as portas para a construção de novas categorias de análises no amplo e fértil campo do marxismo, que, mais tarde, serão moldadas por outros autores para explicar a condição dependente dos países da periferia (LUCE, 2013; AMARAL, 2017).

A abordagem de diferentes perspectivas sobre as relações emanadas do capitalismo permite reconstruir seus mecanismos de manutenção do poder. Fontes (2010), Friggeri (2020) e Federici (2019; 2022) enfatizam que, sob os auspícios do neoliberalismo, as expropriações contemporâneas tornaram-se ilimitadas e agudamente agressivas. As expropriações primárias seguem extraindo os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, em especial sobre a terra. Harvey e Federici insistem, por exemplo, no importante papel exercido pelo setor financeiro. Coloca-se em destaque o fato de Federici voltar o seu olhar à destruição dos espaços comunais, que constantemente formam-se e renovam-se no seio do capitalismo,

bem como ao reconhecimento do fato de que as mulheres, tanto no passado quanto no presente, tem sido especialmente mais prejudicadas pelos processos de acumulação.

2.4 AMÉRICA LATINA E OS PROCESSOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS CONSERVADORES DO SÉCULO XX (1960-1980): UM IMPULSO PARA UMA NOVA FASE IMPERIALISTA

Sistematiza-se aqui como um primeiro exercício de reflexão, uma ponderação a respeito de uma articulação entre condições gerais — o neoliberalismo e a conjuntura — e específicas — os processos políticos e econômicos conservadores do século XX na América Latina —, visando sugerir que não estejam dissociados. A ideia aqui não é estabelecer que os dois níveis de análises se condicionem, mas propor que estejam associados, isto é, que estejam integrados na mesma realidade.

Como coloca Eduardo Galeano (2010) em *Veias abertas da América Latina*, não é possível entender a atualidade dessa região sem realizar um resgate histórico das experiências ditatoriais passadas, forjadas em uma conjuntura internacional marcadamente anticomunista, por meio de uma aliança incondicional com os Estados Unidos. Ruy Mauro Marini (2011) pontua que as ditaduras civis-militares na América Latina surgiram para garantir a subordinação dos países latino-americanos ao sistema imperialista e para reprimir toda mobilização popular que almejasse a reversão dos padrões de superexploração.

Começamos pelo século XX, intervalo ao longo do qual os Estados Unidos ascende como potência capitalista hegemônica, no bojo do surgimento de uma nova versão de imperialismo, com trajes neoliberais, em que aparentam preservar a soberania dos países submetidos, ao passo que seguem impondo domínio econômico, financeiro e cultural.

O imperialismo estadunidense inicia-se no pós-Segunda Guerra e, gradativamente, consolida-se por meio da cristalização dos EUA como potência e liderança internacional econômica-política-cultural. Produz, assim, sua hegemonia, alicerçada nos discursos retóricos de participação abrigados sob uma ordem internacional correspondente a um institucionalismo liberal, idealista, representado pela Organização das Nações Unidas (ONU), isto é, uma organização supranacional paritária, supostamente produtora de equidade no plano internacional. Também cabe mencionar o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), entre outros. A história da engenharia da nova ordem mundial também perpassa por um momento bipolarização

geopolítica e ideológica do mundo entre a União Soviética e os Estados Unidos, que contava com uma relação privilegiada com a Inglaterra.

Certamente, isso não significa afirmar que os EUA²¹ são o único poder imperialista, mas sim que a sua hegemonia ficou bem estabelecida a partir da definição de sua moeda nacional, o dólar norte-americano, como o padrão de referência internacional e posteriormente na década de 1980, com a ascensão neoliberal.

O desenvolvimento neoliberal na América Latina iniciou-se com experiências localizadas no Chile, Argentina e Uruguai, ganhando impulso nos anos 1980 e atingindo seu auge nos anos 1990, tornando-se predominante na região após o estabelecimento do Consenso de Washington, em 1989. Por vezes houve uma acolhida empática, às vezes voluntária ao neoliberalismo; outras vezes, ela foi imposta mediante pressões coercivas (HARVEY, 2008).

Segundo Harvey (2008), respeitadas as devidas diferenças entre as ditaduras que marcaram todo esse período, o que os regimes ditatoriais latino-americanos das décadas de 1960 a 1990 têm em comum é a conciliação dos interesses das elites dirigentes locais e do grande capital financeiro estadunidense. Essas forças atingiram um grau de convergência com poucos antecedentes históricos, fato que reconfigurou o capitalismo em favor da hegemonia do capital monopolista na região.

A partir da década de 1980, a liberalização política e econômica tornou-se um fato predominante na América Latina. Com o consequente fortalecimento da hegemonia dos setores favoráveis ao mercado e à iniciativa privada, gerou-se um aumento sem precedentes da dívida externa do então chamado Terceiro Mundo. Foi nesse período, como salienta Harvey, que ocorreram grandes “crises de dívida que eram incomuns na década de 1960, tornando-se frequentes nas de 1980 e 1990, que em alguns casos, como na América Latina, as crises assumiram um caráter endêmico” (HARVEY, 2008, p. 87).

Nesse contexto, o processo de neoliberalização não foi um fenômeno repentino que se instaurou na América Latina de forma súbita tão somente em resposta à crise da dívida dos anos de 1980. Embora seja incontestável a função fundamental desempenhada pela mobilização das classes dominantes dos países centrais e dos organismos internacionais para disciplinar e coagir os países da periferia a aderirem ao receituário liberalizante, havia fatores de caráter endógeno como estratégias políticas que se caracterizam pela união da burguesia nacional dos respectivos

²¹ Na atualidade, podemos assinalar que, ainda que os Estados Unidos mantenham a supremacia econômica, militar e política, sua condição hegemônica está começando a se deteriorar. Observa-se o surgimento de países e burguesias que estão ascendendo à condição de potências emergentes — como é o caso do Brasil, Índia e África do Sul, entre outros, e China, já consolidada, caracterizando a reconfiguração da multipolaridade nas relações internacionais (FERNÁNDEZ; WIMER, 2018).

países ao parceiro maior estadunidense, a participação ativa dos bancos e indústrias estrangeiras, trabalhando juntos para uma imensa expropriação de capital e que confluíram para a validação desse processo. Por fim, os elementos formuladores do neoliberalismo não foram eminentemente em direção contrária às formas políticas autoritárias do país.

No que diz respeito à afirmação da doutrina neoliberal na América Latina, na visão de Martins (2013), a implantação deste projeto só foi possível devido a dois grandes determinantes:

A derrota da ofensiva dos movimentos populares nos anos 1960 e 1970, com a imposição de regimes ditatoriais fascizantes e processos de redemocratização articulados à hegemonia estadunidense no continente; e a revisão das políticas públicas dos Estados Unidos para a região a partir da crise de sua hegemonia (MARTINS, 2013, p. 211).

Como exemplifica Harvey (2008) em sua obra *O Neoliberalismo*, com o golpe ocorrido no Chile, Salvador Allende, fundador do Partido Socialista local que governou o país de 1970 a 1973, foi deposto por um golpe de estado liderado por seu chefe das Forças Armadas, o general Augusto Pinochet que impôs, por meio do fascismo, um brutal processo de superexploração da força do trabalho. Ainda de acordo com Harvey (2008):

[...] a primeira experiência de neoliberalização ocorreu no Chile depois do golpe de Pinochet. [...] O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger (HARVEY, 2008, p. 7).

Destaca-se aqui brevemente três outros países latino-americanos que apresentaram um estreitamento de relações entre ditadores militares e os Estados Unidos: Brasil, Paraguai e Nicarágua.

No Brasil, para o autor David Maciel (2014), o período ditatorial-militar implantado de 1964 a 1985 “cumpru um papel histórico fundamental para a atual hegemonia do capital monopolista sobre a sociedade brasileira” (MACIEL, 2014, p. 1). Foi exatamente nesse período, a partir do golpe de 1964, que, com forte apoio governamental, ocorreu a penetração do capital monopolista na agricultura. A partir desse momento, grandes proprietários de terra foram impelidos a transformar seus empreendimentos em empresas capitalistas voltadas para a modernização econômica e tecnológica, visando o aumento da produtividade, do consumo de máquinas, da obtenção de equipamentos e de outros insumos agrícolas. Simultaneamente, deu-se início a um expressivo aumento do número total e relativo de latifúndios, um processo de concentração da propriedade da terra. Inicia-se, também, um movimento de expansão externa,

de modo a ampliar pauta de exportações em detrimento da produção de alimentos para consumo interno²².

Sobre a longa ditadura de Stroessner (1954-89) no Paraguai, Rolon (2021) analisa o período como uma faceta ímpar e conturbada na história da América Latina. O general, reeleito oito vezes por eleições fraudulentas, estava amparado por uma estrutura cívico-militar, composta pelo Partido Colorado, pelas Forças Armadas e pelo empresariado, ligado sobretudo ao latifúndio. Firmava também uma aliança incondicional com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

Em sinal de alinhamento com os ditames estadunidenses, o ditador Stroessner assinou um dos primeiros acordos com o FMI (CODAS, 2019). Tratou-se de um período sintomático para a vida política, econômica e social paraguaia, deixando como herança constantes conflitos e luta pela terra que perduram até hoje:

Uma luta que opõe camponeses paraguaios contra latifundiários nacionais, estrangeiros e “enclaves” de capital estrangeiros de extração de madeiras, erva-mate e carne de primeira metade do século XX. De 1970 até o momento presente, o Paraguai se transformou, em virtude das medidas tomadas pela ditadura de Alfredo Stroessner (1912-2006), em um conflito aberto do campesinato paraguaio com os agronegócios capitalistas de soja e outros produtos impulsionados por latifundiários brasiguaios, multinacionais e paraguaios (CODAS, 2019, p. 25).

Apesar de, no princípio da década de 1970, as relações diplomáticas paraguaias e estadunidense terem se deteriorado²³, Mora e Cooney (2009) afirmam, em seus estudos sobre a relação Paraguai-EUA, que seria difícil imaginar a permanência do *stronismo* por 35 anos sem o apoio político, econômico e militar de Washington. Durante quase todo o seu governo, o general Stroessner contou com ajuda financeira e assistência técnica estadunidense a fim de consolidar seu regime. O Paraguai figurava entre os três maiores beneficiários de ajuda dos

²² Vale, ainda, ressaltar que, de lá para cá, não houve nenhum tipo variação relevante para a modificação da estrutura fundiária brasileira. Tomando como base a pesquisa de Alcântara Filho e Fontes (2009), realizada com dados do INCRA (1992, 1998 e 2003) e IBGE (1980, 1985 e 1995/1996), 92% dos imóveis rurais considerados como minifúndio (menos de 10 ha) ou pequena propriedade (menos 200 hectares) ocupavam apenas 26,59% da área total em 1992, 24,29% em 1998 e 28,42% em 2003; os latifúndios (mais de 1000 ha), por sua vez, correspondentes a apenas 1,5% do montante de imóveis, ocupavam entre 46% e 53% da área total dos imóveis rurais. Já segundo dados mais recentes do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), quase metade de toda a área produtiva no Brasil é ocupada por apenas 1% dos proprietários de latifúndios; o que gera uma tendência de diminuição das pequenas propriedades (até 10 hectares), sobrando apenas 2,3% das terras para a agricultura familiar.

²³ Consta nos estudos de Codas (2019) e Yegros e Brezzo (2013) que, a partir da década de 1970, as relações entre Paraguai e Estados Unidos se deterioraram em razão das dilações e dificuldade suscitadas no processo para extradição do francês Auguste Conte Ricort, residente no Paraguai e reivindicado por tráfico de heroína nos Estados Unidos. Outro fator que também pesou foi a intensificação de denúncias por violações sistemáticas dos direitos humanos por parte do governo paraguaio, formulados por organismos não governamentais e pelo próprio Congresso dos Estados Unidos.

EUA para a América Latina, chegando a receber, no período de 1954 e 1961, o montante total de 53,2 milhões de dólares, excluído o montante relativo à ajuda militar.

A título de comparação, segundo Mora e Cooney (2009), o Orçamento Nacional Paraguai em 1959 era de 21 milhões de dólares. Vuyk (2014) salienta que foi a partir da década de 1970 que se consolidou o modelo “soja-pecuária-energia-créditos-bancos”, que se aprofundou ainda mais na atualidade. A intelectual paraguaia reforça dita processualidade histórica da permanência da ditadura como sinônimo de interferência estadunidense, com o intuito de realçar que as nuances desses aspectos não surgiram repentinamente na década de 1990, mas que suas bases foram se solidificando por meio de ingerências imperialistas norte-americanas, apoiadas por repressivas ditaduras militares e regimes autoritários.

No que diz respeito à Nicarágua, foi um país que sofreu constantes pressões por parte dos EUA. A potência norte-americana ocupou o lugar de influência como poder intervencionista e passou a subordinar aos seus interesses esse pequeno país até os dias de hoje²⁴. Um momento emblemático da subjugação do país ao ditames estadunidenses foi a intromissão interna que levou à renúncia do governo de José Santos Zelaya em 1912 por dois motivos, como afirma Fernández e Wimer (2018):

[...] planeó construir un canal interoceánico con el financiamiento de otras potencias, y extender su influencia en toda Centroamérica reconstruyendo la Federación Centroamericana. Además, Zelaya consideraba que tenía derecho de negociar préstamos para desarrollar obras que trajeran el progreso a Nicaragua con cualquier gobierno o compañía que ofreciera condiciones favorables de pago (FERNÁNDEZ; WIMER, 2018, p.89).

Dado os exemplos acima, como afirma Harvey (2008), nota-se que o imperialismo praticado pelos Estados Unidos envolvia ações antidemocráticas (e ainda mais enfaticamente antissocialistas/comunistas) da parte dos Estados Unidos, que tinham como necessidade a coerção de movimentos de oposição ou de social democratas, como, por exemplo, o Chile de Allende.

Nesse sentido, Stedile e Traspadini (2011) concebem esse período como determinante para a reformulação das estratégias imperialistas no continente, ao enfatizarem a ingerência dos

²⁴ Paula Fernández e Fernando Wimer (2018) trazem importantes contribuições para entendermos a relevância geopolítica da América Central e Caribe como um espaço chave para o trânsito de e acesso a recursos vitais para as grandes potências — em especial, China e Estados Unidos. Os autores destacam a construção do Canal Interoceânico da Nicarágua, entre os oceanos Pacífico e Atlântico, projeto polêmico que sempre foi o centro de disputas entre as duas potências e atualmente encontra-se sob concessão dos capitais chineses. Paralisado em 2018, a concretização do canal significaria para a China a ampliação da competitividade dos produtos chineses na América devido à diminuição dos custos de transporte. Para os países da América Central e Caribe, provocaria impactos nas comunidades pobres da região e em reservas naturais — o canal atravessará uma importante fonte de água e um lago, o que pode assorear rios locais.

Estados Unidos sobre assuntos internos por meio do implante de ditaduras submissas à Washington. Sua motivação foi o desejo de consolidação como país hegemônico na apropriação de parte do valor produzido no continente e na paralela produção subordinada que expropria terra, superexplora trabalhadores e cria um fosso na relação existente entre o campo e a cidade. Nas palavras dos autores:

[...] a partir de 1964, depois do Brasil, em praticamente todos os países da América Latina os Estados Unidos aplicaram a estratégias das ditaduras militares como forma de manter sua dominação, inclusive fortalecidos pelo temor às possíveis influências políticas da Revolução Cubana no continente (STEDILE; TRASPADINI, 2011, p. 21-22).

O fim das ditaduras formais faz parte da história política recente da América Latina e deve ser entendido como um processo que, mesmo quando deu abertura às redemocratizações, às custas de muita luta social, não esgotou a complexidade da continuidade de elementos objetivos-subjetivos que se mantêm presentes na cotidianidade social do continente.

Logo, pela observação dos aspectos apresentados, tanto no Brasil quanto no Paraguai, as ditaduras favoreceram expropriações massivas de terras, impulsionaram o avanço do capital sobre as fronteiras agrícolas e a formação de gigantescos contingentes populacionais totalmente dependentes do mercado.

Na seção seguinte, adentraremos com mais afinco as questões latino-americanas, à luz da Teoria Marxista da Dependência, especialmente no que diz respeito à inserção internacional da América Latina em meio aos processos neoliberalizantes descritos nesta seção.

2.5 A INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NO PLANO INTERNACIONAL

Muitas determinações teóricas ao longo do tempo buscaram explicar a incorporação das economias latino-americanas à dinâmica do sistema capitalista, caracterizada pela configuração desigual no comércio internacional entre periferia e centro.

Em um ambiente de dominação da ciência econômica pelas teorias neoclássica e keynesiana, as principais escolas teóricas da Europa e dos EUA que postulavam um receituário para acelerar o crescimento universalmente válido, demonstram-se insuficientes para explicar a realidade da América Latina, bem como superar nossos problemas, já que diferentemente dos grandes centros, aqui parcela considerável da população vivia no meio rural, as instituições financeiras quase não existiam, a infraestrutura era precária e os sistemas de saúde e educação eram escassos para atender a maior parte das pessoas.

Após a crise causada pela perda de renda e pelo levante de entraves para a sustentabilidade e crescimento econômico dos países periféricos derivada de processos no plano global embasados nos axiomas do liberalismo econômico composto pelo esquema ricardiano²⁵ e pelas generalizações do modelo Ohlin-Samuelson²⁶, erigiram-se tensões sociais e movimentos revolucionários que reivindicaram um redirecionamento do Estado Nacional para impulsionar a industrialização na América Latina, Ásia e África, a fim de conquistar autodeterminação e impulsionar a modernização do país (MARTINS, 2013).

No bojo da insurgência de distintos movimentos revolucionários, lá pelas décadas de 1940 e 1950, nasce o ideário nacional-desenvolvimentista com uma nova interpretação sobre as relações econômicas internacionais e o papel desempenhado pela América Latina. Esta corrente visava propor uma nova maneira de inserção da América Latina na orquestra da ordem mundial mediante a reformulação de políticas internas, que terá como centro difusor a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), criada pela Organização das Nações Unidas sob a égide inquestionável da hegemonia capitalista dos Estados Unidos da América.

Os grandes formuladores do pensamento cepalino, em sua fase inicial, foram Raúl Prebisch (1949) e Celso Furtado (1959). Esse paradigma tinha como diretriz principal a industrialização substitutiva de importações. Ou seja, a industrialização surgiu como a solução para os problemas, mas realizá-la requeria alto grau de planejamento (MARTINS, 2013).

Cabe pontuar que a concepção cepalina do desenvolvimento concebe que a configuração desigual no comércio internacional é resultado da dinâmica interna de produção destas economias (TRASPADINI; MANDARINO, 2013).

Buscando sintetizar a leitura que esses teóricos realizavam sobre o desenvolvimento econômico periférico ante o cenário Internacional, apresentaremos um trecho construído pela pesquisadora Amaral (2012), que traz as suas formulações de maneira sucinta e precisa. Nas palavras dela:

[...] a visão cepalina vai afirmar que, dado o comércio internacional, há uma tendência permanente à deterioração dos termos de troca que desfavorece os países exportadores

²⁵ A lei das vantagens comparativas estabelece que a divisão internacional do trabalho está pautada na especialização dos países centrais em atividades industriais (alto valor agregado) e dos países periféricos na produção de mercadoria primário exportadoras (baixo valor agregado). Ou seja, cada país deve se especializar na produção de bens para os quais tenha certa “vocação natural”, de modo a ter ampliados seus índices de produtividade e suas condições de competitividade quando exposto ao mercado mundial.

²⁶ O modelo Ohlin-Samuelson foi criado pelos economistas Eli Heckscher e Bertil Ohlin em 1970 e corresponde, segundo Vilareal (1979 apud MARTINS, 2013), a um avanço nas pretensões generalizantes do esquema ricardiano e propõe a especialização dos países não a partir de vantagens comparativas na produção de mercadorias, mas na dotação de fatores de produção. Propõe, ainda, a especialização dos países com elevada concentração de capital na indústria e daqueles abundantes em terras e trabalhadores na agricultura.

de produtos primários, fazendo com que haja transferência de renda da periferia em direção ao centro. Esta deterioração se dá porque, como as economias primário-exportadoras não desenvolvem seu setor industrial, elas são incapazes de promover uma elevação em seus níveis de produtividade e são também incapazes de incorporar maior quantidade de mão-de-obra ao processo produtivo. Ambos os aspectos levam a que se tenha um excedente de força de trabalho e uma redução salarial generalizada para toda a economia, o que promove uma redução nos custos e, por conseguinte, nos preços das mercadorias produzidas. Contrariamente, o componente salarial nos custos das firmas dos países centrais é muito maior do que o que prevalece na periferia. Sendo assim, mesmo com alta produtividade, os preços nos países desenvolvidos não caem em relação aos dos subdesenvolvidos, tendo em vista que seus custos são mantidos em função dos aumentos salariais (AMARAL, 2012, p. 30).

Um ponto central seria a explicação sobre a deterioração dos termos de troca, própria das relações desiguais entre centro-periferia no cenário internacional, em que, segundo a CEPAL, a periferia especializa-se no setor de produção de produtos primários e semielaborados e o centro fica responsável pela produção de produtos finais com maior incorporação de progresso técnico, portanto com maior valor agregado, sendo esse o fator gerador do desenvolvimento econômico desigual.

A periferia levava uma desvantagem considerável com relação ao centro, nas relações econômicas internacionais, devido a deterioração dos termos de troca de seus produtos[...]. A deterioração dos termos de troca para a periferia é o elemento central na desigualdade entre países com diferentes processos de desenvolvimento econômico. Esse elemento gerava uma subordinação e um atraso para a periferia, que deveriam ser suplantados para que esta pudesse alcançar outros níveis mais compatíveis com o momento histórico de reprodução do capital ampliada em uma fase de maior inovação tecnológica (STEDILE; TRASPADINI, 2011, p. 23)

As estratégias para resolver esses impasses estariam esposadas no processo de industrialização por substituição de importações-PSI dirigido pelo Estado. Em síntese, guardadas as devidas diferenças entre as economias do continente, o Estado funcionaria como um “planejador-produtor; cooperação internacional (financeira e produtiva); mecanização do campo, eis os elementos centrais propostos pela CEPAL para que as economias subdesenvolvidas rompessem com o desequilíbrio no cenário internacional” (TRASPADINI; MANDARINO, 2013).

Muito embora tenha representado um progresso frente aos princípios das vantagens comparativas, de extração ricardiana, e tenha conseguido se afirmar como uma referência analítica própria da América Latina e mantê-la vigente por meio século, o Estado que acompanhou o paradigma cepalino foi onipresente, centralista e cativo e a ampliação e o fortalecimento do aparelho estatal como o instrumento básico desta política econômica tornou o pesado, bem como foi facilmente dominado por interesses particulares, entre outros os dos agrupamentos ou partidos políticos, grupos econômicos, líderes militares, caudilhos ou ditadores, que fortaleceram seu poder político e econômico na América Latina (IGLESIAS,

2006). Em suma, os resultados esperados não foram atingidos e o modelo cepalino entrou em crise.

Martins (2013) identifica como impasses para consecução dos objetivos cepalinos a incompreensão em torno da visão lógica do capital global, sustentado na suposição de relativa imobilidade do capital estrangeiro internacional que desconsiderou o papel crescente desse elemento na organização da industrialização. A entrada do capital estrangeiro era encarada como uma poupança que por aqui se aplicava e que, apesar dos pagamentos de serviços que supunha, contribuía de forma consistente para a elevação dos recursos nacionais disponíveis para investir.

Destacam-se aqui duas críticas feitas ao nacional desenvolvimentismo cepalino, levantadas tanto por Traspadini e Mandarino (2013) quanto por Martins (2013), referentes à omissão perante questões agrárias. Nas palavras da autora:

A reforma agrária, quando assumida, aparece sob o viés da mecanização do campo, melhoria da produtividade técnica do trabalho, sem nenhuma referência ao gigantesco problema agrário da posse da terra e da efetivação do modelo de desenvolvimento vinculado à mesma (TRASPADINI e MANDARINO, 2013, p. 8).

Já Martins (2013), amparado nas argumentações de Maria Conceição Tavares, em seu livro clássico *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1964), pondera:

A autora [Maria Conceição Tavares] atinge o calcanhar de Aquiles do nacional-desenvolvimentismo cepalino, que silenciava diante da questão agrária em razão da necessidade de obter divisas do setor agrícola para financiar a substituição de importação (MARTINS, 2013, p. 223).

Nestas circunstâncias, os obstáculos gerados pelo ideário nacional-desenvolvimentista abrem espaço para que outra perspectiva ganhe corpo, a teoria da modernização.

O economista americano Walt Whitman Rostow (1916-2003) (1961), maior expoente dessa teoria, objetivando apresentar uma alternativa à teoria marxista sobre os rumos da história, escreveu o livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista*. Nele, elaborou a concepção etapista de desenvolvimento. Em seus estudos, o economista alega que as nações subdesenvolvidas deixadas a si próprias tornavam-se foco de tensões e instabilidades em razão de disputas entre grupos pós-modernistas e tradicionalistas.

Martins (2013) esclarece que seria do interesse dos EUA que as nações subdesenvolvidas evoluíssem rapidamente para a modernização. Para que isso se concretizasse, seria necessário contribuir oferecendo capital externo para que atingissem suas metas de poupança e investimento. Por meio de etapas de desenvolvimento, o autor Rostow estabelece fases sucessivas de desenvolvimento (sociedades tradicionais, pré-condições para o arranco, arranco, maturidade e consumo de massas), adotando a sociedade americana como

uma espécie de sociedade ideal. Como afirma Amaral (2012), essa tese se mostra inconsistente porque concebe o desenvolvimento como uma espécie de *continuum evolutivo*, o qual tem como ponto de partida o subdesenvolvimento caminhando em direção ao pleno desenvolvimento, que seria o ponto final dessa escala evolutiva.

A proposta de apresentar um mesmo caminho para diversas sociedades nacionais revela-se absurda, afinal, consoante Santos (1998 apud MARTINS, 2013), as sociedades não estavam em etapas ou tempos distintos, mas pertenciam a posições distintas de um mesmo espaço temporal: o moderno sistema mundial.

A crise nacional-desenvolvimentista havia sido superada pela modernização vinculada à liderança do capital estrangeiro no consórcio que este estabeleceu com o capital nacional e o Estado para dirigir a região. Mas esse consórcio sofreu forte perda de legitimidade com a crise de 1962-1967 e a ofensiva dos movimentos de massa na América Latina até 1973.

Essa nova conjuntura dá lugar a uma nova interpretação da realidade regional e mundial, formulada pelas teorias da dependência.

2.6 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E SUA ATUALIDADE

Segundo Seabra (2017), nas últimas décadas tem havido um amplo resgate das abordagens dependentistas a fim de compreender como as relações entre países centrais e periféricos articulam-se. O mesmo autor pondera que tal retomada da teoria da dependência abre um novo marco de reconsideração e interpretação de seus principais elementos teóricos e analíticos para o estudo do desenvolvimento capitalista. Nisso, veem-se cada vez mais livros, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos assumindo proposições teóricas da dependência como elementos de base para a análise sociológica contemporânea.

Nesta seção, faremos um balanço das teorias da dependência que “constituem um paradigma que resgata a unicidade da economia-mundo e rompe com os cortes temporais elaborados pelo desenvolvimentismo que viam os subdesenvolvimento como atraso²⁷” (MARTINS, 2013, p. 245). Um primeiro ponto a ser sublinhado é que, mais que teoria da

²⁷ A Teoria da Dependência não enxerga subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passou a ser compreendido como um produto do desenvolvimento capitalista mundial, sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo (AMARAL, 2012).

dependência, devemos falar de teorias da dependência, por isso daremos algumas pinceladas sobre as duas principais teorizações²⁸.

Em seguida, será brevemente apresentada a origem deste debate teórico, dando ênfase à análise marxista como a mais apta à compreensão do desenvolvimento capitalista na periferia, bem como suas principais contribuições analíticas para os países latino-americanos.

Dentro desta última, colocam-se em relevo três categorias — dependência, superexploração e subimperialismo — tal qual Traspadini e Stedile (2011, p. 36) afirmam: “juntas elas relatam a forma funcional implementada pelo capital, a partir dos mecanismos de exploração abrem caminho para revelar históricas lutas de resistências e revoluções no interior da América Latina”. Destaque maior será dado à lógica subimperialista, uma vez que esse conceito, consoante os autores Maldonado e Anjos (2021), na etapa neoliberal do capitalismo, a dependência dos países latino-americanos se agravou e imprimiu nas relações entre Brasil e Paraguai uma dinâmica mais desigual, espoliadora e concentradora, restringindo ainda mais a autonomia paraguaia na esfera política.

Por último, como o capitalismo caracteriza-se como sistema econômico dinâmico e se modificou desde as primeiras construções teóricas da TMD, serão retomados escritos de autores contemporâneos que têm como base a Teoria Marxista da Dependência para explicar o estágio neoliberal de dominação.

Sobre o arcabouço teórico que precede a Escola da dependência, os autores Traspadini e Stedile (2011), no livro *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*, fazem uma importante contribuição. Para eles, no bojo do panorama político-ideológico do campo de esquerda da América Latina, ramificam-se três correntes ideológicas que precederam a Teoria da Dependência.

A primeira consistia nos partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional que se utilizavam de uma linha de análise com aplicação do materialismo histórico das leis da economia política à realidade brasileira, por vezes considerada uma transposição mecânica dos manuais do chamado marxismo revisionista, coordenado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

²⁸ Antes de explanarmos a teoria da dependência, é importante assinalar que os autores aqui utilizados divergem quanto à subdivisão da corrente da dependência. Para os autores Traspadini e Stedile (2011), a partir da Escola da Dependência, pode-se delinear três vertentes[#]. A cepalina, que fornece elementos basilares para a estruturação de duas outras abordagens: uma delas mais crítica, representada pela Teoria Marxista da dependência, que parte de um debate sobre as alternativas políticas para a América Latina, tendo como expoentes os pensadores André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini; e a versão Weberiana[#] da teoria, representada principalmente por Fernando Henrique Cardoso e Falleto. Já Amaral (2012) concebe a Cepal como a base substantiva sobre a qual nasce e se desdobram duas outras interpretações, a saber: Vertente Weberiana e Vertente Marxista.

A segunda corrente ideológica consistia no foquismo que centrava numa espécie de voluntarismo para explicar as duras condições de opressão e exploração a que o povo era submetido pelas burguesias nacionais e internacionais e para fazer frente a isso estimulavam o uso de armas.

A terceira corrente interpretativa foi a teoria do subdesenvolvimento da Cepal, conforme Traspadini e Stedile (2011), sendo que o diagnóstico realizado pela Cepal sobre os problemas relativos ao atraso econômico da América Latina apresentou alguns elementos que dialogam tanto com a corrente reformista e revolucionária da escola da dependência.

Feitas as considerações iniciais, as teorias da dependência surgem em meados da década de 1960 (entre 1964-67) por meio de iniciativa de um grupo de intelectuais de esquerda, brasileiros, mexicanos e argentinos que buscavam fornecer uma explicação para compreender as razões econômicas, sociais e históricas que concorrem para manter a situação de pobreza de grande parcela dos países latino-americanos.

No plano externo, para Hage (2013), essas correntes estavam pautadas na dicotomia centro e periferia, buscando analisar as desigualdades políticas e econômicas existentes entre os Estados industrializados, localizados no Hemisfério Norte, e os dependentes, pobres do Hemisfério Sul.

A primeira versão da dependência é caracterizada como weberiana, schumpeteriana e capitalista, tendo como principais expoentes os autores são José Serra, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. A segunda, representada pela versão marxista da dependência, tem como teóricos principais Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Agustín Cueva.

Traspadini (1999) argumenta em seu livro *Teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso* que a vertente reformista ou weberiana de fato nunca pertenceu à perspectiva crítica e nem seguia linhas de pensamento de esquerda ou progressista da época. Os autores desse ideário afirmavam que, para o alcance de desenvolvimento capitalista ocorrer nos países da América Latina, era necessária a integração subordinada aos centros imperialistas, bem como que a dependência era algo inerente ao processo capitalista, e a interdependência se apresentava como a forma de conexão ideal entre economias desenvolvidas, intermediárias e débeis.

Para as autoras Traspadini (2014) e Amaral (2012), a teoria da dependência em sua vertente marxista tem um importante papel na avaliação e complementação na teoria do imperialismo formulada por Lenin, já que a formulação clássica da teoria do imperialismo

apresentou elementos insuficientes para caracterizar a natureza das sociedades consideradas subordinadas da periferia do sistema.

Diante disso, sobre a Teoria Marxista da Dependência (TMD), a pesquisadora paraguaia Cecilia Vuyk (2014) enfatiza que a linha trabalhada pela TMD segue uma aplicação solvente e ortodoxa, não dogmática, da teoria do imperialismo ao estudo da formação social latino-americana.

Vânia Bambirra (1978), em seu livro *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, relata que a teoria surgiu a partir de amplo marco de referência teórico, que tem como antecedentes as análises de Marx e Engels sobre a situação colonial, Lenin, a teoria do imperialismo e seus alcances na situação colonial elaborada por Hilferding, Bukharin e Rosa Luxemburgo.

Segundo a mesma autora, os estudos a respeito da dependência realizaram uma análise com um grau de abstração mais baixo, possibilitando a captação de uma combinação específica que coexiste na América Latina sob a hegemonia do capitalismo e deve ser entendida como:

[...] la aplicación creadora del marxismo-leninismo a la comprensión de las especificidades que asumen las leyes de movimiento del modo de producción capitalista en países como los latinoamericanos, cuya economía y sociedad, conformadas después de la destrucción de las sociedades indígenas, fueron productos del desarrollo del modo de producción capitalista primero en Europa, en seguida en Estados Unidos, y son redefinidas en función de las posibilidades estructurales internas, vale decir de la diversificación del aparato productivo (BAMBIRRA, 1978, p 26).

É principalmente a partir desse enfoque clássico do imperialismo que Ruy Mauro Marini estrutura toda a sua reflexão sobre o capitalismo na periferia, que se fundamentará na sua obra político-teórica *Dialética da Dependência*, estabelecendo-se efetivamente como o texto basilar da Teoria Marxista da Dependência.

A TMD, na visão de Silva e Paraná (2017), contribui com uma visão muito madura sobre a dependência, renovando o marxismo latino-americano nos anos 1960 e 1970, dando continuidade ao esforço para se pensar sobre as particularidades do capitalismo e da luta de classe no continente. Segundo os autores foi:

[...] só nos dependentistas foi alcançada uma concepção dialética da relação entre o moderno e o arcaico, e superou-se um quadro teórico-metodológico das relações hierárquicas entre nações para uma análise propriamente das classes, internas e externas, envolvidas na perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência (SILVA; PARANÁ, 2017, p. 193)

Passados os apontamentos introdutórios, a partir daqui a proposta é compartilhar os pontos cruciais dessa vertente que caracterizarão o que Marini (2011) chama de capitalismo *sui generis*.

Para Marini (2011), a dependência consiste em uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Em outro momento, Marini (1973) discorre sobre quais funções a América Latina cumpre na economia capitalista mundial:

[...] as funções transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 1973, p. 328.).

Marini (1973), consciente da particularidade dos contextos históricos e espaciais que embasam a formação dos países latino-americanos no nível das relações internacionais, afirma que, a partir do processo de inserção da América latina, consolidam-se relações de dependência.

A diferença crucial é que, em função da necessidade estrutural dessas economias de enviar excedentes produzidos internamente rumo aos países centrais, o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades que faz com que as esferas da produção e circulação sofram uma espécie de “ruptura” no processo interno de reprodução do capital, que precisará ser compensado no próprio plano de produção para sustentar a taxa de lucro.

Para que ocorra a reparação de perdas aos capitalistas, alguns mecanismos estabelecem-se e desdobram-se nas categorias principais postuladas por Marini (1973). A primeira dessas formas de compensação é a superexploração da força trabalho, que permitirá que a mais-valia acumulada na periferia seja apropriada pelo centro, sem que os parceiros capitalistas internos deixem de lucrar.

Dentre os estudiosos contemporâneos da teoria marxista da dependência, Traspadini e Stedile (2005) fornecem explicações elucidativas para se entender a diferença entre os mecanismos de exploração e superexploração.

Para ambos os autores, quando um país dependente torna-se um participante das relações econômicas internacionais, os capitalistas periféricos, para neutralizar as perdas decorrentes desse processo, utilizam como estratégia a superexploração dos trabalhadores que, por esse motivo, não se convertem em sujeitos de consumo.

Já a exploração dos trabalhadores é um mecanismo de criação de valor que tem como base o trabalho assalariado que é apropriado pelo capitalista privado, mas que em contrapartida permite que os operários mantenham certo poder de consumo. Carcanholo (2008, p.1) afirma que “a única maneira de desenvolvimento capitalista na periferia, tendo em vista o aprofundamento da dependência, é a superexploração da força de trabalho”.

A superexploração se materializa principalmente por meio de quatro mecanismos, que podem ocorrer isolada ou concomitantemente, são eles: o aumento da intensidade do trabalho; a prolongação da jornada de trabalho; a apropriação por parte do capitalista de parcela do fundo de consumo do trabalhador então convertido em fundo de acumulação capitalista, isto é, a queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho; e a ampliação do valor da força de trabalho sem correspondente incremento salarial. Aqui é importantíssimo fazer um adendo para lançar luz sobre o papel subordinado e associado da burguesia local dos países da periferia.

A parcela não acumulada dessa mais-valia traduz-se em compras externas de bens suntuários, de modo que os circuitos de produção e circulação andavam separados. Dado o tamanho do exército industrial de reserva e o fato de que os setores mais desenvolvidos tecnologicamente não só não existem internamente como seus produtos não fazem parte do consumo dos trabalhadores. Quando chega a indústria de bens suntuários, num momento posterior, a produção desses bens é internalizada, mas nem por isso os dois circuitos (produção e circulação) passam a andar juntos.

Como a demanda por esses bens já existia de antemão (antes era atendida pelas compras externas), a internalização da produção não resultou em alteração no paradigma da produção, pois na cesta de consumo dos trabalhadores esses bens continuavam não constando.

De acordo com Amaral (2012), voltadas para a necessidade da economia mundial, as classes dominantes concentram o desenvolvimento da produtividade em segmentos direcionados para o mercado internacional ou para as frações do mercado interno dirigidas ao consumo de bens suntuários ou de “luxo”.

O resultado desse processo será: I) Os segmentos da burguesia dependente que se articulam ao capital internacional se apropriam de grande parte da mais-valia gerada internamente, sem necessariamente aumentarem a taxa de mais-valia; II) As relações econômicas internacionais que essa burguesia estabelece implicam uma perda de mais-valia para a economia nacional pelo ajuste de seus valores à produtividade internacional que incide sobre ela.

Entretanto, o setor da burguesia dependente que introduz a tecnologia estrangeira, mas que compensa essa perda de fixação da mais-valia extraordinária em seu favor, repassa-a para o conjunto da sociedade.

Todavia, em determinadas circunstâncias, essa mais-valia extraordinária pode ser em parte suprimida e afetar também os segmentos que monopolizam a introdução da tecnologia estrangeira; III) a superexploração do trabalho se generaliza como forma de regulação da força de trabalho para sustentar a taxa de lucro.

Finalmente, quando chega o momento em que é necessário retirar o consumo desses bens dos estreitos limites em que se encontravam, sob pena de enfrentar sérios problemas quanto à sua realização, quem aparece na história não é a classe trabalhadora, mas as camadas médias, cujo consumo tem igualmente por base a mais-valia não acumulada.

Nesse momento, deve ocorrer inclusive um acirramento da superexploração, visto que a mais-valia tinha que dar conta também das necessidades aumentadas de renda dos estratos médios. Portanto, apesar de industrializadas, as economias periféricas (como a brasileira) tinham dificuldade de transitar do paradigma da superexploração para o paradigma do crescimento da produtividade, permanecendo em sua condição dependente.

Para enfrentar os problemas de realização que inevitavelmente passam a ocorrer, os países periféricos mais desenvolvidos industrialmente buscam mercados externos em que possam atuar como nações favorecidas, configurando então o caráter subimperialista que também marca a condição dependente desse grupo de países.

Após os anos 1960, inúmeros eventos alteraram o curso e a economia dos países latino-americanos. Os choques do petróleo, as crises da dívida dos anos 1980, a redemocratização da maioria das nações latino-americanas e as políticas neoliberais da década de 1990 modificaram diversos elementos da vida econômica e social destes países²⁹. Diante desse novo cenário, o que se notou foi que as formas atuais de apropriação do valor se distanciaram da produtividade do trabalho³⁰.

Para caracterizar uma nova fase de dependência, Martins (2013) salienta que a convergência entre a globalização da acumulação capitalista com o movimento subimperialista,

²⁹ Nota-se a importância de observar a maneira pela qual as mudanças e implicações sucedem a partir do neoliberalismo, principalmente no que diz respeito às economias centrais, para entendermos como isso se reflete nas condições de dependência. Destacamos como sugestão de leitura *O Neoliberalismo: história e implicações*, de David Harvey (2008).

³⁰ Em *La bolsa o la vida: las finanzas contra los pueblos*, Eric Toissant (2004) reforça essa afirmação, ao propor que a riqueza é produzida pela natureza e pelo trabalho humano, mas que uma parte crescente do subproduto do trabalho humano é apartada pelos detentores de capitais para a esfera financeira, que investirá uma fração decrescente desse subproduto na esfera produtiva.

interno ao capitalismo dependente, provoca profundas alterações nos padrões da superexploração do trabalho (MARTINS, 2013). Frisa-se que o autor afirma ainda que o crescimento econômico e o aumento da demanda por *commodities* da China³¹, a partir de 2003, causou uma reversão nos termos de troca, beneficiando conjunturalmente as economias latino-americanas. Caso mantivesse o mesmo dinamismo apresentaria resultados insustentáveis.

Em termos práticos, o autor explica que no período em que o eixo de expansão estava voltado para a rota do Pacífico e China, esta última importava da nossa região mais produtos manufaturados de média e alta tecnologia, no percentual aproximadamente de 70%. Para que a América Latina pudesse disputar esse mercado ante o comércio internacional, seria necessário investir na elevação do valor agregado de nossas exportações (isso requer taxas de investimentos internas), romper com a superexploração do trabalho e compor escalas regionais ou semi continentais que poderiam propiciar para a nossa região uma inserção internacional sustentável (BRICS e a própria China). Mas como predominam na América Latina burguesias dependentes, caso continuasse o alto dinamismo chinês, haveria um aprofundamento da primarização da nossa pauta exportadora (aumento da participação dos bens primários na pauta de exportações brasileiras) e colocaria fortes limites ao nosso desenvolvimento industrial e científico (MARTINS, 2013).

A autora Amaral (2013), ao analisar como a dependência modificou-se na história dos países latino-americanos, fornece contribuições relevantes para discutirmos as mudanças nos mecanismos de extração de excedentes no sentido de caracterizar uma nova fase da dependência na América Latina.

Ancorada nos estudos de Paulani (2012) e Santos (1970), a autora consolida as abordagens das formas de extração de excedentes constituídas pelos dois autores em duas fases: a primeira fase denominada por ela de clássica; e a segunda, cujo destaque faz menção a dois tipos de extração de excedentes concentrados na balança de rendas.

Essa generalização, como Amaral (2013) bem pontua, permite simplificar um pouco o raciocínio, contudo frisa-se que nas décadas de 50 e 60 já havia transferência de excedente feito na forma de juros, pagamento de *royalties* e dividendos.

Na primeira generalização, o que predomina são os excedentes derivados das relações de preço, ou seja, termos de trocas desfavoráveis. Trata-se do que já foi mencionado previamente sobre a forma de extração de recursos que deriva diretamente de uma Divisão

³¹ Segundo Martins (2013), foi a primeira vez que a América Latina apresentou um crescimento econômico equivalente à economia mundial. O PIB *per capita* foi de 3,3% entre 2003 e 2008 (MARTINS, 2013).

Internacional do Trabalho (DIT) avessa aos países subordinados, cuja materialização se situa na balança comercial, e, logo, no âmbito da circulação de mercadorias.

De acordo com Amaral (2012), a segunda fase se estende da década de 1980 até os dias de hoje. A autora enfatiza que vamos nos aproximando progressivamente de transações em relação às quais este laço entre o financeiro e o produtivo vai se rompendo e quaisquer benefícios — ainda que frouxos, indiretos e não intencionais — que porventura pudessem ser extraídos dessas relações por parte das economias dependentes ficam um tanto menos óbvios ou mais improváveis.

Em cada momento na história da América Latina, dentre tantos problemas gerados pela condição dependente, um deles é que o padrão que se assenta na prática é a reprodução do pagamento de um salário inferior ao valor da sua força de trabalho. Isso ocorreu tanto na época em que os países desempenhavam meramente papéis exportadores de matéria prima, quanto na chegada da indústria, e se manteve mesmo com a necessidade que ela gera, ultrapassada uma primeira etapa, de que se generalize o consumo dos bens que circulam na alta esfera.

Isso traz outro problema: a necessidade de realização desses bens, e a resolução dessa questão passará pelo conceito de subimperialismo, desenvolvido por Ruy Mauro Marini em meados dos anos de 1970.

O subimperialismo elementarmente refere-se à entrada dependente de uma economia periférica à fase imperialista do capitalismo. Torna-se imperioso ressaltar que, com a chegada do governo Lula ao poder no Brasil, o subimperialismo brasileiro volta a ganhar força. Tal afirmação será melhor desenvolvida na seção seguinte.

2.6.1 Subimperialismo

O estudo dessa categoria torna-se fundamental para entendermos as transformações ocorridas nas relações de produção paraguaias que se caracterizavam inicialmente por uma estrutura principalmente agrária, baseada na pecuária extensiva, e que hoje dedica-se à exportação — com ingresso massivo do monocultivo extensivo sobre a base do latifúndio — financeira e extrativista (VUYK, 2014).

Por oportuno, Luce (2013) afirma que, com a passagem para a fase dos monopólios e do capital financeiro, o imperialismo e o subimperialismo constituem processos de amadurecimento da economia capitalista mundial. Assim dizendo, o imperialismo constitui-se como uma etapa superior do capitalismo. O subimperialismo, pois, deve ser entendido como

um nível hierárquico do sistema mundial e, ao mesmo tempo, uma etapa superior do capitalismo dependente (LUCE, 2013).

A categoria “subimperialismo” foi estabelecida por Ruy Mauro Marini (1974) para explicar o fenômeno emergido nas décadas de 1960-1970, no contexto da nova divisão internacional do trabalho, da emergência de subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial como, por exemplo, o Brasil (LUCE, 2011). Os trabalhos que se referem a este tema foram reunidos ao longo de muitos textos, mas principalmente no livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, de 1974, publicada em pleno exílio, em que ele demarca a práxis e a ideologia desse fenômeno que encontra no Brasil a sua maior expressão:

As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar (MARINI, 1974, p.).

Em meio à totalidade da dominação estrangeira, a qual se sustenta principalmente no imperialismo norte-americano, na etapa dos monopólios e do capital financeiro, algumas economias dependentes se sobressaem. O exemplo emblemático é o Brasil, que chega à fase subimperialista nos anos 1960, alcançando um grau de industrialização mais avançado em relação à média regional. É mister assinalar o apoio e a promoção do Estado brasileiro no processo dependentista e subimperialista, conforme o exposto nos estudos de Cecilia Vuyk (2014):

El avance de la industrialización, la gran agricultura — sustentada en el latifundio — y el capital financiero, así como la cooperación antagónica desarrollada con Estados Unidos — con un importante flujo de capitales y de monopolios estadounidense expandiéndose hacia Brasil — contó con él impulso de Estado brasileño, primeiramente con los gobiernos de Getulio Vargas, y luego los de Juscelino Kubistcheck, Janio Quadros y João Goulart, dándose el principal apoyo a la expansión de los capitales brasileños, así como de los capitales extranjeros hacia Brasil, luego el golpe de Estado cívico-militar de 1964 (VUYK, 2014, p. 27).

Esse intenso processo de industrialização provoca algumas contradições e impõe alguns limites para a realização de parcela dos bens industriais produzidos que deveriam ser superados pela economia industrial nascente.

Em outros termos, Maldonado e Anjos (2021) afirmam que esses problemas enfrentados por essas economias são basicamente de três formas:

I) O aumento da proporção dos meios de produção (maquinários e equipamentos) sobre a quantidade de trabalho exigida para colocá-los em movimento (tanto menor quanto maior é a quantidade de meios de produção produzidos somava-se a; II) um cenário secularmente presente de ampla desocupação, no qual um contingente enorme de trabalhadores e trabalhadoras integra as filas do exército industrial de reserva, além

da III) superexploração do trabalho, tendo como resultado a limitação do consumo das massas trabalhadoras e, portanto, a restrição do próprio mercado interno (MALDONADO; ANJOS, 2021, p. 174).

Dito isso, a profundidade da relação subimperialista entre Brasil e Paraguai teve origem em uma relação construída ao longo de 150 anos e remonta aos tempos da colônia VUYK (2014)³².

Compartilha-se aqui um breve resgate histórico sobre como procedeu a dinâmica de inserção do Paraguai na órbita do subimperialismo brasileiro, demarcando-se alguns momentos. Consoante Vuyk (2014), é possível apontar que a primeira fase subimperialista teve início nas décadas de 1960 e 1970 e esteve assentada na exportação de manufaturas e capitais.

Na interpretação de Yegros e Brezzo (2013), três momentos históricos foram marcos do projeto subimperialista. O primeiro, em 1954, corresponde ao golpe militar liderado por Alfredo Stroessner (1954-1989) e conduzido com a ingerência dos Estados Unidos, pondo fim à dependência paraguaia em relação à Argentina, mediante a integração física e econômica ao Brasil (YEGROS; BREZZO, 2013). O segundo foi em 1964, quando ocorreu o golpe militar no Brasil, momento em que o subimperialismo é aprofundado no bojo de uma conjuntura econômica caracterizada pela modernização agrária e expansão territorial, que ampliou a presença brasileira no leste paraguaio devido a políticas de concessão de terras. Por fim, o terceiro momento, em 1973, marca a assinatura do tratado *antinacional*³³ de Itaipu, realizado entre as ditaduras militares do Brasil (1964-1985) e do Paraguai (1954-1989). Esse acontecimento consolidou a relação entre Brasil e Paraguai em termos subimperialistas, alinhando o Paraguai ao eixo estadunidense-brasileiro, e sua subordinação política e dependência econômica (VUYK, 2013).

Passamos agora a apresentar uma série de fatores que agravam a dependência do Paraguai, a partir da nova fase da dependência que caracteriza o período do governo do Partido

³² Em minha viagem ao Paraguai, tive a nítida percepção de que os brasileiros estão totalmente incorporados no dia-a-dia da população. Eles estão presentes em todas as esferas do cotidiano, na sociabilidade, na ideologia, na vida urbana e rural; sobretudo na econômica. Setores como o bancário, de vestuário e da indústria alimentícia são dominados por brasileiros, ou seja, o capital brasileiro está inserido em todos os âmbitos. No caminho do aeroporto de Assunção, no Paraguai, até o centro da cidade, a familiar cor laranja de agências e caixas eletrônicos do banco Itaú, o maior banco privado do Brasil e maior conglomerado financeiro do hemisfério sul, pode dar a sensação de que ainda se está em uma cidade brasileira.

³³ Ao considerar o Tratado de Itaipu como um tratado *antinacional*, a cientista social Cecília Vuyk (2014) refere-se ao fato de este acordo apresentar aspectos contrários aos interesses nacionais paraguaios. Porquanto, consolida a aliança entre as classes dominantes e aprofunda a exportação de capitais brasileiros ao Paraguai — principalmente empréstimos para a construção da hidrelétrica — assim como o controle dos monopólios brasileiros sobre as matérias primas chaves, como a energia e a terra, e de setores dos mercados externos paraguaios (VUYK, 2014).

dos Trabalhadores (PT) no Brasil no início do século atual. No Paraguai, diante do projeto de desenvolvimento associado, as relações de produção foram transformadas em função das necessidades do imperialismo norte-americano e do subimperialismo brasileiro.

Com a adesão de políticas neodesenvolvimentistas³⁴ pelo governo do PT, uma nova fase subimperialista se consolida, desta vez alicerçada na expansão de grandes empresas brasileiras de uso intensivo de recursos naturais, que controlam o fornecimento de matérias primas, fontes de energia e mercado de destino final em outros países (VUYK, 2014). Nesse novo cenário, não ocorre só a exportação de capitais, a anexação econômica e o controle de recursos naturais, como foi de 1970 até 1990. Também há a integração subimperialista dos sistemas de produção estratégicos, controlados pelos capitais brasileiros, tais como a produção de carne, manufaturados e bebidas alcoólicas e, conseqüentemente, a sua desnacionalização (VUYK, 2014).

Um dos principais aspectos que compõem essa nova fase é a expansão do agronegócio, que transformou o cultivo da soja na principal atividade econômica do campo e o motor da exportação do país, no qual os grandes produtores rurais brasileiros tiveram participação decisiva, ampliando ainda mais a posse sobre as terras paraguaias.

No que tange à internacionalização da pecuária, a presença do Brasil é tão intensa que o capital brasileiro é responsável por 70% das vendas externas do setor (BARROS, 2018). Será abordado um pouco mais sobre o crescimento das exportações de *commodities* como a soja e a carne no item 3.2.2, sobre a expansão da produção de *commodities* agrícolas no Paraguai.

No caso da energia, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu é uma questão emblemática para as relações Brasil-Paraguai até os dias atuais. A criação da usina tinha como justificativa garantir o abastecimento energético do parque industrial brasileiro que se encontrava em expansão e, também, solucionar disputas de terras que aconteciam entre os dois países (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA [INE], 2021). Observamos que este tema será abordado com mais profundidade no item 3.

Por ora, salientamos que a construção da hidrelétrica representou o início da política de expansão brasileira, bem como mais um elemento de influência subimperialista do Brasil sobre o Paraguai.

³⁴ Por neodesenvolvimentismo compreendem-se as políticas desenvolvidas no marco da teoria da interdependência, que sustenta a possibilidade de um desenvolvimento capitalista pleno na periferia, com uma certa autonomia dos centros, a partir da associação do Estado com os capitais estrangeiros, fortalecendo o desenvolvimento dos capitais e monopólios nacionais e estrangeiros assentados no país, gerando uma burguesia nacional associada ao capital internacional (VUYK, 2014).

Já em relação ao regime de maquila, a lei sancionada no Paraguai em 2001³⁵ permitiu a consolidação do processo *maquilador*. Tem sido altamente incentivado pelo governo como uma tentativa de desenvolvimento, já que o Paraguai é essencialmente agrícola e não apresentou uma ascensão da indústria nacional. Hoje, as maquilas atraem principalmente indústrias brasileiras.

A indústria maquila consiste na transferência da etapa de manufatura de uma empresa para outro território, utilizando a força de trabalho deste novo local onde está instalada a linha de produção, também existindo a modalidade de serviços que, contudo, acontece em uma proporção menor, principalmente com *call centers*.

O objetivo das indústrias nesse regime é reduzir gastos, já que em alguns países, como o Paraguai, é oferecido às maquiladoras um menor valor da carga tributária, custo menor com folha de pagamento, menos obrigações trabalhistas, vantagens econômicas para compra de matéria-prima pelo Paraguai e vantagens de exportação. Particularmente para os brasileiros, uma vantagem a mais é a grande facilidade de escoamento das mercadorias para o país de origem, além do custo da energia elétrica ser a mais barata do MERCOSUL.

Essa é outra forma da nova fase de dependência no Paraguai. Isso se traduz pela anexação econômica, que instala plantas no território nacional para terminar ou montar partes recebidas de plantas estrangeiras, devolvendo-as para o processo final, extraindo a força de trabalho do país dependente (MARINI, 1977) para ganhar impulso. São orientadas, em sua maioria, ao abastecimento do mercado brasileiro. O setor financeiro paraguaio, por sua vez, também conta com uma forte presença dos capitais brasileiros, com a presença do Banco do Brasil e do Itaú.

Segundo Maldonado e Anjos (2021):

É possível dizer que o aprofundamento da dependência paraguaia se baseou em três pilares: terra, no uso da água para navegação, seja para abastecimento da população, seja para a produção de energia e dívida. A relação desigual com o Brasil se consolidou, portanto, com a exportação de capitais brasileiros, incluindo os empréstimos e com o controle de matérias-primas estratégicas (a energia e a terra) (MALDONADO e ANJOS, 2021, p. 176).

Encerramos este primeiro capítulo entendendo a importância da contribuição da teoria da dependência para captar a dinâmica capitalista real da América Latina. Ruy Mauro Marini e todos os outros autores citados revisitaram com maestria determinadas teorias, conceitos e

³⁵ O surgimento da maquiladora no Paraguai ocorreu em 1997, data em que se promulgou a Lei nº 1.064 das indústrias exportadoras de maquiladoras. Em julho de 2000, foi publicado o Decreto nº 9.585/00, que regulamenta a Lei. As primeiras operações sob o regime de maquila tiveram início em meados de 2001 (CEMAP, 2021).

aplicações de acordo com a dinâmica do real, desenvolvendo categorias, conceitos e análises — destaco a mencionada superexploração e subimperialismo — que propiciaram a capacidade de compreender melhor essa dinâmica do nosso continente, muitas vezes suprimida pelos teóricos liberais que nunca mencionam as circunstâncias geográficas, históricas e geopolíticas que permitem a manutenção e o desdobramento de um capitalismo que se revela cada vez mais agressivo.

Uma vez expostas as principais teorias que visam explicar quais as funções que a América Latina (AL) passou a desempenhar na ordem mundial e quais os enfoques teóricos que melhor explicam a condição de subalternidade dentro do cenário internacional, intensificada pelos desígnios neoliberais, nas próximas seções buscamos desvendar as reais circunstâncias históricas que dão guarida para a formação do que se estabelece hoje no Paraguai. A próxima seção foca nos estudos das raízes do latifúndio feudal, os impactos das chegada dos imigrantes, processos necessários para a compreensão da realidade paraguaia atual.

3 O PARAGUAI: HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

O estudioso brasileiro Mário Maestri (2020), em entrevista ao site *Outras Palavras*, menciona que a historiografia é um campo privilegiado da luta de classes, no mundo das consciências e das representações. Às classes oprimidas interessa revelar o passado e suas contradições. Às classes opressoras, interessa encobrir o que realmente aconteceu e suas razões e desdobramentos. Na convicção da não neutralidade da História, visto que muitas vezes ela é reivindicada pelo capital com a finalidade de justificar projetos políticos dos grupos dominantes, compreende-se que há muito tempo há uma visão sobre a problemática da Guerra do Paraguai³⁶ impregnada pela visão dicotômica entre o país pobre e oprimido, o Paraguai, e o Brasil, construído como o “grande herói da guerra”.

A percepção latente é que, paradoxalmente, o país latino-americano que foi mais autônomo em sua origem — nos anos do governo de Francia, considerado como o momento de maior esplendor da população camponesa (OXFAM, 2017) — hoje é o mais subjugado e sem possibilidade de atender aos interesses nacionais.

Apesar de, historicamente, Assunção³⁷ ser o centro da dinâmica socioeconômica do Paraguai, trata-se também de um importante *locus* de memória da cidade e do país, pois abriga, por exemplo, a primeira estação ferroviária da América do Sul, inaugurada em 1854, elo de ligação entre as áreas produtivas do interior do país. Ao passar pelo Centro Histórico da capital, é impossível ficar indiferente ao cenário de barbárie social que toma espaço em suas praças públicas e monumentos históricos³⁸. O *Panteón Nacional de los Héroes*, por exemplo, relato físico de grandes decisões do passado que ainda impactam o presente da cidade e do país, se converteram em uma vila de miséria, inundada de lixo, que divide o espaço com as lonas pretas

³⁶ Toda guerra cria sua própria narrativa, as suas próprias verdades. A Guerra do Paraguai (1864-1870), como é conhecida no Brasil, recebe diferentes nomes nos nossos países vizinhos. Na Argentina e no Uruguai, o conflito é chamado de Guerra da Tríplice Aliança. Já os paraguaios a chamam de A Grande Guerra, por ter sido um conflito que destruiu, de fato, o Paraguai. (https://www.youtube.com/watch?v=g_z2tfi-ME4)

³⁷ Assunção é a capital e a maior cidade da República do Paraguai. É um município autônomo que não está integrado formalmente a nenhum departamento ou estado. Está localizada junto à baía de Assunção, na margem esquerda do rio Paraguai, frente à confluência com o rio Pilcomayo. Em 2021, segundo o Instituto Nacional de estatística (INE), contava com uma população aproximada de 521.101 habitantes, o que representa 7,1% da população total do país, o que faz dela a maior e mais populosa aglomeração urbana do Paraguai. Sua área metropolitana, denominada Grande Assunção, inclui as cidades de San Lorenzo, Lambaré, Fernando de la Mora, Capiatá, Luque, Mariano Roque Alonso, Ñemby, Villa Elisa, Villa Hayes e San Antonio, a qual incrementa sua população periférica em mais de 2.529.061 habitantes (INE, 2021).

³⁸ Este trecho refere-se à percepção pessoal obtida a partir de duas viagens realizadas para a Capital do Paraguai, Assunção, no ano de 2021.

das barracas montadas pelos indígenas sem-terra *chacariteños*³⁹, residentes locais que estão em um limbo legal e há mais de quatro décadas esperam uma moradia digna (LINDE, 2017).

Outra situação comum no microcentro de Assunção, mais precisamente no Mercado 4, nitidamente o lado mais vulnerável da capital, é uma grande quantidade de pessoas, anciãos, jovens, mães solo e indígenas em situação de rua⁴⁰. Para Fogel (2002), a pobreza que assola o país hoje tem como causa os diversos aspectos das políticas de Estado associados à concentração de renda, às distorções de mercado e preços e à exclusão do acesso à terra por determinados setores. Em consequência disso, a preocupação aqui será revelar o passado histórico do Paraguai e suas respectivas contradições. Nosso objetivo, pois, prima por responder quais momentos nesse processo de lutas contra múltiplas dificuldades foram determinantes para a formação da nação paraguaia.

Porém, como abordar toda a historiografia paraguaia não cabe no escopo deste trabalho, escolhemos quatro eixos de análise para esta seção. Inicialmente, versaremos sobre o período anterior à guerra da tríplice aliança, em que o Paraguai esteve sob a vigência dos governos de Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia (1840-1862) e seu sucessor, Carlos Antonio López (1840-1862), ambos com profundo esforço político para emplacar no país um desenvolvimento genuinamente independente e autônomo. Em um segundo momento, o eixo central de análise será a guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai (1865-1870). Discutiremos, então, o que essa guerra representou para o rompimento e o crescimento promissor dessa nação como um modelo alternativo às dinâmicas de dependência características daquela época, política, econômica e ideologicamente nacionalista. Em terceiro lugar, refletiremos sobre a conjuntura internacional do século XIX, fase imperial sob a égide do domínio da Grã-Bretanha. Adentraremos o debate a respeito do papel britânico na guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), que contribuiu para frear o desenvolvimento nacional e

³⁹ São popularmente chamadas de *chacariteños* as pessoas que provêm de uma extensa área, parcialmente “favelizada”, que, segundo Tramontano (2019), faz parte do Centro Histórico paraguaio. De acordo com dados levantados pelo mesmo autor em 2014, o bairro conta com uma população estimada de mais de 9 mil moradores.

⁴⁰ Este trecho refere-se à percepção pessoal da autora, obtida a partir de duas viagens realizadas à Capital do Paraguai, Assunção, no ano de 2021. Testemunhar o cotidiano de pessoas que estão nessa situação precarizada como consequência de anos de exposição a vulnerabilidades sociais, políticas e econômicas, derivadas de quatro décadas de neoliberalismo, instigou-nos ainda mais a conhecer o cotidiano dos comuns. Torna-se relevante, assim, compreender as experiências dos movimentos de resistência que constituem espaços de relações sociais baseados na solidariedade, no compartilhamento de riquezas, no trabalho cooperativo e na tomada coletiva de decisão. Isso porque esses espaços apresentam-se como uma das alternativas ao atual sistema capitalista predatório, ao oferecer novas possibilidades para a geração de renda das famílias em situação de vulnerabilidade, criando espaços de participação, cooperação, valorização, responsabilização e deliberação coletivas.

subordinar o Paraguai ao projeto imperialista mundial e regional da época, e abordaremos as disputas territoriais regionais entre todos os envolvidos no conflito. Como último eixo, lançaremos um olhar sobre os impactos sociopolíticos do pós-guerra, dando destaque à ascensão ao poder do general Alfredo Stroessner (1954-1989). Trataremos sobre como essas dinâmicas consolidaram o país quase que unicamente como um provedor de terra, energia, recursos naturais e mão de obra barata. Também discorreremos sobre como se estabeleceram ali as bases para a dominação imperialista e subimperialista, característica do Paraguai contemporâneo.

Elucidadas essas questões iniciais, cabe uma breve descrição da República do Paraguai atualmente. Considerado um dos menores países da América do Sul, segundo dados do IBGE Países (2020), tem uma área de 406.752 km². Seu produto interno bruto (PIB) é de US\$35,7 bilhões, superando, na América Latina, apenas os PIBs do Haiti, Nicarágua, Honduras e El Salvador. A população do país é de aproximadamente 7.353.038 milhões de habitantes e está concentrada principalmente na região sudeste, sendo que quase 40% vive no campo. A população por sexo está distribuída em 50,4% de homens e 49,6% mulheres (INE, 2021). De acordo com o último censo agropecuário, 80% da terra, ou seja, 24,5 dos 31 milhões de hectares cultiváveis se concentram nas mãos de 1,6% dos proprietários (PARAGUAI, 2008)⁴¹.

3.1 PARAGUAI INDEPENDENTE

A grande família guaranítica, os guaranis, ocupavam quase a metade da América do Sul antes da chegada dos Espanhóis (DURÁN ESTRAGÓ, 1972). Esses povos, com o início da colonização europeia, foram assassinados, escravizados e expulsos em grande parte do continente com a ocupação dos territórios pelo colonialismo eurocêntrico. Nesse período, muitos aventureiros espanhóis e portugueses lançaram-se até a América em busca de riquezas. A partir da vinda desses navegantes, os colonizadores deram início a um processo de dominação dos corpos indígenas, declarando guerras aos seus saberes e modos de vida. Um exemplo

⁴¹ Salientamos que, no momento da realização desta pesquisa, o recenseamento demográfico paraguaio encontra-se em processo de levantamento de dados para o Censo de 2021. Segundo Negro (2018), as informações disponíveis no Censo de 2008 estão desatualizadas e não refletem as mudanças ocorridas no setor. Algumas dessas mudanças incluem: o forte crescimento das exportações de gado, a expansão da área plantada com culturas anuais, os altos rendimentos agrícolas e modelos de produção empresarial baseados na incorporação de tecnologia de ponta e novas formas de organização da produção. Atualmente, tais modalidades produtivas convivem com uma estrutura agrária de produtores familiares, que trabalham em pequenas superfícies, com problemas fundiários, dificuldades de comercialização de seus produtos e limitações para diversificação e incorporação de tecnologia, o que permite inferir a persistência de uma dualidade entre produção empresarial e pequenos produtores na estrutura agrária do país.

emblemático foi a perda da *Tava* comunal⁴² e do direito às suas terras, por meio da aniquilação do sentido de comunidade (IRAMINA *et al*, 2021) e da sujeição dessas nações aos interesses coloniais.

Mais tarde, com o transcurso dos anos, o sistema capitalista, que começou a se constituir à época da colonização, no século XV, fortaleceu-se ao final de sua fase industrial, no século XIX. Assim, a progressão do crescimento capitalista na Europa levou à superação do capitalismo mercantil colonial. Amparada pelos ideais liberais estabelecidos pelas revoluções burguesas, como pela Revolução Francesa (1789) e seu lema de “igualdade, liberdade e fraternidade”, essa nova fase do capitalismo estimulou muitas províncias hispano-americanas a alcançar sua independência econômica em relação à metrópole (DURÁN ESTRAGÓ, 1972)

Na América do Sul, Buenos Aires estimulou amplamente os processos revolucionários de separação da Espanha, mas com intuito de que todas as províncias antigas do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata se tornassem independentes para estabelecer um novo jugo: o seu próprio. Isso foi evidenciado em um trecho, compartilhado pela estudiosa paraguaia Margarita Durán Estragó (1972, p. 47), de uma carta enviada pela Junta governativa da Província paraguaia a Buenos Aires, rechaçando as tentativas do governo portenho de impor-lhes novo domínio: “...*Por ventura sólo se nos estimuló a la revolución y a deshacer el predominio de los antiguos mandatários para establecer sobre sus mismas ruínas em império de um nuevo yugo?*”.

Sobre a independência do Paraguai, Yegros e Brezzo (2013) esclarecem:

Em meio a essa complexidade de agentes externos, o Paraguai tornou-se independente em 15 de maio de 1811, e de pleno direito a partir de 1813, mas somente conduziu ou buscou o reconhecimento internacional de sua independência a partir de 1842, desenvolvendo, para obtê-lo, uma ação diplomática que alcançou seu objetivo em 1852 (YEGROS; BREZZO 2013, p. 17).

A partir daqui, começamos a narrar a jornada de alguns personagens historicamente controversos e que proporcionam debates passionais em torno de seus nomes: o governo Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840) e os governos da família López (1843-1870). Figuras políticas singulares que, dentro das circunstâncias vividas pelo Paraguai em suas respectivas épocas, conseguiram assegurar a independência do país ante as ambições dos países estrangeiros. Ademais, segundo Souchaud (2007), mantiveram, por quase seis décadas, um

⁴² A *Tava*, lugar de referência para o povo Guarani. É considerada um lugar de referência por ser um espaço vivo que articula concepções relativas ao bem-viver. Ressaltamos que o termo Guarani designa vários povos indígenas que vivem em uma faixa territorial que hoje compreende regiões do Paraguai, Bolívia, Brasil e Argentina. Assim, não podemos afirmar que o significado desse termo é aplicável a todas as variações de povos guaranis (IPHAN, 2019).

Estado gestor de um território posto à disposição do crescimento da agricultura familiar. É mister ressaltar o papel desempenhado pela ditadura de Dr. Francia na consolidação da autonomia paraguaia, visto que o ditador desempenhou relevante parte no processo de independência em 1811, reprimindo a submissão de seu povo aos interesses externos da Espanha e Argentina.

Francia ficou conhecido como *El Supremo* por se utilizar de força militar e medidas de extrema crueldade para defender os interesses do Estado contra inimigos externos e internos (RAMOS, 2011). Passou efetivamente a governar o Paraguai somente em 1814, assumindo um governo absolutista com a justificativa de ser uma gestão para o povo e pelo povo.

Segundo muitos autores, como Creydt (2010), Durán Estragó (1972) e Riquelme (2003), *El supremo* foi responsável pela criação de uma nova estrutura que possibilitou a sobrevivência do povo paraguaio em meio a uma América ocupada pela lógica mercantil. Creydt (2010) refere-se à Francia como um líder jacobino⁴³, revolucionário, que se viu obrigado a adotar medidas drásticas, atribuindo à necessidade de consolidar o Paraguai como uma nação a truculência de suas ações, a fim tendo que dominar forças sociais regressivas que visavam subtrair sua base econômica e, assim, retirar sua influência política.

El mérito histórico del líder jacobino de la revolución paraguaya consiste, precisamente, en no haberse dejado eliminar del poder como se dejaron eliminar los líderes más avanzados de la burguesía comercial en Buenos Aires. Com firmeza implacable, a la vez que com admirable flexibilidad táctica, Francia luchó y maniobró com el objetivo de hacer triunfar su posición a favor de la dependencia absoluta, formulada em la consigna: “no mudar de amo” (CREYDT, p. 84, 2010).

O que de fato fez a figura histórica de Francia foi lacerar a reação dos proprietários

⁴³ O termo “jacobino”, utilizado por Creydt (2010), faz referência à Revolução Francesa (1789-1799), liderada por um grupo político composto por nobres e burgueses. Sua comparação limita-se ao radicalismo da linha estratégica e tática do partido encabeçado por Francia e seus procedimentos energéticos para reprimir os inimigos da revolução. Não foi empregado no sentido de comparar a base social da ditadura de Francia com a base social da ditadura jacobina praticada na França. Paralelamente à revolução francesa, é válido lembrar que na América Latina ocorreu um movimento de grande relevância histórica que desestruturou a confiança da branquitude e todo o seu ideal de superioridade, conhecido como Revolução Haitiana (1791-1804). O resultado foi a criação do único Estado nacional no mundo oriundo de uma insurreição de escravizados. Nas Américas, foi o primeiro país a abolir a escravidão e o segundo a proclamar sua independência. Ironicamente, a então colônia de São Domingos, à época pertencente à França, teve como maior influenciador o próprio contexto histórico e ideológico da metrópole, com os ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade servindo como incentivo para a sua própria emancipação. No Haiti, os ideais revolucionários da metrópole ecoaram nas lideranças dos escravizados rebelados, os jacobinos negros. Com o sonho de construir um país independente que se aliaria à França revolucionária em pé de igualdade, tornou-se um “posto avançado” dos ideais revolucionários no continente americano. A independência foi conquistada não com o apoio, mas em combates contra as tropas francesas, inglesas e espanholas. Constituiu-se, assim, como um símbolo de luta e resistência dos negros escravizados contra a escravidão, ou ainda, da América Latina contra o colonialismo. Salientamos, ademais, que esse fato histórico foi retratado brilhantemente no livro de C. R. L. James, *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, de 1938.

oligarcas, confiscando as suas posses, sobretudo fundiárias, ou seja tirava dos ricos e aliava-se aos detentores dos meios de produção, o povo e este estava desvinculado dos interesses de Buenos Aires. Promoveu a primeira grande reforma agrária da América do Sul, criou as “Estâncias da Pátria”, propriedades do Estado, consideradas como um braço de sustentação para um estado nacional patrimonial.

A estratégia utilizada por Francia foi nacionalizar o comércio exterior e a Igreja, instituir a liberdade religiosa, organizar o mais amplo sistema da época de educação pública elementar para os jovens do sexo masculino. Por décadas, o país viveu semi-encapsulado, por ter o acesso negado do seu comércio ao Prata pela oligarquia de Buenos Aires. Boa parte das trocas mercantis paraguaias daquele período ocorriam por São Borja, no Rio Grande do Sul.

Assinale-se ainda uma ressalva feita por Doratioto (2002) em seu livro *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, em que analisa com certo ceticismo a menção ao Paraguai de Rodríguez de Francia como um símbolo de "igualdade social" ou um "projeto autônomo de desenvolvimento". Nas palavras deste autor, no Paraguai da época, o sistema estabelecido não se diferenciou substancialmente do padrão apresentado pelos demais países latino-americanos. Frise-se isso mais pelo fato de que o "Ditador Perpétuo" promoveu o isolamento do país, o fortalecimento do Estado e manteve uma estrutura produtiva baseada na produção de erva-mate, tabaco e madeira. Também, por meio das famosas “*Estancias de la Patria*”, anteriormente tomadas como exemplo de equilíbrio social, utilizaram não só o trabalho de camponeses, mas também de escravizados de origem africana e de prisioneiros.

Apesar de não ser mansa e pacífica a questão, é de opinião unívoca que o sistema Capitalista de Estado adotado por Dr. Francia, conforme Riquelme (2003), representou um regime de transição que consistiu em sair das amarras das velhas travas do comércio exterior, ampliando sua capacidade de produção para consumo próprio e construindo uma economia mercantil de caráter nacional.

Após a morte de Don Francia em 20 de setembro de 1940, o Paraguai estava prestes a se transformar em uma anarquia (DURÁN ESTRAGÓ, 1972). Então, provisoriamente e por pressão da população se inaugurou um regime de governo denominado Consulado. Foram designados como cônsules Carlos Antônio López e Mariano Roque Alonso, pelo período de 3 anos. Assim começou a trajetória política de López (pai) na história paraguaia. Os governos da família López, Carlos Antônio e seu filho Francisco Solano López, mantiveram-se no poder durante todo o período de 1944-1970, no entendimento de Riquelme (2003) as ações políticas adotadas por ambos foram orientadas por um Estado mercantilista e apresentaram muitas

similaridades quanto ao sistema social, político e político-econômico implantado no governo de Francia. Na mesma linha de pensamento, Codas (2019), Creydt (2010) e Durán Estragó (1972) entendem que o período do governo lopista correspondia a uma “era restauracionista” do que foi o governo anterior.

No entanto, torna-se relevante frisar que o governo de Carlos Antônio López tomou algumas decisões que destoavam do governo de Don Francia no tocante às relações exteriores. O isolamento característico do governo anterior deu lugar a uma maior disponibilidade para negociar com governos e capital estrangeiro, que se concretizou com a comunicação do Paraguai diretamente com a Europa. Segundo Creydt (2010, p. 100, tradução nossa), Don Francia “ampliou o sistema econômico nacional e o modernizou, mantendo o Estado como a principal fonte de acumulação de capital e sua função econômica consistiu em colocar o Paraguai em uma posição de vanguarda”.

Propiciou também a manutenção do Estado como monopólio do comércio exterior, ao tomar para si grandes propriedades de erva-mate e madeira de construção naval, tornando-se o único vendedor desses produtos. Durán Estragó (1972) descreve um dos episódios em que o governo lopista negou-se a compactuar com a expansão do imperialismo estrangeiro:

En 1853 llegó a Asunción el representante norteamericano de una empresa constructora de barcos. Venía con intención de ayudar al Paraguay, pero con la condición de ser el único vendedor autorizado. El presidente López le negó el monopolio de la navegación, ayudándole en cambio a crear otras industrias. La implantación del capital extranjero puso en peligro seriamente la economía nacional y el gobierno se vio obligado a cerrar sus establecimientos (DURÁN ESTRAGÓ, 1972, p. 63).

Assim sendo, *Mariscal* Lopez almejava o progresso, mas sem atrelá-lo ao capital externo, visto que, uma vez conseguido o domínio dos recursos produzidos espontaneamente pela sua terra, entendeu ser necessário impulsionar o progresso cultural e educativo do país. Contratou homens da ciência e técnicos estrangeiros renomados para implantar estabelecimentos industriais como fundição de ferro, telégrafo, ferrovia e marinha mercante. Contudo, diferentemente da ditadura francista, não acatou em profundidade a propriedade camponesa da terra, na qual se assentava de fato a independência do país (CODAS, 2019).

Segundo Traspadini (2020) e Codas (2019), dentro da lógica mercantil reinante, o Paraguai daquele período figurava como uma potência e um país verdadeiramente independente, com um capitalismo nacional fortemente ancorado no Estado e uma maioria de pequenos e médios proprietários.

3.1.1 A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

Traspadini (2020) afirma que, dentro do sistema capitalista, a guerra é sempre contra e sobre os povos e seus territórios, e no Paraguai não foi diferente. Após a derrocada dos governos ditatoriais⁴⁴ de Francia (1814-1840) e dos governos da família López (1843-1870), a Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida como Guerra do Paraguai ou Guerra Grande, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870, constitui-se como um dos mais sanguinários e violentos capítulos sobre o povo da América latina. Envolveu, de um lado, uma coalizão formada por Brasil, Argentina e Uruguai, assessorados e financiados pela Inglaterra e EUA; e, de outro, a nação paraguaia. Esse grande conflito armado é considerado por muitos autores como o principal motivador do estancamento do rápido desenvolvimento nacional independente e autônomo naquele país, sobre as bases deixadas pelos governos de Don Francia e *Mariscal Lopez*, que, em seus respectivos governos, nunca precisaram recorrer ao mercado financeiro internacional para obter fundos para investir seus planos de desenvolvimento (CREYDT, 2010).

No que diz respeito às causas dessa guerra, torna-se relevante apresentar a configuração geopolítica mundial naquele momento e quais as mudanças e acontecimentos ocorriam na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), bem como os interesses de dimensões regionais. Primeiramente, é primordial ressaltar que o século XIX foi para a América Latina o século inglês. Naquele momento, a Grã-Bretanha era a principal fonte de capital do mundo, acumulando os domínios sobre os mares e a supremacia política, comercial e financeira. Ela também foi a primeira nação industrial, considerada a oficina do mundo (BETHELL, 1995).

Em relação à DIT, na nova fase do sistema capitalista, com a chamada primeira Revolução Industrial (1780-1820), ocorreram profundas modificações causadas pelo surgimento de um novo modelo de produção em que a produção artesanal deu lugar às primeiras fábricas, aumentando a produtividade (produção de mercadorias no mesmo espaço de tempo) e também a produção, o que impulsionava pela busca de novas regiões fornecedoras de matérias-

⁴⁴ Torna-se imperioso realçar as diferenças entre os governos autoritários de Francia e Stroessner que se perfilam com nitidez com uma perspectiva ditatorial, já que se utilizaram em seus planos de governos estratégias como a repressão, a violência, o fomento da cultura do medo, as limitações das liberdades individuais, o controle do ambiente político como meios pelos quais procurou-se controlar o dissenso e minimizar a oposição, métodos característicos de um regime ditatorial. Creydt (2010), Durán Estragó (1972) e Cudas (2019) concordam que ambos diferem no que se refere à finalidade do uso de tais estratégias, já que o governo de Francia justificou o estabelecimento da ditadura nacional revolucionária como uma necessidade inevitável da revolução e da realização completa e consequente do seu objetivo central de um projeto de soberania nacional. O governo de Stroessner, por sua vez, pautou-se pela subserviência aos ditames das políticas externas norte-americana e brasileira no plano político e econômico e, no plano social, pela defesa dos interesses da aristocracia rural exportadora de madeira e chá.

primas e também por mercados consumidores para os produtos manufaturados. Para Marcio Pochmann ([1999 ou 2000]), foi na primeira DIT que os ingleses praticamente abandonaram as possibilidades de produção e exportação de produtos primários, transformando-se na grande nação dependente da importação de alimentos e matérias primas, financiada pela exportação de manufaturados (POCHMANN, [1999 ou 2000]).

Nesse cenário, a Grã-Bretanha, impelida pelas novas forças incorporadas à produção por meio do motor a vapor, surge como o país da industrialização e a maior potência. Isso se explica por sua habilidade de impor, por uma política liberal, as regras de um jogo político para a manutenção da ordem mundial. Decerto, uma ordem mundial que favorece os interesses da burguesia britânica, europeia e dos países centrais em geral e, seguramente, em detrimento de seu proletariado e de outras classes subalternas, além dos países periféricos em geral (AMAYO, 1995).

Levando-se em consideração os aspectos expostos e trazendo o debate para a seara do imperialismo informal, aqui importa destacar que, apesar de a política da Grã-Bretanha não ser clara nessa guerra, pois oficialmente foi neutra (AMAYO, 1995), este conflito traria grandes vantagens comerciais para essa grande potência decorrente de seu processo de industrialização. Retomemos que na primeira época da Revolução Nacional (1811-1970), o Paraguai, antes da guerra, havia sido um caso único na América Latina. Seu modelo econômico era caracterizado pela procura do desenvolvimento autônomo a partir de suas próprias forças. Por isso, tinha praticado o isolamento e fechado seu mercado ao exterior. Em função desse procedimento, não havia solicitado qualquer empréstimo ao exterior (CREYDT, 2010).

Existem muitos contrapontos inerentes à tese do imperialismo informal supondo que a Grã-Bretanha não teria nenhum interesse direto na realização desta guerra em particular. Por exemplo, para Bethell (1995), conforme exames feitos em documentos britânicos da época, não há evidências ou registros oficiais que comprovem qualquer desejo de estimular a guerra ou qualquer outra ação que levasse a isso. Nas palavras do autor:

Exames feitos em documentos diplomáticos da época não revelam nenhuma evidência de qualquer desejo de estímulo à guerra paraguaia. Tampouco essa guerra, quando começou, foi vista pela Grã-Bretanha com bons olhos. [...] a maioria das autoridades britânicas apoiavam os aliados e manifestavam um desdém (racista?) pelos paraguaios e de modo geral, culpavam o Paraguai pela guerra (BETHELL, 1995, p. 281).

Entretanto, para a geógrafa Lorena Pereira (2019), por mais que não haja indícios comprobatórios formalizados das intenções inglesas na ocorrência da guerra, sabe-se que o capital age de modo implícito e que a dívida é um meio antigo de exploração, e o que está explícito é que quem mais se beneficiou com o conflito e posterior endividamento dos países

envolvidos foram os pequenos grupos econômicos de Londres, Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevideu. É sabido que Londres era a principal responsável pela maioria dos empréstimos concedidos aos novos governos da América Latina, sobretudo para os países pertencentes à tríplice aliança. Inclusive, o financiamento da guerra foi possível por meio de serviços financeiros. Bethell (1995) expõe os valores dessas cifras:

Uma ligação financeira significativa foi mais uma vez restabelecida entre as repúblicas da América Espanhola e a cidade de Londres. Baring, por exemplo, emitiu empréstimos de 1,5 milhões de libras para o Chile em 1858, um milhão de libras para a Venezuela em 1862 e, para a Argentina, 1,25 milhões de libras em 1866 e 1,95 milhões de libras em 1868 — para ajudar a financiar a guerra com o Paraguai. Brasil e Peru eram, entretanto, os principais captadores de empréstimos, responsáveis por cerca de pelo menos 50% do total dos investimentos britânicos em títulos e ações na América Latina antes do boom dos investimentos nas décadas de 1870 e 1880 (BETHELL, 1995, p. 275).

Devido à destruição ocorrida no pós-guerra, ao déficit populacional expressivo, à reduzida capacidade de compra, à limitada infraestrutura e à ausência de capitais, não havia alternativa senão buscar empréstimo no exterior. Para Pereira (2019), foi a partir desse endividamento para reconstrução do setor primário que se consolidou o projeto de dependência da nação paraguaia. Ela acrescenta que:

[...] foi a partir do pós-guerra que se iniciou a estrangeirização sem o povoamento (por meio de políticas de imigração) do Paraguai, na qual a base foi o latifúndio, a especulação, as formas extensivas de produção e extração de recursos naturais e a marginalização do campesinato (PEREIRA, 2019, p.122).

Segundo Peláez e Suzigan (1981), foram feitas duas estimativas sobre o custo monetário total da guerra: a primeira, elaborada pela comissão do Ministério da Fazenda, indicou um custo total de 460.718 mil réis; a segunda, realizada pelo Tesouro, atingiu o valor de 614 mil réis. Além disso, o aumento significativo no volume de papel-moeda durante a guerra causou desvalorizações da moeda e inflação. Vale destacar que, no pós-guerra, a elite que tomou o poder era favorável aos interesses do capital estrangeiro imperialista (Inglaterra) e subimperialista (Brasil e Argentina), conforme Pereira (2019), amparada pelos estudos de Laino (1989).

Abordemos, agora, as disputas regionais, ou seja, os crescentes interesses do Império Brasileiro no Uruguai; o desejo da Argentina, sob o governo do Bartolomeu Mitre (1862-68), de consolidar a sua unidade política recém estabelecida; e as ameaças ao equilíbrio regional do poder colocadas, sobretudo, pela política expansionista de Solano Lopez. Os relatos clássicos sobre os motivos do conflito estão vinculados estritamente aos interesses territoriais na América do Sul, explicitando as rivalidades e confrontos existentes na região, tidas como herança

colonial de Portugal e Espanha em torno do controle da navegação na bacia do Prata (BETHELL, 1995).

Segundo o entendimento de alguns autores, como Maestri (2021) e Creydt (2010), o primeiro ato do conflito foi a invasão por tropas armadas brasileiras da República Oriental do Uruguai em outubro de 1864, e o último ato foi em março de 1870, com a morte de Solano López (filho), executado sob as ordens do general sul-rio-grandense Correia da Câmara, em um último arremedo de confronto, com o Paraguai sob ocupação militar.

Seguindo relatos construídos pelos autores Cotas (2019) e Nunes (2003) acerca dos desdobramentos da Guerra da tríplice aliança, ambos afirmam que a princípio, o Uruguai representava um centro de interesses, pois era detentor de uma área disputada tanto pelo Brasil, ainda sob a liderança de Dom Pedro II, quanto pela Argentina. Após a consolidação de sua independência, dois partidos se formaram e dominaram o cenário político do país: o *Partido Blanco* (nacionalistas) e o *Partido Colorado*. A intervenção no Uruguai pelo Império Brasileiro teve como objetivo tirar do poder os *blancos* e favorecer um novo governo sob dominação colorada.

Conforme Nunes (2003) tanto a Argentina quanto o Brasil apoiaram a rebelião do Colorado. O presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, um liberal, eleito em outubro de 1862, assumiu essa posição porque os *colorados* uruguaios o apoiaram na guerra civil argentina de 1861. Além disso, ele também acreditava que os *blancos* no poder em Montevideu constituíam um possível foco residual de oposição federalista à recém-unida república argentina.

A posição do Brasil era um pouco mais complicada. Durante a década de 1850, o Brasil havia aumentado dramaticamente seu interesse econômico e financeiro e sua influência política sobre o Uruguai. No final da década, mais de 20.000 súditos brasileiros, em sua maioria gaúchos do Rio Grande do Sul, juntamente com seus escravizados, estabeleceram-se ali. O governo *blanco* (conservador), eleito em 1860, no entanto, começou a adotar uma linha dura, tentando restringir a colonização brasileira (e a escravidão), controlando — e tributando — o comércio transfronteiriço. O Rio Grande do Sul, que havia abandonado sua luta pela independência apenas 15 anos antes, esperava que o governo imperial do Rio de Janeiro protegesse seus interesses no Uruguai.

O Partido Liberal já era dominante no Rio Grande do Sul, e à medida que a maré política nacional começou a virar a favor dos liberais (culminando em janeiro de 1864 com a nomeação do governo liberal-progressista de Zacarias Gois e Vasconcelos), os governos brasileiros tornaram-se cada vez mais responsivos à pressão do Rio Grande do Sul para se juntar ao

governo dos unitaristas na Argentina, apoiando a rebelião do *Partido Colorado*, liderado pelo general Venâncio Flores.

A interpretação paraguaia, segundo Doratioto (2002), era que o Brasil e a Argentina buscavam ampliar seu espaço territorial em detrimento do Uruguai e do Paraguai. A invasão do Uruguai pelo exército brasileiro para colocar os colorados no poder, de acordo com os seus interesses, levou López a interpretar que a política expansionista brasileira havia sido posta em prática. Em represália, enviou uma canhoneira guarani para prender o navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava pelo rio Paraguai em novembro de 1864. O resultado foi o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. Na véspera do Natal de 1864, López lançou uma ofensiva contra o Mato Grosso, dando início à guerra.

O Brasil obteve sucesso na ascensão dos colorados ao poder no Uruguai e, em março de 1865, López declarou guerra à Argentina, pois esta não permitiu que o exército de López atacasse o Rio Grande do Sul entrando por *Corrientes*, território pertencente à Argentina. Em 1º de maio, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra as ofensivas do Paraguai.

Para Creydt (2010), o pano de fundo desta guerra foi um choque entre sistemas econômico-sociais. Como já visto, devido a políticas adotadas em governos anteriores, no Paraguai se operava um rápido processo de desenvolvimento nacional e independente, ante a maior intensidade da produção que adquiriu e com o progresso da navegação a vapor, surgindo a necessidade e a possibilidade de abrir novos mercados externos, vinculando-se aos mercados europeus. Um dos sistemas econômicos, apesar de sua rivalidade, constitui-se na aliança entre a monarquia brasileira e a República do Prata; outro se consubstanciou no Estado nacional paraguaio. A monarquia brasileira estava sob jugo dos barões do açúcar que exploravam escravizados negros para lucrar com a exportação. A Argentina era regida por uma burguesia importadora e exportadora que servia a uma aristocracia de grandes latifundiários e capital inglês.

Para o território paraguaio, a Guerra Grande foi extremamente danosa. Não há estimativas confiáveis sobre o número de mortes causadas pelo confronto que aniquilou a vida de milhares de sul-americanos (MAESTRI, 2021). Não só o arsenal bélico composto de espingardas, canhões, fuzis e pistolas infringiram dor e morte sobre os soldados que se sacrificavam nos campos de batalhas. Também ocorreram muitas epidemias como as de cólera, sarampo e paludismo, que debilitaram e acabaram com a vida de muitos (DURÁN ESTRAGÓ, 1972)

Os efeitos imediatos da grande derrota paraguaia, além da perda de territórios em disputa, foi a destruição de um quantitativo enorme de camponeses mortos em combates e a desorganização dos sobreviventes após o conflito. Para além do extermínio da população, a hecatombe da Guerra do Paraguai, conforme Villagra (2021), Maestri (2021) e Codas (2019), foi sucedida por uma ruína social, política e econômica. De modo geral, no cerne das mudanças está o fato de que o Paraguai deixou de ser uma nação soberana para converter-se em um país dependente com características semicoloniais. A partir disso, houve a perda estimada em 50% do território paraguaio, entregue ao Império do Brasil e à República Argentina; a ocupação militar dos exércitos invasores no Paraguai até 7 anos depois da guerra; a redução da população paraguaia a 1/3 da original; e a inauguração da fase de recolonização do Paraguai (VUIK, 2015).

Figura 1 - Mapa do território paraguaio antes e depois da Guerra do Paraguai



Fonte: Veronica Smink, 2020.

A classe política optou por vender terras públicas a capitais estrangeiros a preços irrisórios, dando início à expansão da propriedade privada de terras no Paraguai. Carlos Pastore (2008), importante pesquisador paraguaio que militou durante anos em prol da recuperação das terras mal “*habidas*”, após o fim da guerra da Tríplice Aliança, afirma em seus estudos que o país foi recolonizado e a estrutura latifundiária foi reconstruída devido à “entrega” de terras públicas ao capital internacional por parte do governo de Bernardino Caballero (1880-1886). Segundo ele, isso foi realizado por meio das leis promulgadas em 1883 e 1885, *Leyes de Venta*

de *Tierras Públicas*, que permitiu que duas dezenas de monopólios estrangeiros controlassem um quarto do território nacional, sendo os principais os anglo-argentinos *Carlos Casado S.A.* e *La Industrial Paraguaya S.A.*, bem como a brasileira Mate Laranjeira, cujo domínio se estabelecia sobre o setor de erva-mate no departamento de Concepción. Ainda sobre o controle e estrangeirização das terras como um dos principais efeitos do pós-guerra, Pereira (2020) expõe que:

Com a sanção da lei de 02 de outubro de 1883 se inicia um novo período na legislação agrária do Paraguai. Tal lei autorizou a “vender las tierras públicas por valor de ciento cincuenta mil pesos fuertes, en bonos de tesorería o en moneda metálica de curso legal”. A legislação deu preferência aos arrendatários e ocupantes da terra naquele momento. A lei de 1883 classificou o Paraguai em três classes, excluindo o Chaco, de acordo com a sua localização próxima a cursos d’água, uso do solo e densidade demográfica, ou seja, conforme mais próxima a Asunción, maior valor possuía a terra. Esta lei de venda massiva de terras públicas e aumento dos preços para a compra e arrendamento foi promulgada em um momento em que os investidores estrangeiros já visitavam o Paraguai interessados na aquisição de terras. Logo, a criação da lei não foi apenas necessidade para liquidar a dívida externa do país, mas sim intencional para beneficiar os estrangeiros que desejavam explorar madeiras (PEREIRA, 2020, p. 119)

Segundo Fogel (2002), embora a explicação para a pobreza poder estar ligada a alguns fatores individuais, familiares ou até culturais, é importantíssimo considerar como preponderante fatores institucionais e estruturais antes de qualquer coisa. Os fatores elencados pelo autor incluem: a concentração de renda, o funcionamento dos mercados internacionais, a degradação ambiental, a exclusão do mercado fundiário, a distorção dos preços dos produtos camponeses, corrupção na gestão pública, políticas fiscais complacentes com processos de concentração de renda, a fragilidade da participação cidadã nos processos decisórios. Todos vigoram até hoje no Paraguai e estão atrelados à questão agrária.

3.1.2 OS IMPACTOS SOCIOPOLÍTICOS PÓS-GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NO PARAGUAI CONTEMPORÂNEO

Como visto, a guerra eclodiu em 1864 com a ocupação pelo exército paraguaio do atual estado brasileiro do Mato Grosso do Sul e chegou ao fim no dia 8 de abril de 1870, com a morte de Francisco Solano López. Apesar dos recentes indicadores econômicos do Paraguai registrarem números positivos devido à grande arrecadação anual em torno de 4,7%, no período entre 2004 e 2016 — em termos financeiros, ligados ao uso de recursos naturais e às exportações de soja transgênica e de carne bovina (BANCO MUNDIAL, 2018) —, uma fatia majoritária da população vive em estado de vulnerabilidade frente aos graves problemas sociais ocasionados pela concentração de renda nas mãos de latifundiários. Segundo Valdez (2021) duas em cada

10 pessoas no Paraguai vivem em pobreza extrema. Segundo Pereira (2019), mesmo após 152 anos do fim da guerra, o sentimento de perda de soberania em diferentes dimensões (nacional, cultural, de identidade etc.) ainda é muito forte e isso criou um sentimento negativo em relação, sobretudo, aos brasileiros.

Em um país em que 40% da sua economia está relacionada ao campo, a terra torna-se um recurso essencial e a desigualdade na distribuição desse insumo apresenta-se como a raiz determinante de outras formas de desigualdade ali expressas (VALDEZ, 2021). De acordo com a Oxfam (2019), a concentração de terras no Paraguai indica uma desigualdade quase total, a uma taxa de 0,93%, de acordo com o índice de Gini.

Como já exposto, a marca fundadora dessa situação é, primeiramente, a devastação causada pela Grande Guerra. Complementa-se, posteriormente, por outros processos históricos como a guerra do Chaco (1932-1935)⁴⁵ contra a Bolívia, uma guerra civil em 1947 e a longa ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). Esses fatores garantiram a consolidação de um modelo econômico submisso a cartéis e monopólios estrangeiros, baseado na exploração agropecuária orientada para a exportação, cuja expressão mais avançada é o agronegócio monocultor voltado à exportação, operado sobretudo pelo capital brasileiro, que alastra a miséria pelo Paraguai (BARBOSA *et al*, 2020).

Ainda, conforme Codas (2019, p. 25), o Paraguai do pós-guerra “tornou-se uma terra sem gente, de gente sem terra”: mais de 81% do território passou às mãos dos grandes proprietários, de modo a ignorar a ocupação de longa data de muitas dessas terras por comunidades camponesas tradicionais. Apenas 0,6% do território foi reconhecido aos camponeses (que correspondiam a mais de 80% da população do país) (CODAS, 2019).

Outro momento que se apresenta como um ponto de inflexão na história paraguaia foi a ascensão ao poder do general Alfredo Stroessner (1954-1989), um dos poucos governantes que puderam se destacar pela sua longevidade no poder. Foi um governo caracterizado, principalmente, pela grande ofensiva brasileira por terras. Apoiado pelo partido colorado, quando se inicia o processo de modernização agrícola, tem início um novo tipo de estrangeirização do território paraguaio em que, conforme Santos *et al* (2021), ocorre a inserção do capital brasileiro devido à facilitação, por parte do governo, para compra de terras por

⁴⁵ A fim de contextualizar a guerra do Chaco no cenário mundial em meados do século XX, recordemos que, a partir da primeira Guerra Mundial, desataram-se lutas interimperialistas, motivadas por postos de petróleo, protagonizadas pelos capitais inglês e norte-americano. Foi nessa conjuntura que ocorreu o conflito Paraguai *versus* Bolívia, cujo conteúdo essencial foi mais uma guerra entre capital inglês, representada pela *Shell*, e capital norte-americano representada pela petrolífera Standard Oil, de *Rockefeller*, do que uma guerra propriamente entre países latino-americano (CODAS, 2019; DURÁN ESTRAGÓ, 1972).

produtores rurais brasileiros, ou “brasiguaios”, por meio de flexibilizações legais, fiscais, trabalhistas, ambientais e de crédito. Como bem salienta Vidallet (2017), no período ditatorial de Stroessner, grandes extensões de terras com quase sete milhões de hectares que estavam destinadas à reforma agrária foram apropriadas ilegalmente por políticos, empresários e militares corruptos⁴⁶, as chamadas “*tierras mal habidas*”⁴⁷.

Além disso, o ditador tomou várias medidas econômicas que mais serviam aos interesses do capital estrangeiro do que do povo, levando a cabo a adoção de políticas neoliberais: adesão do regime de câmbio flutuante; liberdade no mercado cambial; retirada do controle dos preços sobre produtos essenciais; incentivos aos investimentos estrangeiros e às exportações; promoção da lei da indústria maquiladora de exportação voltada para montagem dos produtos finais; reformas fiscal e financeira; e, por fim, a conversão do Paraguai em um ponto de triangulação, em que, por meio da Ciudad del Este, o país consolidou-se como reexportador de produtos previamente importados de países industrializados aos seus vizinhos do Mercosul (CARDOSO; ROSSETO, 2021).

A marca do governo Stroessner foi retomar, via imperialismo, o status da dependência de outrora, agora subordinado a outros *amos*⁴⁸. As correntes que amarravam a economia paraguaia ao capital financeiro internacional estavam subordinadas aos interesses da Argentina e Grã-Bretanha que dominavam o regime alimentar e a acumulação de capital naquele momento. Com o declínio da Grã-Bretanha, emerge um novo regime de alimentação e ciclo de acumulação — o regime de dominância brasileira e estadunidense. Foi neste cenário de mudanças em escala global, propriamente na segunda DIT, em que a Inglaterra apresenta sinais de fragilidade que, em escala nacional, fez ascender um novo ciclo de subordinação da economia paraguaia ao capital financeiro internacional, agora sob a hegemonia inglesa-estadunidense e, posteriormente, EUA-subimperialismo brasileiro. Pereira (2019) traz

⁴⁶ Pouco mais de mil pessoas receberam no total de quase cinco milhões de hectares, com uma média de 4.600 hectares por pessoa. Entre eles estava o próprio General Stroessner, o ex-líder do partido Colorado, Blas Riquelme, o ex-ditador nicaraguense, Anastasio Somoza e o ex-presidente paraguaio, Horácio Cartes, que foi beneficiado pelo saque de terras estatais ao ter supostamente recebido, em 1980, 4 mil hectares no Chaco (OXFAM, 2016).

⁴⁷ De acordo com Doratioto (2002), são conhecidas como terras “*mal habidas*”, ou seja, terras irregulares, aquelas que politicamente deveriam ser destinadas à projeção de uma reforma agrária, segundo disposto pela própria Constituição paraguaia. Porém, a questão acabou caindo nas mãos de simpatizantes da ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) e, em outros casos, de pessoas que eram próximas de altas autoridades do Estado.

⁴⁸ Termo utilizado em referência à nota enviada pelo Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, em 1811, para o governo de Buenos Aires que rechaçava a dependência do governo portenho. Segue um trecho da nota: “*este ha sido el modo como ella por sí misma, y á esfuerzos de su propia resolución, se ha constituido en libertad y en el pleno goce de sus derechos; pero se engañaría cualquiera que llegase á imaginar que su intención había sido entregarse al arbitrio ajeno, y hacer dependiente su suerte de otra voluntad. En tal caso nada había más adelantado, ni reportado otro fruto de su sacrificio que el cambiar unas cadenas por otras y mudar de amo*” (DURÁN ESTRAGÓ, 1972).

importantes aportes sobre o caráter geopolítico das disputas na época e enfatiza que a principal política de Stroessner foi a abertura do país. Uma das estratégias foi justamente a aproximação com o Brasil com a finalidade de deixar a Argentina em segundo plano. Essa aproximação entre as nações teve a finalidade de fortalecer o controle do território paraguaio pelos brasileiros (PEREIRA, 2020).

Com um sistema eleitoral explicitamente corrompido e protagonizado por apenas dois partidos tradicionais, Colorado e Liberal⁴⁹, quase sempre com estreita aliança com o poder militar, em que por quase cem anos antes, durante e depois de Stroessner o país foi comandado pelo partido Colorado, apresentando apenas uma única alternância com o breve mandato de Fernando Lugo (2008-2012), do *Frente Guasu*, interrompido por um golpe parlamentar comparável com o que houve no Brasil em 2016 com a destituição do cargo de presidente da Dilma Rousseff (SANTOS, 2021). Em todos esses anos de autocracia colorada a atuação do Estado comporta-se como braço armado do latifúndio transnacional, que despoja a população rural de meios de vida, multiplicando a barbárie social que caracteriza o país. A função do Estado é desempenhar a intermediação entre a oligarquia local e interesses mercantis estrangeiros, e para a classe trabalhadora e camponesa atua como opressor (RIQUELME, 2003).

Neste sentido, os governos posteriores nunca conseguiram colocar em prática planos estratégicos que viessem a impulsionar o desenvolvimento econômico, porque sempre estiveram baseados em três pilares: a exportação de *commodities* agrícolas, a venda de energia elétrica para vizinhos e o comércio de exportação por triangulação. Soma-se a isso as baixas tarifas de impostos cobradas que impedem que a União tenha arrecadação suficiente para investir em infraestrutura rodoviária e políticas sociais e um Poder Judiciário ineficiente e subordinado ao poder econômico (VILLAGRA, 2021).

Desde então, a história do Paraguai é a história da luta pela terra dos camponeses contra empresas estrangeiras e os latifundiários nacionais, descrita na seguinte seção.

3.2 OFENSIVA POR TERRAS E OS CONSEQUENTES CONFLITOS

Como visto anteriormente, um dos maiores problemas que o país enfrenta é o acesso à terra, extremamente desigual. Na seção anterior foram abordadas as causas sócio históricas da

⁴⁹ Em 1887 ocorreu a fundação dos dois principais partidos conservadores e tradicionais do país, o Colorado e Liberal, que controlariam a política e o Estado sem interrupções até praticamente a atualidade, quase sempre em estreita aliança com o poder militar; pela formação de um Estado Oligárquico e latifundiário, com uma economia liberal agroexportadora e com uma forte dominação pelo capital internacional (MALDONADO e ANJOS, 2021).

concentração da terra e como o empobrecimento da população paraguaia está diretamente ligado com questões agrárias.

Segundo Riquelme (2003), o problema da terra no Paraguai remonta ao pós-Guerra da Tríplice Aliança, quando os sucessivos governos realizaram a venda massiva de terras públicas, dando origem ao latifúndio. Outro fator determinante foi a destruição da matriz de organização produtiva baseada no esquema comunitário e a sua substituição por relações sociais fundadas nos intercâmbios e na propriedade privada como forma predominante de posse da terra.

É possível apreciar as maiores diferenças entre alguns sistemas sociais paraguaios no que diz respeito ao modo de produção implementado e à maneira predominante da posse da terra. Seguindo a ordem cronológica, os modelos identificados, segundo Valdez (2021), são os nativos Guaranis, o regime de *encomiendas*, o campesinato, o período da economia de enclave, a modernização agrícola e, por fim, a análise do atual modelo agrário baseado no agronegócio.

Na era da sociedade indígena Guarani, a agricultura praticada pelos povos nativos do Paraguai era a de subsistência e sua economia estava baseada na reciprocidade (DURÁN ESTRAGÓ, 1972). Era um modo de produção igualitário em que não havia a propriedade privada da terra e, nessa formação social, a reprodução não se baseava no poder de um às custas do outro, isto é, na exploração. Para os Guaranis, a propriedade privada se limita à posse de objetos de uso pessoal.

Essa concepção de respeito à Terra, igualdade e defesa do comum foi exterminada a partir do século XVII, com a chegada dos europeus e a imposição colonial que objetivavam a busca de novas terras e mais riquezas. A invasão trouxe consigo o modo de produção por *encomiendas*, baseado no trabalho servil dos encomendados, modelo de intensa exploração da mão de obra indígena. Os *encomenderos* eram espanhóis, para quem a Igreja Católica e a Coroa Espanhola atribuíam indígenas. Ao chegarem em terras paraguaias em 1524, decepcionaram-se por não encontraram ouro e nem prata, afinal, para eles, a terra tinha pouco valor sem a mão de obra para trabalhá-la. Assim, a maior fonte de riqueza dos colonos era a força laboral indígena (INOCENCIO, 2018). Esse modo de produção chegou ao fim pouco antes da independência paraguaia em 1811, no governo de José Gaspar Rodríguez de Francia.

Já no Paraguai independente, houve uma profunda reforma agrária, estimulando o surgimento do modo de produção camponês fortalecido pelo governo de Francia. É um sistema produtivo em que a posse da terra é um bem público e são providas pelo aos camponeses pelo Estado. O camponês tinha como característica ser um produtor independente que exerce o controle relativo da terra e dos instrumentos de trabalho (VALDEZ, 2021).

A partir do fim da guerra Guasú, entra em cena um modo de produção capitalista embrionário, pautado em uma economia de enclaves. Trata-se de um núcleo econômico de produção e exportação de bens primários como erva-mate, tanino e madeira, controlados diretamente pelo exterior, não havendo conexão com a economia local controlada pelos nacionais (VALDEZ, 2021). Como já dito, as terras públicas nesse período foram entregues a capitais estrangeiros.

Sob a ditadura de Stroessner ocorre a modernização agrícola, e é nesse período que teve o início um novo tipo de estrangeirização da terra com protagonismo para o capital brasileiro, que passou a monopolizar os setores mais dinâmicos da pauta de exportação nacional, que mais pra frente se consolidaria no sistema de produção de soja.

Por fim, o último modo de produção é o que vigora hoje, pautado essencialmente no modelo capitalista de matriz empresarial-monopolista-agroexportador.

É aqui que se inserem os atores globalizados, representados pelas transnacionais, como *Cargil*, *ADM*, *Bunge* e *Noble*, que dominam todas as fases das cadeias produtivas. Todos esses gigantes do agronegócio exercem há décadas uma grande influência política que é proporcional ao tamanho do seu negócio. Juntas, concentram 35% das exportações totais, com destaque para a *Cargil* com 20% (OXFAM, 2017)

Sobre o controle do território paraguaio, é preciso ressaltar as corporações de atuação transnacional e regional de capital (atuante em dois ou mais países), as empresas nacionais (especialmente as de capital estrangeiro), latifundiários, cooperativas. Pereira (2019) identifica três regimes de controle de estrangeirização de terras no Paraguai: o primeiro entre 1870 e 1950; o segundo entre as décadas de 1950 e final de 1990, e o terceiro iniciado no final da década de 1990, em vigência até hoje. Algumas características são descritas a seguir:

No primeiro regime, o capital argentino, influenciado pela Inglaterra, se constitui como hegemônico. O segundo regime é caracterizado pelos agentes brasileiros orquestrado pela supremacia dos EUA e agora, no terceiro regime, os capitais argentino, brasileiro e uruguaio são os principais envolvidos no controle e estrangeirização do território em sintonia à um projeto neoliberal, dominado pelo capital corporativo e financeiro (PEREIRA, 2019, p. 42).

Com base na pesquisa de Pereira (2019), evidenciamos que o terceiro regime tornou-se singular porque é marcado pela convergência de múltiplas crises, início do cultivo de transgênicos e uso intenso de agroquímicos, com ascensão de corporações e do capital financeiro na agricultura, a retomada de empresas argentinas, a atuação de imobiliárias e latifundiários uruguaio e a expansão do capital financeiro. É nesse contexto que o Paraguai tornou-se o sexto maior produtor mundial de soja.

Aqui, o modo de controle sobre a terra e a expansão do modo de exploração capitalista realizada no mundo rural paraguaio promoveu uma ampla agudização na assimetria na posse de terras. De acordo com os dados oficiais do governo 84,8% da área cultivável do país é constituída de áreas rurais maiores que 500 hectares, sendo que 40, 7% desses tem mais de 10 mil hectares (PARAGUAI, 2009).

Todos esses fatores têm influenciado uma série de casos concretos de conflitos que se configuram como uma reação coletiva contra a concentração da terra e contra os mecanismos legais e ilegais impostos pelo sistema atual, que impedem o acesso à terra. Sobre a questão dos conflitos fundiários, Riquelme (2003) os conceitua como:

[...] una reacción colectiva contra la concentración de la tierra y contra los mecanismos legales e ilegales que frenan el acceso a ella. Es una situación que afecta a un grupo determinado de personas en un lugar determinado, pero cuyas consecuencias se expanden y repercuten en prácticamente todos los ámbitos de la vida del país (RIQUELME, 2003, p.3).

A expansão desenfreada da soja transgênica expulsou as comunidades camponesas e indígenas de seus territórios, acarretando um processo de migração campo-cidade que dá origem a centenas de assentamentos urbanos informais, nos quais se reproduz todo tipo de exclusão social.

Areco e Palau (2016) fazem um importante levantamento sobre a judicialização e a violência contra a luta camponesa e demonstram por meio de números que, de 2013 a 2015, foram registrados 43 conflitos. Ao todo, 273 camponeses sem-terra foram detidos e outros 460 sofreram processo judicial. Destes, 39 foram condenados. A pesquisa também constatou que 87 pessoas foram feridas ou torturadas por policiais ou agentes de segurança privada, contratados por fazendeiros. Em 16 casos houve destruição de bens, incluindo incêndio em casas e plantações.

O que fica evidente é que no substrato dos conflitos no Paraguai está a desigualdade de acesso à terra e o modelo de desenvolvimento da agricultura paraguaia, cuja ocorrência evidenciam as alianças de classe e a posição do Estado débil (não ausente), útil e funcional aos poderes de fato, bem como máfias regionais/departamentais que violam as leis impunemente ou usam alguns deles para proteger seus negócios, estando sempre a serviço do capital. Isso ficou explícito principalmente nos últimos conflitos sendo que, em meados de 2012, o desfecho foi o golpe com a deposição do bispo vermelho, como era conhecido o ex-presidente Fernando Lugo.

3.2.1 Conflito que derrubou um presidente: o caso de Curuguaty

O massacre em Curuguaty, na região noroeste do Paraguai, ocorrido na ocupação Marina Kué em 15 de junho de 2012, foi mais um capítulo da interminável história de conflitos de camponeses contra empresas estrangeiras e grandes latifundiários. Esse episódio foi determinante para um movimento de ruptura institucional que possibilitou a consumação do *impeachment* de Fernando Lugo, ex-bispo católico de tendência progressista, eleito em 2008 com 41% dos votos como o primeiro presidente não pertencente ao *Partido Colorado* desde 1948. Era apoiado por uma ampla aliança cujo espectro político variava da centro-direita à esquerda.

A causa do conflito referia-se às terras de Marina Kué reivindicadas via usucapião por Blas N. Riquelme e seu grupo empresarial Campos Morombi sem sujeição à reforma agrária. A intervenção policial no acampamento foi extremamente desproporcional e violenta, como descreve Vidallet (2017) em seu livro por meio de entrevistas e diálogos abertos estabelecidos com os sobreviventes do massacre.

O enfrentamento entre as forças policiais e *carperos* naquele fatídico 15 de junho teve como resultado 17 mortos, 10 camponeses e sete policiais, além de torturas a mulheres e adolescentes, os quais foram atribuídos ao presidente Lugo no libelo acusatório submetido ao congresso (JATOBÁ, 2021). O massacre foi o estopim para o fim do mandato de Lugo, que durou apenas três anos e 10 meses e foi interrompido bruscamente por um golpe de Estado, como entendem muitos autores (VUYK, 2014; CODAS, 2019; FOGEL, 2010), camuflado por um processo de *juicio político* (julgamento político), conduzido pelo parlamento de maioria opositora, que o depôs em menos de 24 horas.

Lugo chegou ao poder como líder da coalizão *Alianza Patriótica para el Cambio* (APA), integrada por dezenas de partidos e movimentos políticos, derrotando a *Asociación Nacional Republicana* (ANR), o Partido Colorado. Ele contou com expressivo apoio dos movimentos sociais, dos sindicatos e de algumas alas da igreja católica, com a promessa de difundir a justiça social no país, tendo como eixo principal de campanha eleitoral a realização da reforma agrária profunda, que reveria sete milhões de hectares concedidos supostamente de maneira ilegal pelo governo Stroessner aos brasileiros e a implementação de um imposto ao latifúndio (PEREIRA, 2021).

Com isso, segundo Moraes e Vieira (2015), o bispo vermelho acabou cativando os principais movimentos campesinos do Paraguai, como a *Coordinadora Nacional de Mujeres*

Rurales e Indígenas (CONAMURI), o *Movimiento Agrario y Popular* (MAP), as *Coordinadoras Departamentales de Lucha por la Vida y la Soberanía* (FNLSV), o *Ejército del Pueblo Paraguayo* (EPP) e a *Asociación Campesina Armada* (ACA). Acabou, também, por desagradar forças de direita e a oligarquia paraguaia, que impulsionaram o golpe e tinham como bandeira a defesa da ascensão do agronegócio (trans)nacional, cujo objetivo era o controle do território para a acumulação de capital, intensificando os conflitos territoriais.

Apesar da contundente vitória, a base parlamentar do governo luguista acabou sendo bastante precária. Um questionamento que desponta é: como foi possível a ascensão da curta primavera progressista, simbolizada na figura de Lugo, em um país dominado por um único partido no poder há mais de 60 anos? Tentando explicar a ascensão de Lugo à cadeira presidencial, Codas (2019) sugere que, em tempos de normalidade, o ex-bispo jamais seria eleito. Para o autor, a vitória de Lugo ocorreu, principalmente, porque naquela conjuntura o ciclo de domínio colorado estava sob controle do presidente Duarte Frutos, que se sintonizava, à sua maneira, com o progressismo que avançava na região. Lugo foi eleito por uma frente de partidos de oposição que se organizou contra o tradicional Partido Colorado. Mas a aliança que se ofereceu como alternativa ao país logo se desfez, enfraquecendo a base política do presidente. A ascensão de Lugo teve apoio do jornal *ABC Color* e dos EUA. A igreja católica apresentava certa apreensão em relação à perda de sua influência, já que cresciam os vínculos políticos entre Frutos e a ala evangélica.

Depois do julgamento político que destituiu o Presidente Fernando Lugo por “mau desempenho de suas funções”, assumiu, no final da tarde de 22 de junho de 2012, por nove meses, o vice-presidente Federico Franco, representante do *Partido Liberal Radical Auténtico* (PLRA), de orientação conservadora.

Com a posse do vice Franco, os liberais deram uma guinada à direita nos rumos do governo, fazendo com que alianças com setores progressistas se rompessem de forma drástica (CODAS, 2019). Entre as principais medidas que foram tomadas por Franco como presidente, uma delas foi a habilitação das negociações com a canadense Rio Tinto, interessada em absorver o subsídio estatal de 17% de toda a energia produzida no país para a produção de alumínio, cujo principal destino seria o mercado industrial de São Paulo. Outra medida foi a habilitação da semente de algodão transgênico produzida pela transnacional norte-americana Monsanto (VIDALLET, 2017).

O que aconteceu depois do golpe de 22 de junho, segundo Codas (2019), pode ser

resumido em dois fatos políticos fundamentais: Horácio Cartes⁵⁰ (2013-2018), do partido Colorado, eleito presidente nas eleições de abril de 2013, assume o governo com políticas fundamentalmente de direita neoliberal, agregando aos votos colorados o apoio dado por eleitores que viam nele um “outsider”, um não político, um empresário. Após a sua vitória na eleição presidencial, Cartes deixou de lado alguns dos dirigentes que o trouxeram ao partido, e iniciou um processo para ter o controle absoluto sobre a organização Colorada.

Para Vuyk (2014), o caso Curuguaty expressa claramente o início do golpe de Estado orquestrado pelo sistema latifundista, em que a burguesia e o imperialismo criam e recriam mecanismos para a manutenção da sua dominação à base da violência, buscando brecar o auge da luta do movimento popular pela terra e a soberania. Segundo a autora:

El caso Curuguaty expresa con claridad el inicio del golpe de Estado montado sobre la masacre montada sobre la resistencia de las y los campesinos en la ocupación, y tanto la defensa de la Fiscalía y el Poder Judicial de las tierras usurpadas ilegalmente por la empresa Campos Morombí, como el juicio nulo montado contra las y los campesinos presos políticos, son claras expresiones de la estructura semi feudal y la superestructura del sistema latifundista que se erige sobre la misma, donde la burguesía y el imperialismo crean y recrean mecanismos para mantener su dominación sobre la base de la violencia, la expulsión del campesinado y los pueblos originarios de sus tierras, la depredación de los recursos naturales y la explotación de la mano de obra para su lucro (VUYK, 2015, p. 59).

Para ela, a destituição de Lugo se constituiu como um golpe de Estado orquestrado via aliança entre o imperialismo norte-americano, por meio de sua embaixada e empresas transnacionais, o subimperialismo brasileiro, por meio de sua diplomacia e suas empresas transnacionais, e alguns agentes econômicos locais, como os grandes proprietários de terras, a burguesia local, alguns grêmios de produção, meios massivos de comunicação, a cúpula da Igreja Católica, entre outros. O objetivo principal do golpe foi deter a ascensão da luta do povo paraguaio, que encontrava guarida nos planos políticos do governo luguista.

A experiência progressista implementada por Lugo durou pouco e, segundo Vidallet (2017) e Cudas (2019), a destituição via golpe justificou-se porque o Estado no Paraguai atua como mediador entre interesses mercantis estrangeiros, principalmente brasileiros, e a oligarquia local. A autocracia colorada fez muito bem esse papel, atuando como braço armado

⁵⁰ A partir de 1980, Horácio Cartes, apontado como principal articulador de forças parlamentares para a rápida destituição de Fernando Lugo, consagrou-se no mundo dos negócios na fronteira entre Pedro Juan Caballero (departamento de Amambay) e Ponta Porã (Mato Grosso do Sul). Ele frequentava os noticiários porque sua fábrica de cigarros era a principal fornecedora do contrabando que inundava o mercado brasileiro, e também o da Colômbia, do México etc. Além disso, Cartes frequentava os documentos oficiais dos EUA, divulgados por *wikileaks*, que deixam claro que o governo americano o acompanhava, bem como os gerentes de suas empresas, sob suspeitas de vários negócios ilícitos internacionais. Cartes é suspeito de ser o mais importante lavador de dinheiro proveniente do narcotráfico (VIDALLET, 2017).

do latifúndio transnacional, que despoja a população rural de meios de vida, multiplicando sujeitos monetários sem dinheiro nas periferias urbanas (SANTOS *et al*, 2021). A derrubada de Fernando Lugo como presidente da república revela o nível desproporcional de influência exercida pela elite latifundiária sobre a política paraguaia, bem como a fragilidade da democracia do país (EZQUERRO-CAÑETE, 2020, p.135).

3.2.2 Expansão da produção de *commodities* no Paraguai

Abrimos esta seção para fazer uma breve exposição do crescimento econômico alavancado pelos setores de *commodities* como o mais dinâmico, moderno e importante da economia paraguaia, como menciona a maioria das peças publicitárias com maior número de incursões da mídia em geral. Daremos ênfase, aqui, à produção de soja (e seus derivados) e de carne, dois setores estratégicos para o Paraguai, com maior destaque na dinâmica econômica até o ano de 2014. Nesta primeira tabela, a ideia é demonstrar que houve um crescimento progressivo entre 2004 e 2014, no que diz respeito aos setores estratégicos com os principais produtos para exportação, hoje sob controle de grandes monopólios, na emergência do avanço do atual imperialismo/subimperialismo.

Tabela 1 - Principais produtos de exportação no Paraguai para os anos de 2004 a 2014

Produtos	2004	2014
Algodão	7,28%	0,07%
Soja em Grão	36,90%	30,77%
Óleo de Soja	7,07%	6,42%
Farelo de soja	10,81%	14,78%
Cereais	4,19%	8,20%
Carnes	9,68%	18,28%
Madeiras	4,37%	1,03%
Outros	19,70%	20,44%

Total	1.553.515	7.492.236
-------	-----------	-----------

Fonte: Elaboração própria a partir de Silveira *et al*, 2019 .

Como pode ser analisado na tabela acima, o crescimento da soja e a retração do percentual de plantio de algodão, decorrente do processo de *sojização* que o Paraguai vem sofrendo desde 1999, consoante Pereira (2019), deve-se à introdução do cultivo ilegal de sementes transgênicas pela Argentina e sua posterior legalização em 2005. Desde então, a soja se expande em território paraguaio sem interrupções.

Para Silveira *et al* (2019), a mudança de base cultivo do algodão para a soja foi prejudicial, principalmente, para os camponeses, já que este produto desempenhava um papel relevante do ponto de vista social e econômico, por estar associado ao sistema produtivo da agricultura familiar. A autora ainda afirma que a troca ocorreu principalmente pela queda internacional de preços, a diminuição de subsídios pelo governo ao setor algodoeiro e ao ataque de pragas.

Outro ponto a ser destacado é a expansão do plantio de soja e das exportações permitiu desenvolver e consolidar a cadeia produtiva, de 2002 à 2012 a produção em toneladas de soja mais que dobrou de quantidade.

Tabela 2 - Produção soja em toneladas 2002-2014

Ano	Produção (toneladas)	Ano	Produção (toneladas)
2002	4.204.865	2008	3.855.000
2003	3.583.685	2009	7.460.435
2004	3.988.000	2010	8.309.793
2005	3.800.000	2011	4.344.960
2006	6.000.000	2012	9.086.000
2007	6.311.794		

É importante ressaltar que, no contexto globalizado, surgem as empresas transnacionais. No Paraguai, tais empresas controlam todas as fases da cadeia produtiva, que é constituída pelas seguintes etapas: provisão de insumos, acopiamento (intermediários), industrialização e exportação, créditos para o financiamento e monitoramento via satélite (VALDEZ, 2021).

É o capital estadunidense que possui domínio sobre as principais etapas como a provisão de insumos, acopiamento, industrialização e exportação (VUYK, 2014). Cabe listar algumas corporações que operam dentro do sistema do agronegócio, como: *ADM Paraguay Saeca* (EUA), *BASF Paraguaya S.A* (Alemanha), *BAYER AS* (Alemanha), *BUNGE Paraguay S.A* (EUA), *CARGILL Agropecuária Saci* (EUA), *Conti Paraguay S.A* (Holanda/Inglaterra), *DOW Agrosiences Paraguay S.A* (EUA), *LOUIS DREYFUS Paraguay SA* (França), entre outras.

Feitas as considerações em relação à soja, destacamos agora carne. Segundo Silveira *et al* (2019), o Paraguai é o segundo país com maior capacidade exportadora de carne bovina congelada no Mercosul, com um crescimento ímpar durante os anos de 2004 e 2014, de aproximadamente 2300% (SILVEIRA *et al*, 2019). Conforme observa Vuyk (2014), esse é o único produto que se industrializa completamente no Paraguai e gera um valor agregado maior que produtos relacionados à soja, por exemplo, gerando, assim, maiores níveis de emprego.

Ainda nas palavras de Vuyk (2014):

A expansão dos monopólios brasileiros sobre a produção da carne deu um grande salto nas últimas décadas, com um importante aumento de aquisição das empresas com capital paraguaio por empresas brasileiras no marco da abertura para o mercado europeu em 2008 (VUYK, 2014, p. 81, tradução nossa).

Segundo a autora, em agosto de 2008, 42% da produção de carne era controlada por empresários brasileiros. Em 2014, essa porcentagem era de 60%. Atualmente, com a expansão do *Minerva Foods* (capital brasileiro), por meio da compra, em 2017, de nove unidades, localizadas na Argentina, Uruguai e Paraguai (GRUPO, 2017), da JBS, maior empresa de carnes do mundo, estima-se que essa porcentagem tenha aumentado.

Para finalizar, mais uma vez, invocaremos a dualidade que há entre as versões do vencedor e do vencido. O discurso dos vencedores cultua o amplo dinamismo e o crescimento vertiginoso que o *business* da pecuária e da soja no Paraguai carrega, uma aparência que nada tem a ver com a sua essência. A realidade da população paraguaia revela que esses números somente representam um setor que recebe muito, mas contribui pouco com o desenvolvimento do país, pois causa impactos em todos os âmbitos, como: o aumento exponencial da concentração fundiária, a reprimarização da economia e a criação de uma enorme dependência industrial, tecnológica e financeira estrangeira, com impactos sociais, econômicos e ambientais destrutivos⁵¹. Com os grãos de soja chegaram também as nuvens de agrotóxicos, a desflorestação, os policiais e grupos de civis armados prestes a forçar os pequenos agricultores a venda de suas terras (HETHERINGTON, 2014).

Para termos uma ideia das consequências práticas para o mercado de trabalho, recorreremos ao texto de Daniela Schlogel *et al* (2021), em que afirmam que, diante da organização econômica atual sustentada pelo latifúndio e dominação estrangeira, os trabalhadores ficam mais expostos à superexploração. Para os autores, uma vez que o Paraguai tem a sua organização econômica ancorada em um crescimento econômico relacionado diretamente ao setor primário exportador e ao setor da energia elétrica, ambos empregadores de pouca mão de obra, a maioria da população acaba tendo buscando ocupação no setor do comércio de importados e serviços, correspondente a cerca de 61% dos empregos. O fato é que, no Paraguai, o setor terciário é caracterizado pelos altos índices de informalidade, fator que afeta a arrecadação de impostos. Outras questões afetadas são os contratos de trabalho, amplamente flexibilizados, sendo que muitos trabalhadores não contribuem com a previdência social.

3.2.3 Processo de migração de brasileiros: benefícios e prejuízos ao Paraguai

Quando as vigências das ditaduras paraguaia e brasileira coincidiram, de 1964 a 1985, deu-se início a um movimento de estímulo por parte dos dois governos para que brasileiros ocupassem terras no Paraguai. O grupo era composto por grandes empresários, agricultores de médio porte e camponeses pobres que pressionavam por terras no Brasil — foram cerca de 500

⁵¹ Para aprofundar informações sobre essa afirmação indicamos a leitura da tese de doutorado de Lorena Iza Pereira intitulada de *A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito*, 2019, cujo trabalho permite-nos entender um pouco mais sobre os impactos da territorialização estrangeira no Paraguai, a presença de capitais estrangeiros suas consequências.

mil brasileiros que, apoiados pela ditadura paraguaia, compraram terras ilegais da Reforma Agrária que, por lei, não podiam ser destinadas a estrangeiros (VIDALLET, 2017).

Em contrapartida, para Sprandel (2006 apud PEREIRA, 1029), o ápice da migração de brasileiros para o Paraguai ocorreu entre 1970 e 1979, em que cerca de 500 mil camponeses e latifundiários se estabeleceram no país, motivados pela modernização da agricultura brasileira e os incentivos do cultivo da soja que estavam com uma excelente cotação no mercado internacional (PEREIRA, 2019). Essa colocação vai ao encontro do argumento de Fogel (2017), segundo o qual, em meados da década de 1970, houve um grande desenvolvimento do capitalismo agrário brasileiro, que se fundamentava principalmente em apoios de políticas públicas, chegando até a fronteira Brasil-Paraguai.

Tendo em vista a ausência de políticas públicas de apoio aos camponeses e pela omissão em relação à imigração brasileira, já que acreditavam que a presença brasileira no Paraguai traria desenvolvimento para o país, consoante os estudos de Pereira (2019), estabeleceram-se cinco formas de apropriação de terras pelos brasileiros entre as décadas de 1960 e 1980, sendo que algumas permanecem até hoje:

Quadro 2 - Paraguai: formas de acesso à terra pelos brasileiros (1960-1980)

Forma	Descrição
Via IBR	<i>Instituto de Bienestar Rural (IBR)</i> ⁵² : seu objetivo principal era a reforma agrária, porém, a história desta instituição foi marcada por muita corrupção. De 1945 a 2004, o IBR entregou mais de nove mil hectares paraguaios.
Compra e venda	Camponeses empobrecidos e sem apoio do Estado vendiam suas terras ou direito de ocupação para brasileiros.
Colonização privada	Antiga ocupação brasileira no Paraguai: brasileiros que possuíam quantidade significativa de terras criaram loteamentos rurais exclusivos para brasileiros.
Despojo (desterritorialização)	Formas violentas de “limpar” uma terra já ocupada. O despojo requer ação direta do IBR ou do Estado, para,

⁵² *Instituto de Bienestar Rural (IBR)* atual *Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de la Tierra (INDERT)*.

	depois de “limpa”, a terra ser vendida aos grandes proprietários brasileiros.
Guerra do latifúndio	O IBR expropriou diversos latifúndios e os distribuiu a empresários e latifundiários brasileiros. Forma mais característica da ditadura, atualmente conhecida como terras <i>mal habidas</i> .

Fonte: Elaboração própria a partir de Lorena Izá Pereira, 2019.

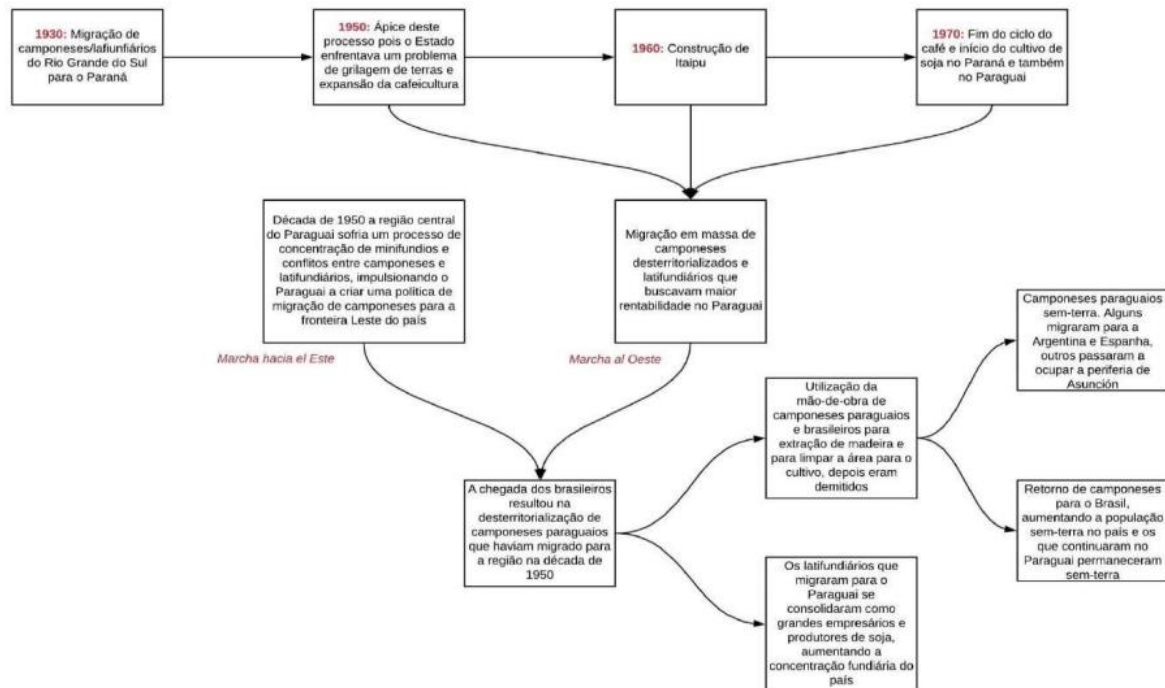
É justamente nesse período, que surge de maneira mais iminente a figura dos “brasiguaios (brasileiro migrado ao Paraguai)”⁵³. Ainda, nas palavras do de Fogel (2021), o conceito de brasiguaios possui uma íntima ligação com o desenvolvimento no extremo leste do Paraguai, e também representa a inserção do capital internacional, marcado pela presença brasileira.

Segundo o autor, havia um enclave estrangeiro relacionado às florestas, produção de erva-mate e tanino de primeira geração, que se estabeleceu após a Guerra Grande (1864-1870). Fogel (2021) afirma que tal enclave que explorava madeira e erva-mate era caracterizado por se constituírem por grandes latifúndios, que viviam da exploração dentro da região oriental. Segundo Colonese (2012), o processo de migração de brasileiros com destino ao leste do Paraguai- Itapua, Alto Paraná, Canindeyú - se intensificou a partir de 1961, quando o Governo Paraguaio criou o programa “Marcha al Este”. O objetivo dessa proposta era ocupar a fronteira leste paraguaia com camponeses paraguaios. No entanto, o processo conduziu à intensificação da venda de imóveis rurais a latifundiários e empresas estrangeiras

O organograma abaixo resume a dinâmica do processo de migração de brasileiros para o Paraguai e seus impactos.

⁵³ Em sentido comum o termo é apenas uma construção linguística que se faz pela composição dos termos brasileiro e paraguaio. Nesse sentido, é utilizado pela imprensa e no cotidiano com significativa imprecisão para referir-se a diferentes grupos e situações sociais envolvendo os imigrantes brasileiros que se dirigiram para o território paraguaio, tendo retornado ou não daquele país (COLOGNESE, 2012).

Organograma 1 - Processo de migração de brasileiros para o Paraguai e seus impactos (1930-1980)



Fonte: Lorena Izá Pereira, 2019.

A existência dos brasiguaios é marcada por grandes dificuldades, especialmente de natureza econômica e produtiva, bem como as relacionadas com a irregularidade da documentação relativa à terra, além da dificuldade e da carência existentes relativas à assistência de ordem médica ou social. Essas dificuldades somam-se à diferença de costumes. A identidade brasiguai é fortemente marcada pela ambiguidade, que permite que existam vantagens para ambas as nacionalidades (composição de brasileiro e paraguaio). Como exemplo, pode-se citar a apropriação de terras públicas dentro das colônias paraguaias, que, dentre seus requisitos, exigem que haja a cidadania paraguaia.

É possível identificar, especialmente em zonas de fronteira, uma maior parcela de brasileiros e de seus descendentes, chegando a cerca de 90% da população nessas áreas, onde, segundo Cervo e Bueno (2002), o português é falado como língua materna. Cabe mencionar, ainda de acordo com Cervo e Bueno (2002), que a origem dos “brasiguaios” corresponde mais proeminentemente aos três estados da região sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A maior parte dos brasiguaios são brancos e possuem ascendência alemã, italiana e polaca. A presença de brasiguaios na fronteira entre Brasil e Paraguai pode ser caracterizada como uma territorialidade precária, pelos constantes conflitos sociais em que estão envolvidos,

principalmente a luta pela terra dos brasiguaios.

Torna-se relevante destacar que há exceções, em que brasileiros que migraram para o lado paraguaio não estabelecem relações de controle sobre o território ou relações do subimperialismo. É o caso de muitos pequenos produtores/camponeses que apenas utilizam do trabalho familiar e mantêm-se na terra para a sua própria reprodução. Muitas vezes esses camponeses estão subordinados a grandes empresas estrangeiras e transnacionais (PEREIRA, 2019).

Os maiores prejuízos que estão associados à presença dos brasileiros no Paraguai, referem-se aos grandes latifundiários, empresários proprietários de grandes terras, que residem na fronteira e a tornam uma área permanentemente caracterizada por embates de ordem social, que podem ser observados na expropriação, bem como na exploração e na violência exacerbada. É um contexto permeado por sucessivos conflitos, que frequentemente se desdobram em lutas camponesas e que, segundo Chiavenato (1998), também são silenciados pela força dominante, o que marca profundamente a presença dos brasileiros na área da fronteira.

A título de exemplo, o empresário brasileiro Tranquilo Favero, que migrou para o Paraguai em 1972, hoje é considerado o maior produtor individual de soja do país. Por meio de seu conglomerado empresarial, o Grupo Favero, presente em 13 dos 17 departamentos paraguaios, ele controla 129.817 hectares, segundo estimativas da Oxfam (2017). Com isso, ele lidera a lista dos maiores latifundiários brasileiros no Paraguai e torna-se o caso mais emblemático de como a estrangeirização da terra paraguaia por brasileiros impacta a soberania paraguaia. Ademais, ele conta com total apoio do Estado paraguaio que, por sua vez, negligencia a Reforma Agrária e criminaliza movimentos de luta pela terra (PEREIRA, 2019).

Para além do setor primário, o setor energético e os conflitos por ele suscitados também são responsáveis por relevantes questões econômicas e sociais, além de representar, também, o subimperialismo brasileiro no Paraguai. Na seção seguinte, trataremos dos conflitos que envolvem a Itaipu e sua relevância para esta pesquisa.

3.2.4 Itaipu: uma nova ofensiva

Na relação bilateral Brasil-Paraguai, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no início do governo brasileiro de Juscelino Kubitschek, no que concerne ao prisma político, diplomático e econômico, sempre foi um assunto complexo, repleto de nuances.

A Itaipu é aqui representada não como única responsável, mas como um exemplo claro

e material de como o capitalismo impunha à periferia seu projeto de avançar fronteiras e remover pessoas e obstáculos se necessário (FILHO, 2012).

Ao lado da terra, a Itaipu (isto é, a energia gerada por ela) é um dos principais interesses do capital brasileiro no Paraguai. Tanto a terra quanto a energia são recursos estratégicos para o desenvolvimento nacional paraguaio.

Para muitos políticos e estudiosos das dinâmicas de desenvolvimento paraguaio⁵⁴, como Vuyk (2014) e Ferreiro (2021), a construção da represa apresenta-se como a raiz de disputas em torno de temas que se referem à terra e energia, porque a construção da hidrelétrica expressa umas das principais particularidades do desenvolvimento dependente paraguaio, isto é, a impossibilidade do país utilizar sua energia para o seu desenvolvimento nacional, por estar destinada ao desenvolvimento dos monopólios brasileiros e estrangeiros assentados no Brasil (VUYK, 2014; FERREIRO, 2021). Segundo Weinstein (2015), essa impossibilidade foi fortemente embasada em um processo de expropriação e espoliação que se iniciou justamente com a construção da usina (de 1975 a 1982) em ambos territórios. Os números de propriedades de solo rural e urbano desapropriadas foram de 8.272 no Brasil e cerca de 1.200 no Paraguai.

A fim de entendermos a questão da desapropriação de terras e o que isso significou principalmente para o lado paraguaio, retomaremos alguns fatos que marcaram a construção de Itaipu. A Itaipu Binacional⁵⁵ foi criada em 26 de abril de 1973 por meio do “Tratado de Itaipu”. O objetivo era construir o que viria ser a maior hidrelétrica do mundo em termos de geração de energia, pertencentes em Condomínio aos dois países, desde o Salto Grande de Sete Quedas, ou Salto do Guairá, até a Foz do Rio Iguaçu.

O local para a construção do empreendimento conjunto foi escolhido estrategicamente para possibilitar o bom aproveitamento dos recursos hídricos comuns, o que resultaria no posterior alagamento de quase toda a área fronteira em litígio. A localidade de Porto Coronel Renato ficou submersa pelas águas do lago de Itaipu e muitas fazendas brasileiras que estavam na área de litígio foram compradas pela Itaipu Binacional e transformadas no “Refúgio Binacional de Maracaju”. Ferreiro (2021) denuncia, em suas pesquisas sobre o território de Itaipu, que os 1.524 quilômetros expropriados entre *Salto del Guairá* e *Hernandarias* —

⁵⁴ Fernando Lugo, quando eleito em 2012, tinha como uma de suas principais bandeiras, no campo da política externa, uma possível renegociação do Tratado de Itaipu e a conquista da “soberania energética” no Paraguai.

⁵⁵ Binacionalidade é uma figura *sui generis*, porque não existe no Direito Internacional. O status binacional foi uma expressão criada pela ditadura militar (Brasil e Paraguai) e pelo capital internacional para que a hidrelétrica pudesse responder de forma singular às suas demandas de administração, já que ela não é subordinada ao arcabouço legal de uma típica empresa pública brasileira ou paraguaia. Ou seja, por ser “binacional”, argumenta-se que os fundos “não são públicos” e que, assim, não precisam prestar contas. Ademais, os salários também não são regidos por nenhuma matriz salarial pública, mas por uma matriz própria da entidade.

supostamente para a instalação de “florestas de proteção” — ocultam centenas de portos clandestinos dedicados ao contrabando e ao tráfico de drogas entre os dois países. Essa faixa de proteção também é invadida por clubes privados, areais e plantações de soja, que desmatam a área que deveria ser protegida (FERREIRO, 2021).

Os desdobramentos e impactos sociais gerados a partir da desapropriação de terras reverberam nos dias atuais, tanto na condição dos trabalhadores paraguaios e grupos indígenas desterritorializados para a construção da usina, quanto na situação fundiária da região. É importante frisar que muitos dos brasileiros que foram desterritorializados com a construção de Itaipu receberam indenizações e compraram terras no Paraguai, muitas vezes por títulos fundiários irregulares, fazendo com que a situação da concentração da terra em mãos privadas e estrangeiras aumentasse vertiginosamente. Como postula Filho (2012), não só os colonos perderam suas terras, mas os indígenas também sofreram desapropriações:

[...] os indígenas que viviam na região foram retirados da sua terra e receberam tratamento igual ou pior ainda que os colonos, pois eles não produzem para o sistema, tampouco eram proprietários, reconhecemos aqui a ausência de aprofundar a questão dos índios guaranis afetados pela Itaipu (FILHO, 2012, p.206-207).

Os indígenas sobrevivem abandonados e invadidos pelas lavouras de soja e seus agroquímicos, fora e dentro de suas comunidades. Já os agricultores brasileiros e outros localizados nas áreas de fronteira dos dois países não receberam esse mesmo tratamento, pois foram privilegiados no momento das desapropriações.

A experiência paraguaia é um poderoso lembrete de quão frágeis permanecem as possibilidades de desenvolvimento dos países da América Latina, demarcados pelo capitalismo dependente. Superar as relações de produção baseadas na exploração e na superexploração da força de trabalho e os artifícios de opressão que as sustentam é o que possibilitará a liquidação da dependência (MARINI, 2011).

Em vista de todos os argumentos aqui apresentados, percebe-se que esses mecanismos estão assentados em violentas raízes estruturais que tornam o passado explícito no presente. A acumulação primitiva capitalista não é um retrato apenas do passado colonial. Esse fenômeno escancara, no tempo presente, por meio dos novos cercamentos o quanto a não resolução da questão agrária na América Latina é o que mantém vivo o dreno dos recursos naturais e minerais do território rumo aos países capitalistas hegemônicos.

Ao contrário da maioria dos outros países latino-americanos em meados do século XX, principalmente de seus vizinhos do Cone Sul, o Paraguai, paradoxalmente mais autônomo em sua origem, manteve suas estruturas econômicas e políticas subordinadas aos interesses

externos, baseando sua economia em um modelo de desenvolvimento agroexportador que nunca experimentou um período de industrialização que reduzisse a necessidade de importações. Pode-se afirmar que parte da razão para isso foi o poder dos grandes latifundiários e dos lobistas agrícolas que, tinham e têm seus interesses mercantis mediados pelo Estado (autocracia colorada) e pela oligarquia local (CODAS, 2019). A derrubada do ex-presidente Lugo revela que governos moderados e conciliadores suscitam a necessidade de ser contidos de modo arbitrário e contundente quando ganham autonomia ou quando já não servem aos interesses conjunturais das classes dominantes, locais ou estrangeiras. Também demonstra o nível desproporcional de influência exercida pela elite latifundiária sobre a política paraguaia, bem como a fragilidade da democracia do país.

Consequentemente, não há um setor manufatureiro significativo, tampouco uma burguesia industrial ou proletariado no Paraguai. Isso explica, em parte, por que o movimento camponês continua sendo o ator social mais importante em termos de contestação do Estado e de oposição à elite política e aos seus interesses (FOGEL, 2009). Assim, a luta campesina será o foco de análise da seção subsequente.

4 O CAMPESINATO E A CONAMURI NO PARAGUAI: LUTA NO CAMPO, MULHERES EM LUTA

Uma vez realizado o estudo sobre os acontecimentos históricos que forjaram a realidade social paraguaia por meio do capitalismo dependente de base latifundista (VUYK, 2015), esta seção tratará do protagonismo do campesinato paraguaio, que é concebido como uma força contra-hegemônica de resistência anticapitalista (FOGEL, 2001; RIQUELME, 2003), especialmente no que diz respeito à mobilização feminina.

Realizamos uma revisão crítica sobre a reestruturação da luta de classes, sobre como se insere a formação dos movimentos camponeses no Paraguai e, enfim, sobre a centralidade do trabalho da mulher nos processos de resistência contra o modelo capitalista pautado em uma matriz empresarial monopolista agroexportadora defendida, organizada e realizada pelos grandes proprietários de terras nacionais e transnacionais (MORAES; VIEIRA, 2015). Finalmente, relatamos o processo histórico de surgimento da CONAMURI como movimento de resistência em meio à realidade contraditória emanada em tempos de hegemonia neoliberal e identificamos as experiências de luta dessa organização que reforçam convictamente uma possível saída emancipatória.

O campesinato apresenta novas facetas econômicas, sociais e culturais que, longe de deixarem de existir, tecem novas e diferentes estratégias de trabalho e produção, tentando driblar uma vida de miséria e morte imposta pelo capital, regada pela luta política e exercendo papel fundamental na luta de classes. Isso é resultado, em parte, dos “novos/velhos cercamentos”. Velhos como os da colonização e da expulsão dos camponeses das terras comunais, e novos como o desenvolvimento da economia da dívida e os programas de ajustes estruturais do Banco Mundial e do FMI, impostos à maior parte do antigo mundo colonial em meados da década de 1980.

Esse contexto de reinvenção do campesinato frente a novos desafios tem sido questionado por pensadores liberais que não concebem a capacidade dessa população de se reproduzir socialmente. Os “novos cercamentos” articulam o fim do controle comunitário sobre os meios de subsistência (FEDERICI, 2022).

Assim, parte-se da compreensão de que o campesinato está inserido no modo capitalista de produção, reproduzindo-se pela contradição do capital ou por meio da luta por terra, oriunda dos movimentos sociais. Essas transformações têm provocado diferentes interpretações acerca da existência e reprodução do campesinato porque, mesmo com o amplo ataque neoliberal à

subsistência, o fato é que o desenvolvimento capitalista não tem provocado o seu desaparecimento.

4.1 AS CLASSES SUBALTERNIZADAS E SUAS LUTAS CONTRA A HEGEMONIA

Engels e Marx(2021) sugerem no Manifesto Comunista, escrito em 1848, que as classes emergem da base da economia, quando ela se ergue sobre modos de produção antagônicos, organizados em torno de diferentes modalidades de exploração do trabalho. Logo após a morte de Marx, prefaciando uma edição alemã do Manifesto, Engels voltaria ao tema para afirmar:

Pertence exclusivamente a Marx a ideia fundamental de que está penetrado todo o Manifesto, a saber: que a produção econômica e a estrutura social que dela deriva necessariamente em cada época histórica, constituem a base sobre a qual descansa toda a história política e intelectual dessa época; que, portanto, toda a história (desde a dissolução do regime primitivo de propriedade comum da terra) tem sido uma história de luta de classes, de luta entre classes exploradoras e exploradas, dominantes e dominadas (ENGELS; MARX, , 2021, p. 23).

Para esses pensadores, a única maneira pela qual as sociedades poderiam se libertar do jugo da opressão seria pelo aniquilamento de qualquer exploração, divisão de classes e luta de classes. Para os teóricos marxistas Federici (2022) e Frantz Fanon (1968 apud FEDERICI, 2022), no processo de acumulação e luta anticapitalista, estando o papel da vanguarda destinado somente ao proletariado urbano ou assalariado, o marxismo não seria suficientemente capaz de atuar como uma força efetivamente libertadora se não incorporasse outras experiências, como dos camponeses, peões, lumpen, aqueles que fizeram as revoluções do século XX. Analisado sob essa perspectiva, a fim de iniciar a discussão sobre os antagonismos que se constituíram no Paraguai contemporâneo, lançaremos um breve olhar sobre como a partilha, costume entre os indígenas, deu lugar à acumulação individual e aos antagonismos de classes.

Como observado por Eduardo Galeano (1991, p. 71) “a comunidade, o modo comunitário de produção e de vida, é a mais remota tradição das Américas, a mais americana de todas [...]”. Entre os povos originários do nosso continente na região que hoje pertence ao Paraguai, foi a população indígena Guaraní. A grande família Guaranítica, concebida assim por não se tratar de um Estado, ocupava quase a metade da América do Sul e se distinguia sobretudo em duas denominações: os Guaranis e os Tupis (DURÁN ESTRAGÓ, 1972). Nessa primeira nação, partilhavam-se todos os bens comuns, já que a ideia de propriedade da terra para eles se configurava como algo inexistente. Os Guaranis tinham como costume primário honrar e celebrar a generosidade e tirar da terra apenas o suficiente para sobreviver, sem esgotar

a natureza, como ditava a sabedoria indígena. Hoje, mesmo sem a extinção dos comuns indígenas, aos nossos olhos, pouco parece restar da perspectiva comunal.

A inexistência da acumulação nessas primeiras nações apresentava-se como premissa, sendo que esse modo de organização das relações sociais partiam da produção coletiva, plural, e não da desarticuladora lógica mercantil da posse centrada no indivíduo, singular. Contudo, apesar de ainda vivo, a maior parte dos costumes indígenas foram subsumidos e derrotados pela lógica hegemônica do capital. Essa, que ao longo de muitos séculos ergueu, desenvolveu e consolidou a filosofia, a economia e a política burguesas alicerçadas sobre o culto à propriedade privada atinente ao projeto de acumulação capitalista. Com o advento do modo de produção capitalista, as sociedades fundadas tanto em relações comunitárias quanto em formas de trabalho cooperativos foram destruídas (FEDERICI, 2022).

Nessa nova fase, iniciada a partir do final do século XV, a perspectiva da partilha deu lugar à acumulação individual, de modo que, desde então, a história de todas as sociedades até os dias atuais foi feita sob o antagonismo de classe que, conforme as épocas, assumiu formas diferentes, mas mantendo seu alicerce histórico: a exploração de uma classe sobre a outra e a desigualdade de acesso aos meios necessários de (re)produção social da vida. Com o objetivo de manter essa estrutura, a violência sempre foi a estratégia utilizada para estabelecer e manter a disciplina do trabalho no modo de produção capitalista (ENGELS; MARX, 2021).

Aprendemos, com a leitura de Federicci, como a expulsão dos camponeses de suas terras na Europa, no século XVI contribuiu para a consolidação da supremacia mercantil burguesa na luta de classes. Já na era neoliberal, no marco global do capital financeiro, houve um amplo acirramento das contradições entre capital e trabalho, em que estratégias de expropriação dos trabalhadores e expansão da mão de obra disponível para exploração são efetivos normalizados e desenvolvidos ao extremo, fazendo da acumulação primitiva e da privatização da vida um processo permanente (FEDERICI, 2022).

Os cercamentos são uma ocorrência antiga e regular no caminho da acumulação capitalista e um componente estrutural das lutas de classes (FEDERICI, 2022). Cada país tem, obviamente, suas peculiaridades e um ritmo próprio de desenvolvimento de suas contradições, que sem dúvidas estabelecem modalidades específicas e tempos diferenciados em sua luta de classes (CUEVA, 1987).

Como já visto em outro momento, a partir das leituras de Marini (2011), Traspadini e Stedile (2011) e outros autores afirmam que a Teoria Marxista da Dependência -TMD por meio de sua interpretação a respeito da esfera econômica e social da América Latina nos fornece o

entendimento de quais articulações dos países latino-americanos com o imperialismo tendem a ampliar a dependência e a base econômica da periferia (nesse caso, a América Latina). Essas articulações atravessam a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor permanentemente para fora. Dessa forma, a dominação burguesa na periferia capitalista tem uma dupla dimensão, sendo que as frações do capital monopolista exercem a dominação de classe e, concomitantemente, essa burguesia periférica torna-se sócia minoritária da dominação imperialista.

Como consequência dessa dinâmica do poder na América Latina, os conflitos de classes tendem a assumir uma dimensão diferente das disputas que despontam no centro capitalista. No caso particular do Paraguai, na atual disputa entre grupos antagônicos da estrutura agrária, o poder hoje está centralizado em uma burguesia fundiária que detém o poder real, além da formalidade das instituições do Estado. Arturo Ezquerro-Cañete (2020), considerando a realidade paraguaia baseada no capital agrário, inspirado nas categorias de análises da estrutura de classes latino-americana adotadas por Claudio Katz (2007 apud EZQUERRO-CAÑETE, 2020), estabelece uma estrutura composta por três frações de classes com força social, capacidades e interesses distintos e contrapostos.

O primeiro grupo reúne os trabalhadores do campo, classe superexplorada e reprimida pela classe que detém o poder, sendo, decerto, o ator mais importante do movimento social no país. No segundo e terceiro grupos estão aqueles que exercem a dominação de classe: o capital (agro)extrativista e o imperialismo extrativista. Neste último, ressalta-se o subimperialismo brasileiro, isto é, a agência e o papel do Estado brasileiro em seu apoio ativo às operações do capital agroextrativista no Paraguai; naquele, a elite política (longa história de hegemonia do Partido Colorado) e econômica, os grupos de proprietários e as organizações de agronegócio. Em suma, as três frações resumem-se ao campesinato, à oligarquia fundiária e às forças do imperialismo.

Seguindo essa análise, Viladesau (2005) amplia o rol do grupo dominante, estabelecendo outros agentes que engrossam a disputa. O autor divide em quatro grupos de poder claramente definidos e elenca os seguintes agentes: o primeiro grupo inclui multinacionais financeiras, multinacionais petrolíferas, fornecedores de insumos para agricultura de exportação, importadores e exportadores, e, institucionalmente, os organismos multilaterais de crédito e a própria embaixada estadunidense, reunindo, assim, os interesses do capital transnacional; o segundo, composto por latifundiários; o terceiro refere-se a um poder paralelo, clandestino, mas evidente a toda a população: os grupos dedicados ao

narcotráfico, intimamente ligados a todas as esferas do poder anteriores, completando seus lucros com o próspero negócio de lavagem de dinheiro; por fim, há o grupo de pseudo-empresendedores (empresários) que fazem parte do (ou se beneficiam de parentesco ou laços políticos com) o governo. Todos esses grupos aqui elencados, segundo o mesmo autor, nutrem interesses contrários aos camponeses. Essa leitura difere daquela de Ezquerro-Cañete (2020) que, no contexto da luta de classes, confere ao campesinato substancial importância e agência política, visto que gesta um movimento contestatório à ordem capitalista dependente.

4.2 O CAMPESINATO NO PARAGUAI

O modelo de desenvolvimento capitalista agrário, presente no Paraguai atual, tem como base dois caminhos para a produção agrícola: um é o modelo de produção camponesa de alimentos para o consumo interno; outro é a matriz empresarial-monopolista-agroexportadora referente ao agronegócio, produtor de *commodities* para exportação, praticado, majoritariamente, por estrangeiros (AQUINO; WESZ JUNIOR, 2020).

Resistindo ao segundo modelo que impera, há uma categoria social, ou fração de classe, representada pela figura do camponês que, ao mesmo tempo em que luta pelo seu direito de permanecer em seu território, sofrendo criminalização, perseguição, desalojo e assassinatos, também estabelece ações coletivas que põem em xeque a ordem social hegemônica, ancorada nos interesses de uma burguesia proprietária de terras aliada ao imperialismo norte-americano e ao subimperialismo brasileiro (VUYK, 2015).

Para Palau (2007), o movimento campesino é percebido como a força social mais importante no Paraguai e, para Nascimento *et al* (2017), o modo de produção camponês representa um papel histórico nos processos de resistência ao capital no campo. De acordo com Valdez (2021), trata-se de um modo de produção independente, que exerce controle relativo da terra e dos instrumentos laborais e que trabalha para si próprio, isto é, utiliza a própria força de trabalho para cobrir as necessidades de sustento e comercializar o excedente (VALDEZ, 2021).

Segundo Nascimento *et al* (2017), os termos “camponês” e “trabalhador rural” têm coexistido com novas denominações que expressam uma forma de existência coletiva, com diferentes povos e grupos sociais que acabam compartilhando as mesmas lutas, reunidos sob a expressão “populações tradicionais”. Há que se destacar que, dentro do movimento campesino paraguaio, as “populações tradicionais” que têm integrado a sua ordem de resistência são os povos indígenas.

Os povos indígenas foram reconhecidos pela Constituição Nacional de 1992 em seu artigo 62 como grupos anteriores à formação e organização do Estado paraguaio, o que lhes garante (artigo 63) o direito de preservar e desenvolver sua identidade étnica em seu respectivo *habitat*, bem como de aplicar livremente seus sistemas políticos, sociais e de organização econômica, cultural e religiosa, e de sujeitar-se às suas normas costumeiras para a regulação de sua convivência interna. Para isso, o Estado deve fornecer-lhes terras, gratuitamente e em regime de propriedade comunitária, que serão intransferíveis, indivisíveis, intransferíveis, imprescritíveis e isentas de tributos (PARAGUAI, 2018).

Torna-se relevante realizarmos aqui uma precisão conceitual. Na grande maioria dos trabalhos sobre questões camponesas, é comum encontrar uma infinidade de denominações que envolvem termos para agricultura familiar e para sem-terra. A fim de evitar controvérsia, optamos pelo conceito campesinato em sentido amplo (pequenos proprietários de terras, camponeses sem terra e trabalhadores sazonais), tendo em vista que se trata de um grupo social que não possui um terreno próprio para construir sua moradia e desenvolver suas atividades produtivas.

Enfim, faz-se necessário demonstrar a importância dessa fração de classe, pois, ao reivindicar outras formas de produzir e entender a produção, formas alternativas de construir a economia, de satisfazer necessidades básicas, de viver em sociedade emergem (SANTOS; RODRIGUEZ, 2002). Segundo Valdez (2021), o período de maior esplendor do campesinato remonta ao governo do Paraguai independente (1811-1870). Durante a ditadura civil-militar (1954-1989), entretanto, as organizações sociais foram, de acordo com Mora (2006), consideradas um perigo para a política de segurança nacional:

Durante el régimen dictatorial (1954-1989), las organizaciones sociales eran consideradas un peligro para la política de seguridad nacional, por lo que fueron, en diferentes momentos, sistemáticamente reprimidas, y sus líderes fueron perseguidos, apresados, torturados y asesinados. Esto hizo que dichas organizaciones tuvieran poca capacidad de acción (MORA, 2006, p. 349).

As lutas sociais empreendidas por essas organizações só se tornaram factíveis a partir da abertura democrática na década de 1990, na qual as lideranças dos movimentos camponeses paraguaios acabaram vislumbrando, na recente democracia, uma possibilidade de lutar pelo direito de exploração da terra e um modo de produção mais responsável.

Conforme Ezquerro-Cañete (2021), o movimento campesino paraguaio permaneceu fragmentado em diferentes organizações de movimentos sociais que surgiram. Com a criação, em 1994, da organização guarda-chuva *Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas* (MCNOC), por meio da aglutinação das outras cinco principais organizações

camponesas nacionais do período, a *Federación Nacional Campesina* (FNC), a *Organización de Lucha por la Tierra* (OLT), o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP), a *Organización Nacional Campesina* (ONAC) e a *Unión Nacional de Campesinos* (UNC), além de 22 organizações diferentes nos níveis regional, departamental e municipal. Houve, dessa forma, um momento excepcional de unidade e coesão que se prolongaria quase até o final da década de 1990. Depois, embora as demandas centrais das várias organizações camponesas convergirem para a reforma agrária redistributiva, o acesso ao crédito e a reativação produtiva, houve uma deterioração organizacional decorrente de conflitos entre líderes, lutas internas e divisões que dificultaram a ascensão de um grupo unitário que representasse o campesinato no meio político ante os grupos mais poderosos.

Com as novas formas de penetração do capitalismo no campo e a intensificação das formas preexistentes, para Mora (2006), o campesinato acabou se articulando em organizações coletivas com a finalidade de estabelecer uma luta de classes que representasse um forte protagonismo nas resistências ao modelo econômico neoliberal. Esse protagonismo surgiu debaixo, desde as famílias camponesas e suas organizações de base, por meio da análise e discussão do impacto das políticas locais e nacionais (MORA, 2006). Esse grupo social, assim, confrontou criativamente o Estado, entendido como expressão dos interesses da classe dominante e simples executora — na maioria dos casos — de receitas internacionais a serviço do capital financeiro.

Referente ao Estado, como visto em leituras anteriores, as novas ofensivas do capital, por meio do acirramento do neoliberalismo, tem impulsionado a presença de capital estrangeiro no Paraguai, promovendo o avanço do agronegócio e a retração da agricultura camponesa (PEREIRA, 2020). Com uma forte presença do capital brasileiro, as disputas entre os camponeses sem-terra e os latifundiários adquiriram, também, um caráter étnico-cultural e anti-imperialista:

As tensões entre o campesinato sem-terra paraguaio e os grandes fundiários brasileiros não têm todavia um caráter somente ideológico, socioeconômico e político: há uma questão étnica-cultural e anti-imperialista latente. A presença dos brasileiros no Paraguai, como em grande parte dos processos migratórios, produziu aspectos complexos nos locais de trabalho e de convívio social em determinadas regiões. Os ruralistas brasileiros no país são de origem europeia (MORAES; VIEIRA, 2015, p. 373).

Vale ressaltar que essas classes subalternas do campo (SANTOS; RODRIGUES, 2002) nunca tiveram participação política ativa. Mesmo que o setor campesino comungue com a maioria do eleitorado, ainda não conseguiu alavancar um grupo político. Os partidos

tradicionais (Colorado e Liberal) são os que absorvem a maioria dos camponeses, contudo como sujeitos passivos (MORA, 2006). Do outro lado, como afirma Carlos Mora (2006), os setores mais conservadores, como os grandes proprietários de terras, conseguiram articular representantes no poder e impediram que leis sociais se estendessem até o setor rural, assegurando formas de superexploração e a sobrevivência das formas de coerção extra-econômica no âmbito da classe trabalhadora.

Um exemplo recente disso foi a promulgação da Lei 6.830 de 2021, conhecida como Lei Zabala-Ribera, que criminaliza as pessoas que lutam pelo direito à terra e dispensa um protocolo de despejo com aviso prévio, que permitia às pessoas defender sua produção, seus animais, suas casas. A lei altera o artigo 142 do Código Penal e aumenta a pena máxima de prisão por invasão de propriedade privada de cinco para 10 anos, sem julgamento (AMARILLA *et al*, 2022). A mudança foi aprovada em menos de oito dias (CAPIRE, 2022).

Pode-se afirmar que, nos termos de Fogel (1986), pelo fato das classes subalternas não participarem da ordem política, consubstancia-se um mecanismo de dominação dos ordenamentos sociais baseados em relações de superexploração, que tendem à permanência, mas também geram tensões e contradições. Em face a esse cenário, duros combates tiveram de ser travados dentro dos próprios processos organizativos dos movimentos sociais do campo. Ficam evidentes, pois, as inúmeras complexidades que envolvem o setor camponês no Paraguai. Conclui-se, assim, que a ação coletiva do campesinato ocupa um lugar central na análise da realidade agrária do Paraguai, em particular com relação às suas possibilidades de transformação.

4.2.1 Mulheres liderando e transformando o caminho

No Paraguai há 1,3 milhão de mulheres rurais que, com seu trabalho quase sempre invisível, sustentam lares e comunidades (OXFAM, 2017). Falar sobre lutas de resistência é falar sobre mulheres, sobretudo no Paraguai, onde a figura feminina sempre teve uma centralidade histórica tanto em ativismos durante os conflitos da Grande Guerra (1864-1870) em que um grande número de mulheres acorreram ao campo de batalha, quanto no ativismo de suas lutas cotidianas, que incluem sustentar seus filhos sozinhas em meio à ruralidade intrínseca à realidade paraguaia, sempre vinculadas à luta pela terra, ao meio ambiente e às comunidades indígenas. Recordemos também a participação fundamental das mulheres na reconstrução do país quando a Guerra da Tríplice Aliança praticamente exterminou a população masculina

adulta.

Proponho uma breve análise sobre como a Teoria da Dependência intersecciona-se com as relações de gênero⁵⁶, sob uma perspectiva geral das sociedades latino-americanas, tomando a questão de gênero em seus aspectos social e cultural. No conjunto da análise da realidade latino-americana, consideremos as relações de poder desiguais tanto entre países, quanto entre os homens e as mulheres. Nos dizeres de Loiola (2016), a manutenção de relações sociais e de gênero injustas (econômica, política etc.) que reproduzam a miséria social e, portanto, a dependência, são fruto do caráter condicionante concreto entre o capitalismo central e o capitalismo dependente. Como bem pontua Federici (2022) “as mulheres enfrentam forças sociais cuja lógica é moldada internacionalmente; logo é necessário compreender a política internacional” (FEDERICI, 2022, p. 221).

Federici (2022) relaciona com mais clareza as lutas de classes com outras contradições e conflitos sociais, como os que opõem o gênero masculino ao feminino, as nações e etnias opressoras às oprimidas, tornando evidente um novo terreno de acumulação e luta que amplia os mecanismos de exploração laboral no tocante ao trabalho não remunerado em relação aos que foram previstos por Marx. Como consequência, é trazida ao debate uma nova compreensão de que a exploração das mulheres é mais intensa. Nas palavras da autora:

[...]a reprodução da força de trabalho em suas diferentes dimensões estabeleceu um mundo de relações que permaneceu invisível aos olhos dos Marxistas. Isso revelou que há muito mais mecanismos de exploração laboral no tocante ao trabalho não remunerado do que os previstos por Marx, ele se estende ao trabalho doméstico, que se esperava que as mulheres realizassem, até a exploração das colônias e periferias do mundo capitalista, formas de trabalho e coerção envolvidas foram naturalizadas. Disso decorrem as hierarquias do trabalho que a ideologia racista e sexista tanto tentou justificar, que só demonstram que a classe capitalista manteve seu poder por meio de um sistema de dominação indireta, dividindo efetivamente a classe trabalhadora, usando o salário para delegar poder aos homens trabalhadores em relação aos não remunerados, a começar pelo controle e supervisão do corpo e do trabalho das mulheres (FEDERICI, 2022, p. 232).

De fato, frente ao expansionismo globalizante do agronegócio, as contradições no espaço agrário paraguaio têm impactado as mulheres de modo mais intenso. Ao analisarmos o conjunto da realidade da formação social paraguaia, em comparação com outros países latino-americanos, percebe-se que há um atraso no relógio da igualdade econômica de gênero nesta região. Segundo dados dos autores Barbosa e Silva (2021), o Paraguai é um dos quatro países da América Latina e Caribe com menor representação feminina em cargos políticos.

Segundo relatório da Cepal (2021), com dados obtidos pelo Observatório da América

⁵⁶ Não se pretende aqui realizar um debate de gênero, tampouco esmiuçar as teorias feministas em nossa análise.

Latina e do Caribe Tempo médio destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, no Paraguai, no ano de 2021, as mulheres trabalham quase 29 horas na semana em tarefas domésticas; os homens, 18 horas. Sobre a análise dos dados o que se evidencia é a crescente participação feminina no trabalho para o mercado não foi acompanhada de uma maior participação masculina nos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados no interior dos lares.

A sobrecarga de horas de trabalho das mulheres atua como uma barreira tanto para a participação feminina no mercado laboral em igualdade de condições com os homens, quanto para o consequente acesso a recursos econômicos que lhes permitam maior grau de autonomia (CEPAL, 2021).

Além dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico que realizam, em seu trabalho remunerado, as mulheres também estão sobre-representadas em formas de trabalho mal remunerado e desprotegidas.

Segundo dados da Dirección General de Estadística, Encuesta y Censos (DGEEC), (2020) a renda média mensal da população ocupada é de aproximadamente 2 milhões 416 mil guaranis⁵⁷. A renda média dos homens é de 2.593.000 guaranis (2.074,40 reais moeda brasileira) e a das mulheres é de 2.147.000 guaranis (1.717,60 reais moeda brasileira). A renda média mensal das mulheres representa 83% da renda dos homens, o que revela uma diferença de renda de cerca de 446 mil guaranis a favor dos homens.

O fato de as mulheres receberem menos do que homens contribui ainda mais para os impactos desproporcionais das crises combinadas que vivenciam, no sentido de que uma menor autonomia econômica afeta outras autonomias como a tomada de decisões e autonomia física, já que são interdependentes e com um enfoque integrador. Como afirma o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, ligado à CEPAL, as autonomias física, econômica e tomada de decisões interatuam formando uma complexa engrenagem que não pode ser interpretada, e muito menos abordada isoladamente (CEPAL, 2021). Na mesma linha, Vânia Bambirra (1971) vê na independência econômica da mulher a possibilidade de tomar decisões autônomas e de maior mobilidade social, ainda que permaneça sob o estigma de ‘débil’, de forma explícita ou velada frente ao sexo oposto.

As posições subalternas são destinadas historicamente para as mulheres no Paraguai. Na atualidade, somente 35% dos cargos diretivos são ocupados por mulheres (CDE, 2020). Observa-se que a autonomia econômica das mulheres é um desafio.

Em tempo, é importantíssimo enfatizar o papel que a religião exerce acerca desse tema.

⁵⁷ O guarani é a moeda local do Paraguai (PARAGUAI, 2022).

A Corporación de Estudios para Latinoamérica (CIEPLAN) indica que 90% da população paraguaia se autodeclara católica.

A religião está enraizada na constituição de 1992, cujo artigo 82 afirma: “Reconhece-se o protagonismo da Igreja Católica na formação histórica e cultural da nação” (PARAGUAI, 2018, p. 17, tradução nossa). Como coloca Marcela Althaus-Reid (2005 apud LOIOLA, 2016), os sistemas econômicos são também sistemas religiosos e, portanto, a combinação de questões sociais, políticas e religiosas gestam narrativas mitificadas que tendem a eufemizar a violência.

Com efeito, embora as disputas de classes que se estruturam no plano interno latino-americano tenham gerado tensões reais entre os modelos do agronegócio e o campesinato, são estes dois modelos que coexistem. Isso torna-se especialmente significativo porque foi a partir dessas lutas de resistência que se criaram formas mais cooperativas de existência (FEDERICI, 2022). Foi possível perceber, então, o forte protagonismo das mulheres nesses processos de mudança. Embora haja imensas dificuldades práticas e obstáculos que envolvem a opressão da mulher e a invisibilização de seu trabalho, a força da mulher camponesa é demonstrada por meio da superação desses entraves. Federici (2022) assinala a importância das mulheres nas lutas sociais:

As mulheres assumem papel central nas lutas sociais porque são as mais afetadas pela expropriação e pela degradação ambiental, sofrendo diretamente as consequências das políticas públicas em seu cotidiano. São elas que devem cuidar daqueles que adoecem por contaminação do petróleo, ou porque a água usada para cozinhar é tóxica [...] são elas que estão na linha de frente contra as corporações transnacionais de mineração e do agronegócio (FEDERICI, 2022, p. 202).

As lutas travadas no interior do Paraguai rural acabam impulsionando uma interseccionalidade de lutas dentro dos movimentos de resistência. Como consequência, a luta camponesa tornou-se fortemente feminista. Muitos movimentos acabam surgindo mais pela questão da sobrevivência do que pela identificação com alguma perspectiva teórica ou ideológica (BARBOSA; SILVA, 2021). Este é, como veremos a seguir, o caso da CONAMURI.

4.3 CONAMURI: SURGIMENTO, OBJETIVO E PERCURSO DE LUTAS

Em um contexto de aprofundamento da aplicação de medidas neoliberais e imperialistas, a partir de meados da década de 1990, os movimentos populares assumiram um papel cada vez mais preponderante contra a hegemonia capitalista. Como já exposto ao longo deste trabalho, as relações materiais latino-americanas estão fortemente demarcadas pela

dependência. Particularmente na realidade agrária do Paraguai, os movimentos populares tiveram como centralidade em suas reivindicações, a partir da abertura democrática pós-governo Stroessner, questões fundiárias atinentes ao acesso desigual à terra (PALAU, 2007; RIQUELME, 2003). Segundo Palau (2007), a partir dos anos 2000, o movimento popular paraguaio começa um processo de transição que culminará em uma nova fase de desenvolvimento. Mais especificamente, nas palavras do autor:

Desde el año 2000 en adelante, el movimiento popular paraguayo empieza a dar signos de una nueva fase de desarrollo, logra detener el proceso de privatizaciones y la ley antiterrorista — impulsadas por la embajada americana — explicita alianzas con organizaciones políticas de izquierda y se constituye, prácticamente, en el único opositor a los planes neoliberales del gobierno (PALAU, 2007, p. 50).

É nesse cenário pós-ditatorial de ascensão neoliberal que surge a CONAMURI. Sobre a origem da luta política das mulheres, a dirigente da CONAMURI, Perla Alvarez (informação verbal)⁵⁸, pontua que foi a partir de 1985, em plena ditadura, que as mulheres se viram como sujeitos políticos, a partir do momento que tiveram de sair em protesto pela libertação de presos políticos. Em suas palavras:

[...] a partir de 1985 se da la participación de las mujeres a través del movimiento de mujeres campesina que forma Organización de Mujeres Campesinas, que hace parte del Movimiento Campesino Paraguayo-MCP, realizando una movilización por la libertad de los presos políticos, porque era un año una época de muchas ocupaciones de tierra y todos los compañeros, los dirigentes, fueron presos. Entonces para pedir la libertad de los compañeros, las compañeras no se quedaron en las casas solas en las comunidades, todas salieron a la ciudad a movilizarse, fue una acción política de suma importancia en plena dictadura Y eso constituyó digamos, el origen de la participación política de las mujeres campesinas en Paraguay [...] (ALVAREZ, 2021).

Nisso, mesmo passado o período ditatorial, ao longo da história do Paraguai, nota-se a escassa ou nula participação das mulheres nos diferentes processos que moldaram a nação. A situação política e social em que se enquadra o nascimento do CONAMURI tem como principal característica a desigualdade causada pelo modelo de acumulação de capital e pela ditadura patriarcal, fato que afetou ainda mais às mulheres indígenas e camponesas, “invisibilizadas historicamente em sua participação, contribuição, interesses e realidades” (CONAMURI, 2009, p. 8). Voltando para o período stronista (1954-1989), nas palavras da própria CONAMURI, foi uma fase que representou uma subjugação extremada das mulheres:

[...] la Dictadura hizo de la exclusión social y la discriminación hacia las mujeres una política criminal, extremando la violencia en contra de las mujeres en las represiones, al mismo tiempo que las mantenía invisibles para la historia. Buscó desalentar la participación de las mujeres con la tortura sexual, con ocupaciones militares o un constante acoso hacia las comunidades (CONAMURI, 2009, p. 11).

⁵⁸ Transcrição da entrevista consta anexada ao final desta dissertação.

Pode-se afirmar, então, que o nascimento da CONAMURI, assim como de muitos movimentos sociais rurais no Paraguai, teve como estímulo principal a ascensão do neoliberalismo globalizado que atingiu o setor rural. Consoante a visão de Machado (2009) sobre protagonismo político dos movimentos populares na América Latina contra a implantação das políticas neoliberais, nas décadas de 1990 e 2000, ele afirma categoricamente que “os principais opositores ao ‘Consenso’ foram os chamados movimentos sociais, de base ‘urbana’ ou ‘rural’, como exemplo os sem-terra brasileiros, os zapatistas mexicanos, e não os proletários tradicionais, por meio de seus sindicatos e partidos políticos” (MACHADO, 2009, p. 33).

No intuito de apresentar a construção e consolidação dessa organização, temos como eixo reflexivo as seguintes indagações: como foi o percurso de luta dessas camponesas? A que elas resistem? Quais são as práticas cotidianas que permitem driblar práticas subalternas que lhe foram destinadas historicamente?

4.3.1 Percursos de lutas.

Como pontapé inicial, salientamos que a retomada do processo histórico de constituição da CONAMURI é feita com base em informações encontradas no *Nuestro Camino* e como complementos alguns documentos enviados via aplicativo de mensagens que constarão anexos ao fim deste trabalho, com o intuito de compreendermos a consolidação do movimento na esfera nacional.

A CONAMURI foi formalmente fundada em 1999, no Dia Mundial da Mulher Rural (15 de outubro)⁵⁹, quando mais de 300 mulheres camponesas e indígenas reuniram-se em Assunção. Desde sua origem, formou-se como movimento de luta por reforma agrária, composto por mulheres dissidentes de organizações mistas (compostas por homens e mulheres), mobilizadas, que tomaram a iniciativa de discutir os problemas relacionados à sua integração. Também se organizaram com o intuito de garantir seus direitos nos movimentos populares do Paraguai em que, teoricamente, não haveria restrição à participação feminina em qualquer instância, mas,

⁵⁹ O Dia Mundial da Mulher Rural surge no âmbito do seguimento da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher (Pequim 1995). A Federação Internacional de Produtores Agrícolas (FIPA), a *Fundación Cumbre Mundial de la Mujer* (FCMM) e a União Mundial de Mulheres Rurais (UNMR) fizeram a proposta de definir um dia do ano como o dia mundial ou internacional da mulher rural, como forma de tornar visível o seu contributo para a produção e o desenvolvimento das zonas rurais. Devido ao importante papel das mulheres rurais na segurança e soberania alimentar, foi proposta a sua realização no dia 15 de outubro, véspera do Dia Mundial da Alimentação.

historicamente, percebeu-se a predominância de homens em cargos de liderança, seja ela política, administrativa ou produtiva. Ao longo de nosso diálogo, a dirigente entrevistada esclarece:

[...] En 1999 surge CONAMURI, durante todo este tiempo, estuvo en la CMC y dentro del movimiento campesino paraguayo con una participación relativamente restringida, pero siempre presente. [...] En 1999 surge la necesidad de ampliar está participación a partir de un análisis conjunto qué hacen mis compañeras [...] (ALVAREZ, 2021).

Cabe, aqui, destacar que, ao tomarem consciência, como salienta Ramos (2018), da posição subalterna que elas ocupavam na luta do movimento camponês pelo simples fato de serem mulheres, criou-se uma oportunidade para a união entre elas, visando a auto-organização para expressar suas preocupações e demandas com sua própria voz, por meio da conformação de seus próprios espaços de representação política. Isso visto que, segundo relatos do documento *Nuestro Camino*, dentro das próprias organizações de resistência, “o papel das mulheres era invisível, não era reconhecido nem valorizado, e elas só participavam de organizações como cozinheiras” (CONAMURI, 2009, p. 12).

Ramos (2018) destaca que, além dos embates políticos, essas mulheres tiveram de enfrentar embates cotidianos para construção do movimento, fato que abriu espaço para o processo de ressignificação de sua posição nas relações familiares, matrimoniais, comunitárias, como fruto do duplo condicionamento e menos oportunidades que as mulheres encaram. “As companheiras tiveram dificuldades para participar das reuniões e atividades da organização porque não tinham com quem deixar seus filhos”. A partir dessa necessidade, as mulheres da CONAMURI tiveram de sensibilizar seus companheiros para entenderem sua luta e fazer da causa uma verdadeira união de forças. As demandas do movimento foram repensadas a partir das próprias experiências das mulheres, sem esquecer as causas dos homens.

Depreendemos que a CONAMURI é um caso típico de tentativa de despatriarcalização de suas comunidades, como coloca Federici (2022) quando analisa as Mulheres Zapatistas. Em um trecho da entrevista realizada com a dirigente do grupo, ela expressa esse processo de mudança, já que, em um primeiro momento, as participantes não tinham uma ideia estruturada sobre questões de gênero e feminismo:

[...] No se usa la palabra feminismo, ni siquiera género se hablaba de derechos de mujeres, las mujeres tenemos derecho, somos mujeres campesinas nuestras voces nunca se escucharon necesitamos elevar nuestras voces, entonces se empieza una disputa con nuestros propios compañeros y con el estado para poder reconocernos como voceras (porta-vozes) de nuestras compañeras en el campo (ALVAREZ, 2021).

Parece-nos, a partir da reflexão colocada por Federici, que a CONAMURI passou pelo processo da radicalização política. Apesar de há pouco tempo se reconhecerem como feministas (cabe lembrar que nem todas as companheiras da CONAMURI se denominam feministas), a postura do movimento como um todo é feminista:

[...] y asumir el feminismo como herramienta de lucha en el campo temas muy significativo porque el feminismo estuvo muy vinculado a las luchas urbanas de mujeres urbanas, entonces esto pasó a ser ahora una cuestión qué hablamos de un feminismo que busca el tema de la participación política de las mujeres desde su cotidianidad, no necesariamente en el campo electoral, no necesariamente en el escenario institucional, pero apoyamos, aunque esa no es nuestra reivindicación principal, el reconocimiento de nosotras como sujetos políticos colectivos en el campo que a partir de nuestra realidad territorial a partir de nuestra relación con el territorio a partir de nuestra realidad de relación comunitaria. Somos sujetos con derechos y a partir de ahí tenemos nuestras particularidades, por eso nuestro feminismo tiene identidad, indígena popular y campesina, por eso decimos que nosotros tenemos un feminismo revolucionario, porque rompe los estereotipos incluso los feminismos más institucionalizados [...] (ALVAREZ, 2021).

Iniciado o processo de organização, a partir da motivação das mulheres (busca por igualdade, representatividade, melhores condições de vida), buscou-se posteriormente conformar redes de articulação e alianças com outros movimentos e organizações, fato que propiciou avanços positivos pois permitiram reelaborar continuamente sua própria inserção na questão de gênero, classe e etnia e negociar com diferentes atores.

Um outro ponto que pode ser levantado a partir da fala de Perla é sobre as principais articulações serem realizadas por meio da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) — *Vía Campesina*; *Movimiento Agroecológico Latinoamericano* (Maela); Instituto Agroecológico Latino-Americano (IALA) Guarani⁶⁰; *Marcha Mundial de Mujeres*; *Alba de los Movimientos Sociales*; e *Congreso Democrático del Pueblo*. O contato internacional com organizações e encontros mundiais de mulheres, camponesas e indígenas, possibilitou-as relacionarem-se com outros grupos que passavam por situações semelhantes às suas. Esse fato em específico foi de extrema importância para a organização, pois permitiu trazer para suas consciência o quanto a mulher é duplamente explorada:

⁶⁰ IALA Guarani é uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos que oferece educação gratuita a membros de movimentos sociais camponeses agrupados na Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais e na Via Campesina América do Sul. No Paraguai, os movimentos camponeses que integram o CLOC-Vía Campesina são: Organização de Mulheres Rurais e Indígenas (CONAMURI); Movimento Camponês Paraguai (MCP), Mesa Coordinadora Nacional de Organizações Camponesas (MCNOC), Organização da Luta pela Terra (OLT), Federação Nacional Camponesa (FNC) e Organização Nacional dos Aborígenes Independentes (ONAI). A IALA Guarani se dedica ao estudo, pesquisa e divulgação do conhecimento e cultura camponesa, visando compreender nossa realidade para a transformação social e econômica, em benefício dos setores majoritários do país e da região. Faz parte da Rede IALA que desenvolve a experiência de formação de nível superior em vários países da América Latina: ELAA (Brasil), IALA Amazônia (Brasil), IALA-Paulo Freire (Venezuela), IALA Women (Chile), entre outros (IALA GUARANI, 2014).

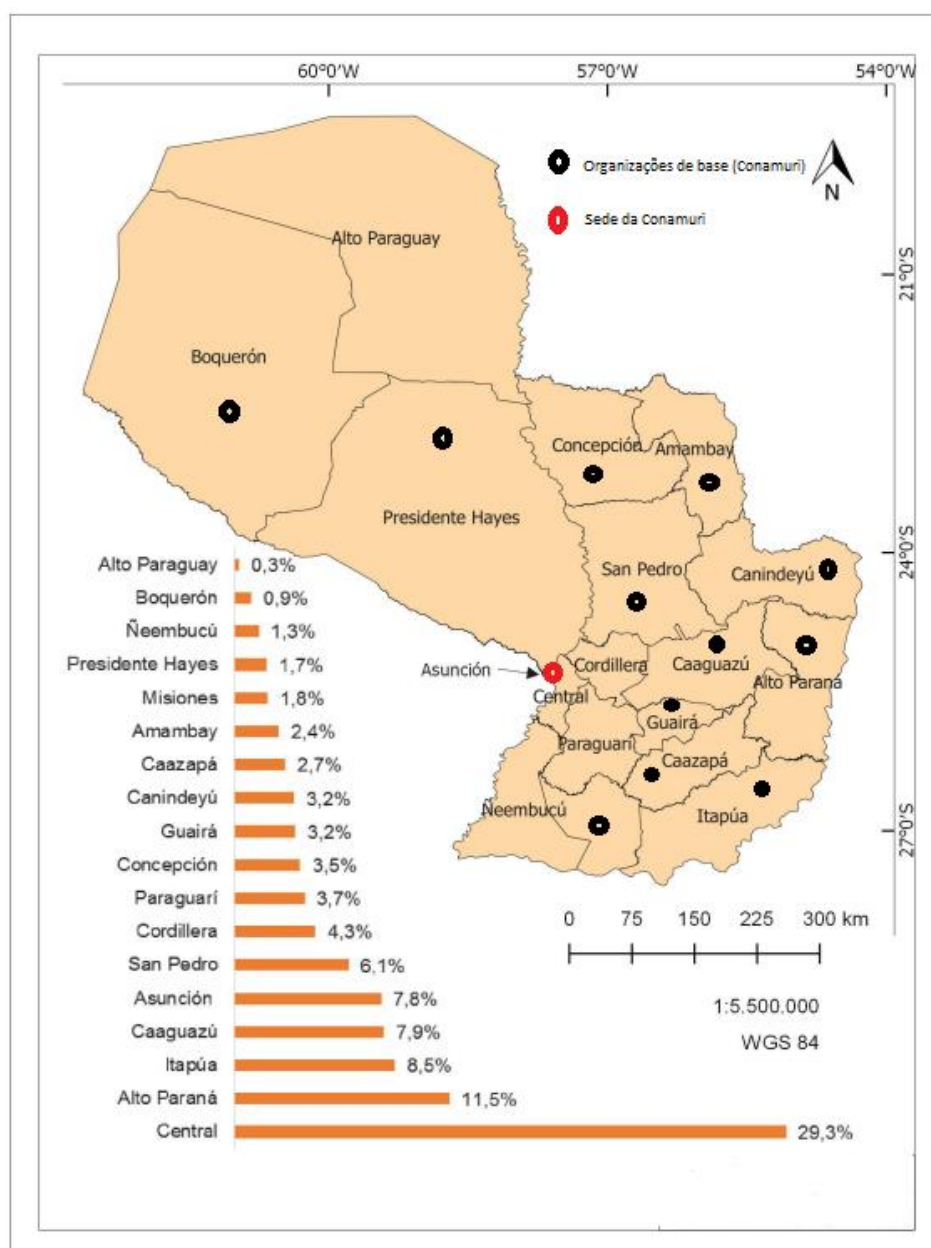
[...] este proceso fue importante para identificar la necesidad de un espacio propio a nivel nacional para las mujeres rurales e indígenas, para quienes veníamos participando en organizaciones mixtas [...] Las mujeres que participaron en estos espacios de encuentro y discusión tomaron conciencia de que las mujeres eran doblemente oprimidas y explotadas, y desde entonces se fue profundizando la idea de que sin un espacio propio, las mujeres difícilmente pueden desarrollar sus capacidades y su participación a plenitud (CONAMURI, 2009, p. 13).

Essa organização é um polo de agrupamento de 19 organizações de mulheres (comitês, organizações nacionais e comunidades indígenas), definindo-se como uma "organização de gênero e classe, uma ferramenta de luta para defender os interesses da classe trabalhadora explorada, solidária com a luta pela a igualdade de todas as mulheres do mundo". Destaca, ainda, que “busca a transformação social do país com a participação ativa das mulheres trabalhadoras” (CONAMURI, 2018).

Em seu estatuto definem-se (art. 4º, p.1) como uma organização de mulheres trabalhadoras, populares, solidárias e patrióticas, autônomas e democráticas, que buscam a unidade entre a classe trabalhadora do setor, na defesa de seus interesses e direitos, a fim de construir uma sociedade com justiça social e equidade de gênero.

A CONAMURI é constituída de mulheres da classe trabalhadora do campo organizadas em comitês de produção e pequenas associações em 12 departamentos do país: Itapúa, Amambay, Concepción, Misiones, Alto Paraná, Guairá, Caazapá, Caaguazú, Canindeyú, San Pedro, Boquerón, Presidente Hayes, além do distrito da capital (Assunção). Embora a sede da articulação permaneça em Assunção, são feitas visitas constantes às bases no Paraguai, a fim de realizar conversas sobre o fortalecimento e as relações com a organização, plano de trabalho e incorporação de jovens à Escola de Agroecologia (CONAMURI, 2021). Ou seja, a CONAMURI está presente em quase toda a totalidade das regiões paraguaias, como é demonstrado de forma mais clara na figura abaixo.

Figura 2 - Mapa de ocupação de departamentos do Paraguai com dados das respectivas populações por departamentos em porcentagens



Fonte: Elaboração própria a partir de Silveira *et al*, 2019.

As mobilizações, os bloqueios, as ocupações, são as principais ferramentas de luta às quais recorre o movimento popular paraguaio, diante da permanente recusa por parte do Estado em atender suas demandas e propostas, e a incapacidade dos canais institucionais de responder às demandas (PALAU, 2007). Assim, a participação em mobilizações sempre foi fundamental ao movimento, pois elas sempre se fizeram presentes na linha de frente das ações. Para registro, segue um quadro resumido de todas as mobilizações realizadas desde o surgimento da CONAMURI até o ano de 2009.

Quadro 3 - Percurso de lutas

1999	Surgimento da CONAMURI: pela primeira vez no Paraguai, mulheres tornam-se protagonistas na condução de lutas populares, tendo como centro de suas reivindicações questões de gênero, classe e etnia. Neste ano ocorreu também uma grande marcha em outubro, de Ycuá Sati ao Parlamento, torna-se simbólico relatar que as mulheres da CONAMURI levavam uma bandeira triangular que dizia o termo em guarani “topa ñemboyke” (em português que se acabe a discriminação) . Aquela bandeira significou para elas o ponto central que as comoveram, porque segundo elas relatam no documento “ <i>Nuestro camino</i> ” as mulheres sofrem discriminação não só por serem pobres e trabalhadoras, também por falarem guarani ou por serem indígenas, mas pelo próprio fato de serem mulheres (CONAMURI, 2009).
2000	Reconhecimento como interlocutores pelo poder público e perante a opinião nacional.
2001	Primeira Grande Marcha de Caacupé a Assunção: um ano de definição e consolidação da identidade e afirmação da autonomia da organização. Neste ano, foi realizada uma longa caminhada de mulheres em luta, ato que propiciou uma ampla visibilidade de sua incidência política.
2002	Realização do Segundo Congresso Nacional, com a participação de mais de mil mulheres. Foi também um ano de ampliação de forças e conquistas coletivas em espaços de unidade de ação, pois, além da Plenária Popular Permanente (PPP) e do Congresso Democrático Popular (CDP), o grupo organizou uma das maiores mobilizações de protesto no movimento popular. Durante 16 dias, houve uma mobilização de mais de 30.000 pessoas, com uma participação ativa, conseguindo travar os projetos de lei contra o terrorismo, a banca pública e a privatização de empresas estatais.
2003	Primeira grande campanha como organização: Justiça para Silvino Talavera, levantando a bandeira da não impunidade para crimes contra a vida, exigiram leis rígidas contra o uso de agroquímicos e propuseram meios de ampliação da produção saudável como forma de defesa da vida e da soberania nacional. Segundo a CONAMURI (2008), a busca por justiça no caso da morte da criança paraguaia Silvino Talavera, primeira denúncia de morte pela contaminação com agroquímicos apresentada na Justiça, levou a ampliar as alianças com outras organizações e movimentos, durante os três anos que durou o julgamento. Entre 2003 e 2006 houve amplo fortalecimento da organização, com inserção de mais propostas e fortalecimento de alianças.
2004	Realização do Terceiro Congresso Nacional: Priorização da organização de mulheres indígenas.

2005	II Encontro Nacional de Mulheres Indígenas: Lema: <i>“513 ary javeve kuña ypykue oñoraïro ndohejai pytagua oñemboharai tekovere — Mujeres indígenas: 513 años de resistencia luchando por la vida contra los invasores”</i> .
2007	Realização do Quarto Congresso Nacional: Ampliou-se consideravelmente a participação dos indígenas. Os resultados positivos nesse encontro foram conformar a Direção Nacional em forma paritária entre camponos e indígenas.
2009	Terceiro Encontro Nacional de Mulheres Indígenas: Lema: <i>“Kuña ypykuéra ojoaju omotenonde haêgua hemiandu ha oñeñanduka — Mujeres indígenas unidas para romper el silencio”</i>

Fonte: Elaboração própria a partir do documento “*Nuestro Camino*”(CONAMURI, 2009) .

Não se pode deixar de assinalar que a resposta sistemática dos governos, desde o início da democracia formal, tem sido a repressão, que persegue legalmente aqueles que se opõem a este modelo de dominação, no âmbito de uma campanha midiática que promove a como "criminosos" os líderes sociais (PALAU, 2007). No marco crescente de conflitos e tensões, percebe-se que o intuito por trás do Estado é, na realidade, propiciar a redução do campesinato. Isso pôde ser confirmado em uma fala publicamente verbalizada (SERAFINI, 2015) pelo ex-ministro da Agricultura e Agropecuária, Jorge Gattini (2013–2018), em que afirmou que a população camponesa é um empecilho para o desenvolvimento rural e que, neste sentido, o país pretendia (governo de Horacio Manuel Cartes) reduzir de 33% para 7% os trabalhadores do campo, a fim de “fomentar o desenvolvimento” do agronegócio.

4.3.2 Eixos de lutas: a que elas resistem?

Os eixos de trabalho da CONAMURI são: (i) Soberania Alimentar⁶¹, ou seja, e Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; (ii) Mulheres com igualdade de direitos e vida livre de violência; e (iii) Fortalecimento Organizacional. Entre os principais objetivos, destacam-se o combate à discriminação e à exploração, a promoção da organização, a articulação de ações com outras organizações e a conquista da igualdade de direitos das mulheres (CONAMURI, 2018).

Tem como bandeiras principais: direitos plenos sem discriminação para mulheres

⁶¹ Direito de cada nação de manter e desenvolver na própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (VIA CAMPESINA, 1996).

camponesas e indígenas; reconhecimento dos direitos e do trabalho das mulheres na produção; cuidados de saúde eficazes para mulheres, meninas e meninos; desenvolvimento da medicina alternativa e promoção da alimentação saudável e agroecológica; priorização da capacitação para o setor camponês e indígena, especialmente para as mulheres; defesa do meio ambiente; proibição de agrotóxicos e transgênicos; promoção da soberania e segurança alimentar; reforma agrária; e modelos de produção sustentável.

Ao longo dos anos, as mulheres organizadas pela CONAMURI conseguiram avançar em pautas importantes, dentro e fora do movimento. Internamente, a mobilização feminina resultou em conquistas como a participação em postos de direção (mediante a paridade de gênero), a construção de uma relação entre homens e mulheres mais igualitária dentro da própria organização e a inserção de debates como gênero e etnia em suas áreas de trabalho. Como conquistas resultantes da luta das mulheres rurais no cenário externo podemos citar o fato de conseguirem impulsionar debates sobre a utilização de agrotóxicos, como afirma Palau (2007):

Uno de los logros más innovadores de CONAMURI fue haber colocado en la discusión y en la agenda de las organizaciones populares la lucha contra los agrotóxicos y, a partir de allí, las consecuencias sociales y ambientales de las plantaciones de sojales transgénicos, fenómeno que viene aumentando considerablemente en los últimos años, produciendo además una alta expulsión de comunidades campesinas de sus tierras (PALAU, 2007, p. 53).

A CONAMURI tem como instrumentos estratégicos para guiá-la na consecução de seus propósitos, as seguintes ferramentas: referente aos princípios, buscam melhorar as condições de vida das mulheres, incorporar a visão de mundo e o respeito aos povos indígenas e alcançar a igualdade entre homens e mulheres; referente à visão, aspiram a transformação social do país com a participação ativa das mulheres trabalhadoras em aliança com outras organizações camponesas, indígenas, operárias e com o setor popular em geral; e referente à missão, se auto definem como uma organização de classe e gênero, uma ferramenta de luta para defender os interesses da classe trabalhadora explorada, solidária com a luta pela igualdade de todas as mulheres do mundo.

4.3.3 Práticas cotidianas⁶²

Além de todas as atividades e compromissos diários exigidos pela militância política que as integrantes da CONAMURI respondem em cada articulação/sede, cada uma delas é responsável por tarefas e atividades específicas no âmbito de cada acampamento ou

⁶² Informações retiradas da página oficial da CONAMURI.

assentamento. Dentre muitas atividades, será dado destaque aos projetos e frentes de lutas que estão atualmente latentes na implementação do projeto político, social e econômico do grupo e transformam o trabalho cotidiano, social e reprodutivo em ação coletiva que converte os bairros em comunidades de resistência à exploração capitalista (FEDERICI, 2020). Dentre tantas, destacamos as apresentadas abaixo, conforme documentos de apresentação da organização enviados pela dirigente da organização, Perla Alvarez (2021):

- a) O resgate de práticas produtivas ancestrais e luta contra sementes transgênicas e de produtos agroquímicos. Trata-se da conservação de sementes nativas e crioulas. Essa prática também reforça o importante papel que as mulheres camponesas e indígenas desempenham na organização. Para o campesinato paraguaio (VILLALBA, 2013 apud PEREIRA, 2019), usar sementes estrangeiras significa a perda da soberania. A CONAMURI conta com três “Semilla Róga”, localizadas nos departamentos de Caaguazú, Itapúa e Misiones⁶³ (CONAMURI, 2022);
- b) O boletim diário *Ñe’e Roky*⁶⁴. Trata-se de um informativo confeccionado com um compilado de informações fornecidas pelas rádios comunitárias do país, em que se busca compartilhar análises sobre a situação das famílias camponesas, das mulheres e da mídia no Paraguai e América Latina. Seu objetivo foi mostrar não só a concentração do capital transnacional, mas também da mídia em pequenos grupos de proprietários e empresários (CONAMURI, 2022);
- c) A implantação do rádio alternativo. Foi criado com o intuito de oferecer meios para democratizar a comunicação, garantir o direito à informação, diversificar as vozes e, principalmente, afastar-se das editoras empresariais que atendem aos interesses das elites em convergência com o governo. Nesse sentido, a fim de quebrar essas cercas da mídia, as mulheres camponesas e indígenas criaram o projeto “Democratização da Informação Paraguai”, da rádio Beto Centurión (CONAMURI, 2022);
- d) A criação de um grupo infantil da CONAMURI, chamado (em guarani) de *Mitá Aty Mba’apocha* (ou “grupo de meninos e meninas que trabalham”). O objetivo tem sido criar espaços de troca de experiências, conhecimentos e aprendizados entre meninos e

⁶³ *Semilla Róga* significa casa da semente. Recomendamos o documentário “Semilla Róga: recuperando semillas con Conamuri”. Neste pequeno documentário, a CONAMURI apresenta a importância dessa prática, que reflete a necessidade de valorizar o que é considerado o “patrimônio dos povos a serviço da humanidade” (CONAMURI; OXFAM, 2009).

⁶⁴ *Ñe’e Roky* é uma palavra guarani que significa (in)surgente, que brota e que, ao mesmo tempo, nasce e não nasce. Para a articulação, é uma nova voz que está surgindo, isto é, uma voz insurgente da crítica das mulheres do setor popular (CONAMURI, 2009).

- meninas rurais e indígenas. O espaço aproxima as crianças e filhas menores que, diariamente, acompanham suas mães nas atividades de luta da organização;
- e) A Escola de Mulheres CONAMURI. Consiste em uma aposta pedagógica, uma vez que são utilizados métodos de educação popular, e trata-se de um espaço de fluxo de conhecimento entre as mulheres participantes. Os militantes que promovem esse projeto mobilizam-se em direção às bases, ou seja, orientam-se em direção às suas próprias comunidades, bairros e assentamentos. Dessa forma, como ação coletiva e conjunta, criaram programas de estudo que envolvem a participação de mulheres de todas as idades, meninas, jovens, senhoras e avós (CONAMURI, 2022);
 - f) A Escola Agroecológica CONAMURI. Trata-se de uma iniciativa realizada em edições, que promove um diálogo de saberes pautado em temáticas que pretendem levar informações sobre práticas de cultivos, cuidados com sementes, sempre acompanhadas de conteúdos teóricos e pedagógicos em diálogo de saberes entre todos que fazem parte deste espaço (CONAMURI, 2022);
 - g) Trocas de experiências via fórum, conferência, internet e outros espaços. É interessante destacar que as atividades da CONAMURI, tanto individuais, quanto conjuntas, são realizadas, majoritariamente, em praças públicas de Asunción;
 - h) Articulação com as Universidades. Há um forte interesse em fazer um vínculo ou alianças estratégicas entre cada uma dessas organizações e as universidades, a fim de difundir melhor sua organização, luta e projeto político (CONAMURI, 2022);
 - i) A realização de feiras de produtos agrícolas. São espaços importantes para adquirir alimentos frescos e saudáveis de maneira direta e acessível. Também representam um mecanismo para a maior valorização do trabalho feminino, para a geração de emprego e para a renda da cadeia produtiva dos produtos agrícolas locais. Facilita o acesso para o mercado de produtos agrícolas produzidos pelo grupo, com mulheres camponesas como protagonistas. Fortalecem a organização, a aprendizagem e são um ponto de encontro entre aqueles que consomem e os produtores. As feiras também têm um significado político, porque se transformam em fóruns que impulsionam a defesa da economia camponesa, do modelo agroecológico e do mesmo território onde são cultivados os alimentos (CONAMURI, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer projeto que procure compreender a emancipação social ou conceber uma forma alternativa de produção deve, primeiro, conhecer a sua realidade. Em razão disso, buscou-se, inicialmente, descrever os impactos socioeconômicos da dinâmica capitalista, engendrados nos marcos do imperialismo e do neoliberalismo que condicionam os processos de inserção da América Latina via divisão internacional do trabalho. O recorte analítico utilizado foi o Paraguai entre 1989 e 2012.

No capítulo 2, que consistiu em uma fundamentação teórica, foi retomada a categoria de acumulação originária, ou acumulação primitiva, que se refere à separação entre produtor e terra e foi umas das principais características do momento inicial do sistema capitalista, descrito por Marx no volume I d'O Capital. A acumulação originária inaugurou os processos de destruição de organizações coletivas e terras comunais e individualizou as relações de trabalho. Mesmo sendo esse um processo que precedeu à acumulação capitalista, foi possível depreender, mediante análises do cenário atual realizadas por Fontes (2010), Harvey (2003 e 2004), Federici (2019; 2022) e outros autores, que se trata de uma dinâmica que continua atuante e desponta como um elemento central para a compreensão do relacionamento predatório que o capital mantém com a terra ainda hoje, fator de produção totalmente relevante para o capitalismo moderno (FEDERICI, 2019). Em suma, a acumulação primitiva, a partir do século XV, foi um componente chave para separar as pessoas das fontes de sobrevivência, do modo que o neoliberalismo globalizado atua hoje.

Como visto no Paraguai, questões relacionadas à terra tornam-se primordiais, já que um capitalismo agrário exportador se desenvolveu por lá, trazendo como pilares elementos compatíveis com a acumulação originária, cujas bases estão assentadas na separação da população campesina/indígena da terra. Seus corolários, como a acumulação concentrada e a acumulação por despossessão, tem por base a ação de estrangeiros. São esses alguns dos processos que delinearão as especificidades das lutas de classes daquele país. Destaque especial foi dado às mulheres, uma vez que, diante do novo processo de acumulação primitiva (necessário para o desenvolvimento do neoliberalismo e da globalização), têm sido a principal força social que se interpõe no caminho da completa comercialização da natureza, apoiando o uso não capitalista da terra e uma agricultura voltada à subsistência.

Posteriormente, por meio de considerações teóricas e empíricas baseadas na vertente marxista da teoria da dependência das Relações Internacionais, prosseguimos o esforço

acadêmico de oferecer algumas fundamentações para a compreensão de como o Paraguai constituiu-se como um caso extremo de articulação entre assimetria social e dependência. Ambas as características são conformadas no bojo do neoliberalismo globalizado, podendo ser descritas como formas atuais de destruir os comuns. Isso se justifica pelo fato de sua economia ser profundamente dependente do comportamento do preço de *commodities*, como soja e carne. Apesar desse setor ser comumente concebido como o mais dinâmico, moderno e importante da economia nacional, na prática — embora o país de fato bater recordes de produção agrícola e pecuária — ele não alimenta o mercado interno, já que a maior parte da produção agrícola e pecuária é exportada.

Considerando todos esses aspectos, podemos afirmar que a atuação do Paraguai tornou-se muito dependente da estabilidade do mercado internacional, bem como da estabilidade de outras economias mundiais. Ademais, dinâmicas como o subimperialismo brasileiro dificultam a concretização de um projeto de emancipação.

As considerações acerca do processo histórico paraguaio, realizadas ao longo do capítulo 3, demonstram que a trajetória econômica, social e política paraguaia consiste em uma contraposição de fases. A primeira é caracterizada pela vigência de uma República independente, com um campesinato até então livre e economicamente autônomo, que corresponde aos períodos de governo do Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840), e os governos da família López (1843-1970). A segunda é marcada pela conversão da economia paraguaia, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1869), em um modelo agroexportador dependente, em que a instauração da propriedade privada torna-se um potente atrativo para estrangeiros — sobretudo argentinos e espanhóis (PEREIRA, 2019). Essa conjuntura contribuiu para que os grandes problemas do país orbitassem em torno da questão agrária e que a autêntica soberania do país de outrora — alimentar, territorial e energética — fosse entregue aos mercados e a empresas transnacionais, como, por exemplo, no contexto do subimperialismo brasileiro contemporâneo.

Mais adiante, examinamos os processos de resistência diante do aprofundamento das políticas neoliberais que acirraram a luta de classes, representada de um lado por uma classe campesina oprimida e, do outro, pela hegemonia do poder capitalista nas regiões rurais do Paraguai. Esse cenário propiciou o nascimento de organizações populares no período entre 1989 e 2012. Percebemos, então, que as categorias marxistas de proletariado e burguesia se manifestaram insuficientes para explicar a situação do Paraguai, um país predominantemente agrário, em que não há um setor manufatureiro significativo, tampouco uma burguesia

industrial e um proletariado. Ademais, percebemos também, ao analisarmos a fase contemporânea do imperialismo/subimperialismo, que o poder encontra-se centralizado em uma burguesia fundiária que detém o poder real, além da formalidade das instituições do Estado. Isso explica, em parte, porque o movimento camponês continua sendo o sujeito social mais importante em termos de contestação do Estado e da elite política, condensando muitas vezes em organizações camponesas. Conforme Friggeri (2021), o modo de agir utilizado pelo capitalismo agrário para interferir nas organizações camponesas é permeado por atos de extrema violência e coerção e a depreciação em relação aos camponeses recebe forte respaldo por meio da mídia, isso demonstra que essa fração de classe acaba por se constituir como o obstáculo mais significativo à expansão do agronegócio.

E, por fim, no capítulo 4, analisamos o caso específico da CONAMURI, a fim de colocar em relevo as práticas com políticas mais comuns entre as mulheres que formam essa organização. Assim, problematizamos quais implicações tem a busca por emancipação na constituição dos paradigmas dos comuns, de Federici (2020).

Os fracassos do capitalismo periférico dependente entre 1999 e 2012, período de severa intensificação dos cercamentos, evidenciam, assim, o resultado de determinadas correlações de forças que acabam por privar o campesinato de condições objetivas de produção e reprodução (território, matéria-prima, meio de subsistência, instrumentos de trabalho, etc.). Nesse enquadramento, subsistir ou se emancipar tornam-se desafios bem maiores para os camponeses.

Passamos a apresentar agora as evidências de como a CONAMURI percebe a realidade e atua no seu cotidiano. Muitas vezes suas ações são originadas pela urgência de sobrevivência, como por exemplo a construção de um espaço próprio, agricultura de subsistência para alimentação própria. E partir dessas práticas surtirão efeitos de maior magnitude: como subversão à hierarquia de gênero, democratização de espaços de poder, valorização do trabalho reprodutivo, disposição de uma educação não mercantilizada como ferramenta de transformação social. Visando responder a pergunta da pesquisa e a validação da hipótese, apresentaremos alguns aspectos analisados, atinentes a esses pontos elencados.

No que diz respeito à criação da organização, salienta-se que essas mulheres tensionam o quesito das relações sociais e as diferenças entre trabalho produtivo e reprodutivo. Isso torna-se notável quando elas passam a entender que todo o trabalho reprodutivo (doméstico, de cuidado) é relegado somente a elas, que além de isolá-las umas das outras, acabam por afastá-las dos processos decisórios.

De modo muito significativo, nota-se que a motivação para a própria construção da organização é fruto justamente da resistência a questões relativas à hierarquia de gênero, raça e idade. Esses aspectos hierárquicos demonstraram ser constitutivos da dominação de classe e da formação do proletariado moderno, sendo muitas vezes reproduzidos dentro dos movimentos sociais. Pudemos concluir, assim, que as mulheres indígenas e camponesas da CONAMURI buscam democratizar os poderes nos espaços que ocupam e fazer da horizontalidade do poder uma questão compartilhada entre homens e mulheres (RAMOS, 2018), ou seja, fazer rupturas no comando das elites dominantes ou hegemônicas (CONAMURI, 2009). Na CONAMURI, as próprias mulheres perceberam que as relações de poder determinadas pela hegemonia também permeiam o interior das organizações mistas das quais faziam parte, o que demandou um posicionamento da parte delas. Nesse sentido, depreendemos que a CONAMURI é um caso típico de tentativa de despatriarcalização de suas comunidades.

Apesar dos ataques liberais à permanência da produção por subsistência, erroneamente descrita como um meio de “atividade não econômica” ou “improdutiva” (FEDERICI, 2019, p. 279), identificamos, por meio deste trabalho, a importância estratégica de acesso direto à terra e da insistência de configurações comunitárias, como a CONAMURI, em permanecer na terra produzindo. Pudemos observar que tais meios de resistência dão às mulheres camponesas e indígenas certo grau de mobilidade e independência, além de contribuírem para a resistência contra a mercantilização da agricultura e ao agronegócio destinado à exportação (FEDERICI, 2019). Constatamos que essas mulheres são as principais oponentes da exigência neoliberal, já que contestam a tendência do Paraguai para o agronegócio, na medida em que asseguram algum controle sobre a qualidade do alimento, garantindo que não haja manipulação genética nem o uso de pesticidas.

Outro ponto que percebemos como fundamental é a relevância que a perspectiva da CONAMURI representa para o tema da educação. Consideramos a educação como fator essencial para o fortalecimento das articulações políticas, considerando que se trata de uma ferramenta de transformação basilar, sendo a garantia da existência de perspectivas críticas capazes de movimentar a luta por direitos. A disposição de uma educação não mercantilizada possibilita estimular que a juventude camponesa não deixe de continuar cultivando a terra, já que são poucos aqueles que demonstram estar dispostos a fazê-lo. Esse fator pode vir a se constituir como uma forma de morte sociocultural e, assim, reafirma a necessidade de uma academia orgânica, voltada para o estudo da prática da agricultura camponesa, que promova o

debate sobre os problemas e potencialidades da região, fortalecendo, assim, os caracteres identitários, as manifestações culturais e o espaço social e de cultivo no país.

A presente pesquisa possibilitou promover uma articulação entre a teoria marxista da dependência e as perspectivas dos comuns e constatar que ambas são ferramentas que nos permitem contextualizar historicamente o debate sobre a força revolucionária da globalização e os meios pelos quais ela, tal como é, destrói e constrói. De um lado, destrói para conservar os privilégios existentes, conforme busca manter a segurança do império; do outro lado, constrói ao refazer a trama comunitária, ao se organizar ou brotar de forma espontânea e inesperada e ao procurar os caminhos de um mundo pós-hegemônico, centrado em valores de cooperação para a manutenção da vida.

Isso ficou evidente ao depararmo-nos com a construção de um novo olhar por parte das mulheres pertencentes à CONAMURI a respeito das próprias contradições vivenciadas no cotidiano. Elas passaram a assimilar questões como a desvalorização do trabalho reprodutivo, a desvalorização do trabalho doméstico e o direito das mulheres de controlar o seu corpo e sua capacidade de reprodução (FEDERICI, 2022).

Tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos desta pesquisa foram alcançados ao longo do desenvolvimento das seções desta dissertação, acima retomadas. A metodologia de revisão bibliográfica e documental mostrou-se uma ferramenta útil para que pudéssemos traçar um minucioso estudo socioeconômico e ambiental sobre o capitalismo dependente, periférico e agrário que se constituiu no Paraguai. Assim, logramos compreender como as relações entre o campesinato e o capital se transformaram em um espaço fértil para o surgimento de processos importantes de resistência e luta política entre 1989 e 2012.

Ademais, também fomos capazes, num plano mais específico, de descrever como os impactos do imperialismo e do neoliberalismo — e quais deles — subordinaram a inserção internacional do Paraguai por meio da divisão internacional do trabalho; de examinar a luta de classes entre os trabalhadores rurais e o poder hegemônico no contexto doméstico do Paraguai, ambiente em que nascem as organizações e os movimentos sociais; e, enfim, de analisar a fundo o caso da CONAMURI e estabelecer uma relação entre essa organização e a defesa e a construção dos comuns no Paraguai.

A hipótese inicial, por sua vez, de que a luta contra-hegemônica das organizações sociais campesinas, a exemplo da CONAMURI, representam o paradigma dos comuns, de Federici (2022), no Paraguai, foi confirmada. A análise documental da organização, somada à contextualização histórica e conceitual, deu conta de comprovar que a busca pela reconstituição

dos tecidos comunitários, característica da ação da CONAMURI e de diversas organizações campesinas, corresponde à defesa e à construção dos comuns.

Da revisão de literatura realizada neste trabalho, depreendemos que a construção de organizações tornou-se vital para as lutas por territórios e por todo tipo de soberania (nacional, territorial, alimentar, popular e cultural) revelando-se como a força capaz de conquistar espaço nas relações desiguais de poder, por meio de tensões e rupturas locais. As organizações também despontaram como importante força social por intervir na realidade dessas mulheres, conferindo, de modo mais amplo, condições materiais para uma economia baseada nos comuns e que sirva como ponto de resistência às relações de dependência e de subordinação capitalista.

Diante da derrocada dos modelos estadistas de revolução, tornou-se mais evidente que o paradigma dos comuns de Federici (2022) nos proporciona uma possibilidade política e se apresenta como uma alternativa lógica e histórica ao Estado e à propriedade privada. Isso demonstrou-se ainda mais flagrante ao analisarmos as respostas comunitárias às recorrentes tentativas neoliberais de subordinação de toda forma de vida e conhecimento à lógica do mercado e todos os “novos cercamentos” que são engendrados nesse processo.

Acreditamos que uma das chaves de ação está em resgatar a ética do cuidado, da colaboração, da cooperação, da responsabilidade, da competência e da confiança, desenvolvidas há milênios e que mantêm a coesão de grupos sociais de culturas muito ricas, como é o caso da CONAMURI. Não obstante, este trabalho não deixa de ter, como parte do objetivo acadêmico de analisar tal organização, o desejo de contribuir, também, com a divulgação do ativismo dessas mulheres que é, parafraseando Silvia Federici (2022), uma força importante para a mudança social na América Latina e uma inspiração para as feministas e os outros movimentos ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

ALTMAN, M. Hoje na História: 1976 - Golpe militar instaura ditadura na Argentina. **Opera Mundi**, São Paulo, mar. 2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/3368/hoje-na-historia-1976-golpe-militar-instaura-ditadura-na-argentina>. Acesso em: 7 nov. 2021.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMARAL, M. S. A dominância mundial do capital fictício e suas especificidades no capitalismo dependente latino-americano, 2017. In: Núcleo interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e Marxismo (NIEP-Marx). **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFF, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC15/mc152.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

AMARILLA, A; PESOA, B.; ÁLVAREZ, P. Paraguai: lutas prolongadas contra o despejo e o encarceramento de povos camponeses e indígenas. **Capire**, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://capiremov.org/experiencias/paraguai-lutas-prolongadas-contra-o-despejo-e-o-encarceramento-de-povos-camponeses-e-indigenas/>. Acesso em: 21 maio 2022.

AMAYO, E. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 265-268, ago. 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4K5KmWBkxSRKrF3VTkVK8B/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

AQUINO, S. L.; WESZ JUNIOR, V. J. Disseminação da noção “agricultura familiar” no Paraguai: uma análise da entrada do termo na agenda do Estado e na academia. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 9, n. 5, p. 963-994, dez. 2020. Edição Especial Agricultura Familiar no Mercosul. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/viewFile/13521/8045>. ISSN 2317-2363. Acesso em: 17 maio 2022.

ARECO, A.; PALAU, M. **Judicialización y violencia contra la Lucha Campesina**: Casos de criminalización en el período 2013-2015. Asunción: BASE, 2016. Disponível em:

http://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2016/09/2016Agos_Judicializacio.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

BAMBIRRA, V. La mujer chilena en la transición al socialismo. **Revista Punto Final**, n. 133, jun. 1971. Disponível em: https://punto-final.org/PDFs/1971/PF_133_doc.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia**: una anticrítica. Ciudad de México: Ediciones Era, 1978.

BANCO MUNDIAL (BM). Paraguay: Notas de política 2018. **Banco Mundial**, Paraguai, 2 maio 2018. Disponível em: <https://documentos.bancomundial.org/curated/es/751071525763871071>. Acesso em 19 jun. 2022.

BARBOSA, B. de C. L.; SILVA, G. A. S. Como é ser mulher no Paraguai? In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021. P. 249-256.

SCHNEIDER, G. Saiba o que é semente crioula e entenda a sua importância. [Entrevista cedida a] Catarina Barbosa. **Brasil de Fato**, Belém, 24 maio 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/24/saiba-o-que-e-semente-crioula-e-entenda-a-sua-importancia>. Acesso em: 4 jul. 2022.

BETHELL, L. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 9, n. 24, p. 269-285, 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8879>. Acesso em: 19 jun. 2022.

BÜLLOW, M. V; CARVALHO, P. D. Entre o nacional e o transnacional - O caso das organizações da agricultura familiar no Mercosul. In: GOHN, M. da G.; BRINGEL, B M. (org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012. *E-book*. p. 3214-3416.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/R3DpCGtLmtpBvjDx63vPD6f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

CARDOSO, F. S.; ROSSETO, L. P. Impacto do desenvolvimento do agronegócio nas economias periféricas de Brasil e Paraguai. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 61-76, maio/ago. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320513516_Impacto_do_desenvolvimento_do_agro_negocio_nas_economias_perifericas_de_Brasil_e_Paraguai. Acesso em: 23 maio 2020.

CARDOSO, H. P. Acesso à terra no Paraguai. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: https://diplomatique.org.br/acesso-a-terra-no-paraguai/#_ftn2. Acesso em: 14 fev. 2022.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ESTUDIOS (CDE). Manifiesto #8M: Manifiesto del 8 de marzo de 2017. **CDE**, Especial #8M, Informativo Mujer, 8 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cde.org.py/8m/manifiesto/> Acesso em: 15 nov. 2021.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

CHIAVENATO, J. J. **Genocídio americano: a guerra do Paraguai**. São Paulo: Moderna, 1998.

CODAS, G. **Paraguai**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

COLOGNESE, S. A. BRASIGUAÍOS: UMA IDENTIDADE NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 145–158, 2012. DOI: 10.48075/rtc.v19i38.9693. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9693>. Acesso em: 12 jul. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estados membros**. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre/estados-membros>. Acesso em: 24 out. 2020.

CONAMURI. **Mujeres en rebeldía y resistencia**. Kuña jetyvyro ha jepytaso. Nuestro camino. Ñande Rape. Sistematización de nuestros relatos. Ñane Ñe'e. Asunción: CONAMURI, 2009

CONAMURI. **Articulando a las mujeres campesinas e indígenas**. Asunción, 2022. Disponível em: <https://www.conamuri.org.py/>. Acesso em: 2 jan. 2022.

CONAMURI; OXFAM. Semilla Róga: recuperando semillas con Conamuri (trailer), 2009. 1 vídeo (1 min 59 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MpfSYW9loWM&t=119s>. Acesso em: 12 maio 2022.

CONSENZA, A. C. Um estudo sobre a divisão internacional do trabalho. **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, v. 10, n. 33, p. 63-89, jan. 2015. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXhCG9lbmFjb3NlbnphfGd4Ojc1MzhhZDNIzmZhNjdhdhMQ>. Acesso em: 17 out. 2020.

CREYDT, O. **Formación histórica de la nación paraguaya**. Asunción: Servi Libro, 2010.

CUEVA, A. **La Teoría Marxista: Categorías de Base y Problemas Actuales**, 1987. Tradução: Fernando Savella. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/cueva/1987/mes/hegemonia.htm>. Acesso em: 13 maio 2022.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTA Y CENSOS (Paraguai). **24 de febrero - Día de la mujer paraguaya**. Encuesta Permanente de Hogares Continua 2019. Paraguai: Instituto Nacional de Estadística, 2020. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/news/news-contenido.php?cod-news=434>. Acesso em: 13 jul. 2022.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICA, ENCUESTA Y CENSOS (Paraguai). **Estadísticas con Enfoque de Género 2020**, Paraguai, 2019/21. Paraguai: Instituto Nacional de Estadística, 2020. Disponível em: https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Biblioteca/documento/e5fd_Tr%C3%ADptico%20-%20Estadísticas%20con%20enfoque%20de%20genero%202020.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

DORATIOTO, F. **Maldita guerra**: a nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOWBOR, L. A grande riqueza e a grande pobreza são igualmente patológicas para a sociedade. **Jornal da UNICAMP**, Edição WEB, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/artigos/ladislau-dowbor/grande-riqueza-e-grande-pobreza-sao-igualmente-patologicas-para>. Acesso em: 18 out. 2020.

DURÁN ESTRAGÓ, M. **História de los pobres del Paraguay**. Asunción: El Grafico, 1972.

ENGELS, F.; MARX, K. **O manifesto comunista**. 5. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.

EZQUERRO-CAÑETE, A. E. La lucha de clases por la tierra y por la democracia en Paraguay. **Estudios Críticos del Desarrollo**, v. 10, n. 18. p. 97-144, primer semestre 2020. Disponível em: <https://estudiosdeldesarrollo.mx/estudioscriticosdeldesarrollo/wp-content/uploads/2021/06/ECD18-3.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2004.

FEDERICI, S. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FEDERICI, S. O. **Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São. Paulo: Elefante, 2019.

FERNÁNDEZ, P. D; WIMER, F. G. R. El proyecto del canal interoceánico em Nicaragua y la incidencia de capitales chinos en América Central. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 9, n. 46, p. 83-89, abr./jun. 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/42910173/EL_PROYECTO_DEL_CANAL_INTEROCE%C3%81NICO_EN_NICARAGUA_Y_LA_INCIDENCIA_DE_CAPITALES_CHINOS_EN_AM%C3%89RICA_CENTRAL_The_interoceanic_canal_project_in_Nicaragua_and_the_influence_of_Chinese_capitals_in_Central_America. Acesso em: 10 out. 2021.

FERREIRO, A. F. Por que o Tratado de Itaipu deve ser anulado? In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021. p. 256-261.

FFRENCH-DAVIS, R. O impacto da crise global na América Latina. **Revista Tempo do Mundo**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 89-104, abr. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6230/1/RTM_v2_n1_Impacto.pdf. Acesso em: 2 jan. 2020.

FIORI, J. L. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**. Brasília: CEPAL/IPEA, 2011. Disponível em: http://flacso.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2880&Itemid=47. Acesso em: 20 out. 2020.

FOGEL, R. El gobierno de Lugo, el parlamento y los movimientos sociales. **Observatorio Social de América Latina**, CLACSO, Buenos Aires, v. 10, n. 25, p. 51-63, abr. 2009.

FOGEL, R. La reforma agraria encarada por el gobierno de Rodríguez de Francia (1814-1840). In: CORONEL, J. (comp.). **La república francista del Paraguay**. Escritos en homenaje a Richard Alan White. Asunción: Arandurã, 2017.

FOGEL, R. **Las luchas campesinas**: tierra y condiciones de producción. Asunción: CLACSO, 2001.

FOGEL, R. **Los campesinos sin tierra en la frontera**. Asunción: Comité de Iglesias, 1990.

FOGEL, R. **Movimientos campesinos en el Paraguay**: estudios de dos casos históricos. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1986.

FOGEL, R.; MORA, S. C. **Pobreza y rol del Estado en Paraguay**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), 2002.

FONTES, V. **O Brasil e o Capital-Imperialismo**: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIGGERI, F. P. Primitive accumulation, mafia capitalism, and the campesino population in Paraguay. **Latin American Perspectives**, v. 48, n. 1, p. 126–144, jan. 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0094582X20975002>. Acesso em: 19 out. 2021.

FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 7-45, set. 1952. Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010910270.MD1_0_195.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco, Montevideu: L&PM, 2010.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. Tradução: Eric Nepomuceno. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 1991.

GRUPO Minerva compra la operativa de JBS en Paraguay, Argentina y Uruguay. Paraguay, 2017. **Valor Agro**, 6 jun. 2017. Disponível em: <http://www.valoragro.com.py/mercados/grupo-minerva-compra-la-operativa-de-jbs-en-paraguay-argentina-y-uruguay/>. Acesso em: 21 de abr. 2022

GUEDES, V. D. **A Defesa dos Conhecimentos Tradicionais Coletivos de Origem não identificada**: uma Repartição Justa de sua Exploração. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

GUEREÑA, A. **Kuña ha yvy**: Desigualdades de género en el acceso a la tierra en Paraguay. Asunción: Oxfam en Paraguay; ONU Mujeres Paraguay, 2017.

GUEREÑA, A. **Terra, poder e desigualdade na América Latina**: Resumo Executivo. Tradução: Livia Almendary. [S. l.]: Oxfam Internacional, 2016. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/publicacao/relatorio-executivo-terra-poder-e-desigualdade-na-america-latina/>. Acesso em: 3 abr. 2021.

HAGE, J. A. A Teoria da Dependência: Uma Contribuição aos Estudos de Relações Internacionais. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 22, n. 1, p. 106-136, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3776/3080>. Acesso em: 20 out. 2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: histórias e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

HETHERINGTON, K. La contrarreforma agraria en Paraguay. In: ALMEYRA, G. (org.). **Capitalismo**: Tierra y Poder en América Latina (1982-2012), 2014, p. 173-210.

IGLESIAS, E. V. O papel do Estado e os paradigmas econômicos na América Latina. In: REVISTA CEPAL • NÚMERO ESPECIAL EM PORTUGUÊS, ano 2006. P. 45-53. Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/11390/NEP045053.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agro 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

INOCENCIO, B. F. F. A encomienda no Paraguai colonial e as Ordenanzas de Alfaro de 1611-1612. In: ENCONTRO ESTADUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), 24, 2018, Guarulhos. **Anais** [...]. Guarulhos: UNIFESP, 2018.

INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINOAMERICANO GUARANÍ (Paraguai). **Agroecología**: Diálogo de Saberes en el encuentro de Culturas - Experiencias de producción agroecológica. Asunción: IALA GUARANÍ, 2014.

INSTITUTO AGROECOLÓGICO LATINO AMERICANO GUARANÍ (Paraguai). **Agroecología**: Diálogo de Saberes en el encuentro de Culturas - Experiencias de producción agroecológica. Asunción: IALA GUARANÍ, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Tava**: lugar de referência para o povo guarani. Dossiê de candidatura. Patrimônio Cultural do Mercosul - PCM. Brasília, DF: IPHAN, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (Paraguai). **Proyección de la Población por Sexo y Edad**, 2021. Paraguai: INE, 2021. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/news/news-contenido.php?cod-news=595>. Acesso em: 12 jul. 2022.

IRAMINA, C. S. *et al.* Qual a história dos Guarani no Paraguai e por que o Guarani é uma língua oficial. In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021.198-203

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2010

JATOBÁ, D. Como entender a Deposição de Lugo? In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021.

JIMÉNEZ, D. D. La stevia, el dulce amargo de la biopiratería. **Revista Ecologista**, n. 89, Madri, 1 jun. 2016. Disponível em: <https://www.ecologistasenaccion.org/18798/la-stevia-el-dulce-amargo-de-la-biopirateria>. Acesso em: 20 mar. 2021.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LENCIONI, S. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confin**, São Paulo, n. 14, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/confin.7424>. Acesso em: 20 out. 2020.

LENIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. **Revista Germinal**: Marxismo em Debate, Salvador, v. 4, n. 1, p. 144-244, jun. 2012.

LIMA, M; SILVEIRA, L.M.F. A articulação entre organizações de mulheres camponesas via órgãos supranacionais: um estudo de caso Conamuri e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). In: ARAÚJO, C. P. de *et al.* (org.). **I Colóquio Internacional Sociedade, Espaço e Política**: caderno de resumos, 16 a 19 de agosto de 2021. **Anais [...]**. Recife, PE. FB da Silva Livros, 2021. Disponível em: https://lep-ufpe.com.br/sopapo/arquivos/anais_sopapo_2021.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

LINDA, C. R. **Los orígenes de la burguesía y el banco de avío**. Ciudad de México: El Caballito, 1982.

LINDE, P. La vida entre basura de la Chacarita El barrio informal está en el corazón de Asunción. Un plan tratará de mejorar las condiciones de vidas de sus 3.000 vecinos. **El País**, Asunción, 5 maio 2017. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2017/05/04/album/1493851186_473253.html#foto_gal_1. Acesso em: 20 abr. 2022.

LISSARDY, G. As diferenças entre avanço da esquerda na América Latina e 'onda rosa' de duas décadas. **BBC NEWS**, Brasil, 4 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61989885>. Acesso em: 4 jul. 2022.

LOIOLA, J. R. A. A mulher e a realidade Latino-Americana: uma análise da teoria da dependência a partir da perspectiva de gênero. **Mandrágora**, São Paulo, v. 22. n. 1, p. 45-68,

2016. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MA/article/view/5983>. Acesso em: 20 out. 2021.

LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Citar autoria correta no texto e add na referencia

LUCE, M. S. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. *Revista Crítica Marxista*, [s. l.], n. 36, p. 129-141, 2013. Disponível: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151487/000885705.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MACIEL, D. Ditadura Militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/david_maciel.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

MACHADO, E. Movimentos populares na América Latina: paradoxos das lutas anti-sistêmicas? **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 32-42, 2. sem. 2009. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/lutas-sociais-e-movimentos-populares-na-america-latina.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022

MAESTRI, M. A guerra da tríplice Aliança contra o Paraguai. In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021. p. 153-162.

MAESTRI, M. As feridas da Guerra com Paraguai ainda latejam. **Outras Palavras**. São Paulo, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/historia-e-memoria/as-feridas-da-guerra-com-paraguai-ainda-latejam/>. Acesso em: 30 maio 2021.

MALDONADO, F. de O; ANJOS, D. R. Existe subimperialismo no Paraguai? In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Paraguai e Uruguai. São Paulo: Elefante, 2021. p. 173-180.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILLE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf. Acesso em 20 abr. 2020.

MARINI, R.M. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ú. (org.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979. p. 37-55.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Ciudad de México: Siglo XXI, 1974.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. Curitiba; São Paulo: Loyola, 2003.

MENEZES, R. G. Integração, imaginação e política externa: as bases do paradigma sul-americano? **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 1, n. 3, p. 482-497, set./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/2762>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORA, C. **Participación y organizaciones campesinas en Paraguay**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100926022822/13Mora.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022

MORA, F.; COONEY, J. W. **El Paraguay y Estados Unidos**. Asunción: Intercontinental, 2009.

MORAES, I. A. de; VIEIRA, F. A. da C. Capitalismo agrário e movimentos campestres no Paraguai. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 363-384, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/tZPFkM66g9hqhnrGpFdXZjv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. de 2020.

MORAES, J. Q. de. O estatuto teórico da noção de dependência. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, n. 31, p. 23-36, 2010. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo183artigo2.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

NASCIMENTO, A. C.; ROCHA, R. G.; MENDONÇA, M. R. MOVIMENTOS CONTRA-HEGEMÔNICOS: o papel da mulher na agricultura campestre. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 3, n. 10, p. 214-233, 2018. DOI: 10.18764/2446-6549.v3n10p214-233. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/8172>. Acesso em: 10 set. 2021.

NEGRO, A. G. Censo Agropecuario del Paraguay – ¿Qué, quién, dónde y cómo? **Banco Interamericano de Desarrollo**. [S. l.], 20 nov. 2018. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/sostenibilidad/es/censo-agropecuario-del-paraguay-que-quien-donde-y-como/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

NERONI, H. A luta das mulheres pela terra e os comuns no diálogo de Silvia Federici com Marx. **Marx e o Marxismo**: Revista do NIEP-Marx, Niterói, v. 9, n. 17, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/index>. Acesso em: 8 jun. 2022

NUNES, M. Guerra do Paraguai e sua Ideologia. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro: 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27797>. Acesso em: 2 dez. 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO) *et al.* **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el**

mundo 2019: Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. Roma: FAO, 2019.

ORGANIZACIÓN DE MUJERES CAMPESINAS E INDÍGENAS (CONAMURI). ¿Quiénes somos? **Conamuri**, 2021. Disponível em: <https://www.conamuri.org.py/quienes-somos/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Paraguai aprova lei para criminalizar feminicídio e violência online contra mulheres. **ONU**. [S. l.], 8 mar. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/paraguai-aprova-lei-para-criminalizar-feminicidio-e-violencia-online-contra-mulheres/>. Acesso em: 3 abr. 2021.

OXFAM. **Massacre de Curuguaty**: camponeses são absolvidos por unanimidade no Paraguai, 2018. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/massacre-de-curuguaty-camponeses-sao-absolvidos-por-unanimidade-no-paraguai/>. Acesso em: 3 abr. 2021.

PALAU, M. **El movimiento popular paraguayo**: entre fragmentación y la unidad. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdll/cgi-bin/library.cgi?e=d-11000-00---off-0clacso--00-1---0-10-0---0---0direct-10-AU--4-----0-0l-11-es-Zz-1---20-about-%22Rojze%2C+Patricio%22--00-3-1-00-0--4---0-0-01-00-0utfZz-8-00&a=d&cl=CL3.3&d=D14453.1>. Acesso em: 3 abr. 2021.

PARAGUAI. [Constituição (1992)]. **Constitución de la República de Paraguay**. Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina (SITEAL). Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), 2018. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/993/constitucion-republica-paraguay>. Acesso em: 20 ago. de 2021.

PARAGUAI. Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG). **Censo Agropecuario Nacional 2008**. Volumen I. San Lorenzo, Paraguay, 2009.

PEREIRA, L. I. Soberania e Segurança Alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 32, p. 128-152, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4791>. Acesso em: 3 abr. 2021.

PEREIRA, L. I. “**A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito**”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

PEREIRA, M. B. “**Mais do que a terra, queremos soberania**”: liga nacional dos carperos e as soberanias no assentamento de Santa Lúcia no Paraguai. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

POCHMANN, M. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. Versão preliminar. Campinas: UNICAMP, [1999 ou 2000]. Disponível em: <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acesso em: 21 jun. 2022.

PRADO, E. F. S. A formação do ser neoliberal. **Outras Palavras**, São Paulo, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/a-formacao-do-ser-neoliberal/>. Acesso em: 14 nov. 2021.

RAMOS, M. E. G. La CONAMURI: resistencia de mujeres rurales e indígenas en Paraguay. **Rev. Sociologias Plurais**, v. 4, n. 3, p. 85-102, nov. 2018. Número especial.

RAMOS, M. V. O Ditador Perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, O Supremo: Um “Príncipe” na Bacia do Rio da Prata. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 18, jan./jul. 2011. ISSN 1517-1108. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/download/19893/18336/34260>. Acesso em: 10 mar. 2021.

RIQUELME, Q. **Los sin tierra en Paraguay**. Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

ROLON, J. A. Como o general Stroessner ficou 35 anos no poder? In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021. p. 169-172.

SAAD FILHO, A. A atualidade da Economia Política marxista. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 30, p.11-19, 2010.

SANTOS, B. de S (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p 23-79.

SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021.

SANTOS, F. L. B. dos; DESSOTTI, F.; MALDONADO, F.; CHAGAS, R. A América Latina no espelho de Uruguai e Paraguai. In: SANTOS, F. L. B. dos; DESSOTTI, F.; MALDONADO, F.; CHAGAS, R. **Fronteiras Da Dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021. p. 269-273.

SEABRA, R. L. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 34, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/23918>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SERAFINI, M. Expansão do agronegócio criminaliza movimentos sociais no Paraguai. **Blog Combate Racismo Ambiental**, Brasil: 2015. Disponível em: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2015/03/20/expansao-do-agronegocio-criminaliza-movimentos-sociais-no-paraguai/>. Acesso em: 10 maio 2022.

SILVA, L. T. da; PARANÁ, E. Da dialética do desenvolvimento à dialética da dependência: o contínuo no descontínuo. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, João Pessoa, v. 1, n. 47, p. 191-208, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30925>. Acesso em: 16 out. 2020.

SILVEIRA, S. A.; SAVAIONI, R. O conceito do comum: apontamentos introdutórios. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 5-18, maio 2018. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4150>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SILVEIRA, C. V. da *et al.* Dinâmica Regional da Economia Paraguaia: o caso da soja e da carne. **Anais [...]**. XVIII Enanpur 2019, Natal, 27 a 31 maio 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1031#:~:text=Os%20resultad os%20indicam%20que%20a,gerando%20din%C3%A2micas%20diferenciadas%20nessa%20r egi%C3%A3o..> Acesso em: 16 out. 2020.

SCHLOGEL, D. et al. Qual a situação do trabalho no Paraguai? In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). **Fronteiras da dependência**: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021. p. 225-229.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA; ADEPO; Embajada de Francia en Paraguay, 2007.

SOUSA, R. B; LIMA, L. G. A questão agrária no capitalismo: reflexões estratégicas a partir de um paralelo entre a experiência histórica da Rússia e do Brasil. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 19, n. 1, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5543/4422>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SMINK, V. 150 anos do fim da Guerra do Paraguai: a história do conflito armada mais sangrento da América Latina. **BBC NEWS**, Brasil, 2 mar. 2020..Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818>. Acesso em: 21 fev. 2022.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no brasil**: o debate na esquerda 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TOUSSAINT. E. **La bolsa o la vida**: las finanzas contra los pueblos. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

TRASPADINI, R. Viagem à guerra contra os povos do Paraguai. **Outras Palavras**, 19 out. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/viagem-a-guerra-contra-os-povos-do-paraguai/>. Acesso em: 31 maio 2021.

TRASPADINI, R. Breve genealogía del capitalismo dependiente latinoamericano: la superexplotación como combustible del neodesarrollismo. In: FÉLIZ, M.; PINASSI, M. O. (comp.). **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Herramienta, 2017. p. 15-32. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.561/pm.561.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

TRASPADINI, R. Lenin e a interpretação do imperialismo nos séculos XX e XXI. **Revista Rebel**, Santa Catarina, v. 4, n. 2, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/rebela/revista/volume-4-n%C3%BAmero-2-2014>. Acesso em: 13 maio 2019.

TRASPADINI, R. S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TRASPADINI, R. **Teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRASPADINI, R.; MANDARINO, T. M. Desenvolvimentismo x neodesenvolvimentismo na América Latina: continuidade e/ou ruptura? *In: 37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, Águas de Lindóia, set. 2013. Disponível: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st02/8393-desenvolvimentismo-x-neodesenvolvimentismo-na-america-latina-continuidade-e-ou-ruptura/file>. Acesso: 21 dez. 2021.

TRAMONTANO, M. Repensando colaborativamente a cidade: o caso do PlanCHA. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 505-523, set./dez. 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/gNMd6PYLhyxkkbjBkzWNPV/?lang=pt#>. Acesso em: 20 abr. 2022.

VALDEZ, A. **¿Vigencia o disolución de las formas productivas campesinas em América Latina?** Las formas productivas conuqueras de Venezuela. Un ensayo de interpretación teórica. Barinas: Universidad Exzequiel Zamora, 1985.

VALDEZ, S. A história agrária do Paraguai. *In: SANTOS, F. L. B. dos (org.). Fronteiras da dependência: Uruguai e Paraguai*. São Paulo: Elefante, 2021, p. 191-198.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access land**: position of Via Campesina on Food Sovereignty. 1996. Trabalho apresentado ao World Food Summit, Roma, 11-17 nov. 1996.

VIDALLET, J. B. **O Massacre de Curuguaty Golpe Sicário no Paraguai**. Tradução: Carolina Dohmen. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

VILADESAU, T. P. **El movimiento campesino en el Paraguay**: conflictos, planteamientos y desafíos. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VILLAGRA, L. R. **Qual é a história da esquerda no Paraguai?** Fronteiras da dependência: Uruguai e Paraguai. São Paulo: Elefante, 2021. p. 241-244.

VUYK, C. Curuguaty y Ñacunday: lucha por la tierra y golpe de Estado en Paraguay. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 3, n. 2, p. 57-73, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/285>. Acesso em: 21 out. 2021.

VUYK, C. Paraguay: La revisión del Tratado de Itaipú ya empezó. **Marcha**, Buenos Aires, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.marcha.org.ar/paraguay-la-revision-del-tratado-de-itaipu-ya-empezo/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

VUYK, C. **Subimperialismo brasileiro y dependencia del Paraguay**: Los intereses económicos detrás del Golpe de Estado de 2012. Asunción: Arandurã, 2014.

WALDMAN, M. **América Latina**: Independência inacabada. 2. ed. São Paulo: Kotev, 2019. Disponível em: http://mw.pro.br/mw/educacao_popular_04.pdf. Acesso em: 16 out. 2020.

WEINSTEIN, B. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, [S. l.], n. 14, p. 10-31, 2015. DOI: 10.46752/anphlac.14.2013.2331. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/2331>. Acesso em: 21 jun. 2022.

YEGROS, R. S.; BREZZO, L. M. **História das relações internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2013. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1072-historia_das_relacoes_internacionais_do_paraguai.pdf Acesso em: 14 fev. 2022.

APÊNDICE

Transcrição da entrevista realizada em 8 de outubro de 2021

Hora do início da entrevista: 10h40 Brasil

Entrevistada: Perla Alvarez

Entrevistadoras: Marinalva de Lima e Ligia

Breve biografia da entrevistada, Perla Alvarez:

Perla começou a militar em movimentos sociais do campo a partir de sua entrada na *Coordinación de Mujeres Campesinas*, coordenação que faz parte do Movimento Campesino Paraguai (MCP), em finais da década de 1990. Começou prestando assessoria técnica a esse movimento, devido à sua formação em linguística. Perla possui doutorado em linguística, cujo objeto central é a língua Guaraní. Perla entrou na CONAMURI em 2004 e, desde então, tem figurado como uma das principais lideranças desse movimento.

Símbolos utilizados na transcrição da entrevista

SÍMBOLO	SIGNIFICADO	EXEMPLO
[...]	Reticências inseridas entre colchetes indicam supressão de frases, palavras, gestos ou silêncios da entrevistada.	eso constituyó digamos el origen de la participación política de las mujeres campesinas en Paraguay [...]
[<i>inaudível</i>]	Palavra <i>inaudível</i> inserida em itálico e entre colchetes indica parte da fala da entrevistadora ou entrevistada que não foi possível captar ou compreender na transcrição ou gravação.	[<i>inaudível</i>] nuestro pensamiento
[<i>pausa</i>]	Palavra <i>pausa</i> inserida em itálico e entre colchetes indica pausa feita pela entrevistada ou pela entrevistadora.	[<i>pausa</i>] hay un segundo, perdón

[?]	Ponto de interrogação inserido entre colchetes indica que a entrevistadora desconhece o significado do que foi dito pela entrevistada.	formamos parte del cip [?]
-----	--	----------------------------

Transcrição da entrevista

Perla: En un segundo, yo estoy sola en casa y estoy cocinando, así que al mediodía llega gente que va a almorzar, a veces tendré que interrumpir para mirar la comida.

Mari: Sem Problemas, nós aguardamos [...]

Falas introdutórias: em quais espaços a CONAMURI está inserida, trajetória pessoal da entrevistada dentro da organização etc.

Perla: CONAMURI es una organización de mujeres campesinas e indígenas estamos próxima completar 22 años de que surge como un espacio necesario de autónomo de mujeres en Paraguay e el campo, han empezado a tener participación gremial, política, digamos toda la vida del país, pero nunca conscientemente y expressamente por lo menos desde el punto de vista de las mujeres campesinas y a partir de 1985 se da la participación de las mujeres a través del movimiento de mujeres campesina que forma CMC - ORGANIZAÇÃO DE MUJERES CAMPESINAS que hace parte del movimiento campesino paraguayo, realizando una movilización por la libertad de los presos políticos, porque era un año una época de muchas ocupaciones de tierra y todos los compañeros, los dirigentes fueron presos. Entonces, para pedir la libertad de los compañeros, las compañeras no se quedaron en las casas solas y en las comunidades y salieron a la ciudad a movilizarse. Fue una acción política de suma importancia en plena dictadura Y eso constituyó digamos el origen de la participación política de las mujeres campesinas en Paraguay [...] conscientemente organizadas para incidir en todo lo que le afecta como parte de una comunidad y en particular dice indicando el derecho de las mujeres a participar.

[...] En 1999 surge CONAMURI que fue con dos objetivos: la inserción de la mujer en el escenario político y en la toma de decisiones y la lucha por la soberanía alimentaria, principal bandera del nuestro movimiento [não foi possível identificar] durante todo este tiempo, estuvo en la CMC y dentro del movimiento campesino paraguayo con una participación relativamente restringida, pero siempre presente. [...] En 1999 surge la necesidad de ampliar esta participación a partir de un análisis conjunto qué hacen mis compañeras, yo no estaba en ese momento, tuvimos que decidir sobre una problemática de las mujeres del campo, tanto campesina con una entidad determinada indígenas con otra identidad cultural, pero en el mismo contexto muchas veces. Y se vió que hay un sistema que oprime qué es el sistema capitalista y el sistema patriarcal cruzan e oprimen las mujeres, por mas que sean realidades culturales diferentes en la forma en que ejerce presión y opresión sobre las mujeres eran parecidas, entonces se empezó a hacer ese trabajo de articulación un proceso de organizarse para reivindicar participación política en todo lo que afecta la vida de las mujeres. [...] No se usa la palabra feminismo, ni siquiera género se hablaba de derechos de mujeres, las mujeres tenemos derecho, somos mujeres campesinas nuestras voces nunca se escucharon necesitamos elevar nuestras voces, entonces se empieza una disputa con nuestros propios compañeros y con el estado para poder reconocernos como voceras (porta-vozes) de nuestras compañeras en el campo.

Entonces se empiezan hacer acciones de formación política con las compañeras las comunidades en todo el país se comienza a hacer estas acciones de movilización para visibilizar a las mujeres, reivindicando en nuestro rol productivos, somos productoras de alimentos, somos las campesinas que producimos, somos las indígenas que toda la vida cuidamos nuestro territorio y somos activas dónde nuestro territorio, etcétera .

[...] Y este tenemos derechos particulares como mujeres que necesitamos que el estado haga respuesta con nosotras, eso durante todo hasta ahora sigue siendo esta nuestra voz [...] yo me incorporé recién en el año 2007 si bien antes estaba cerca por ahí alrededor yo desde el movimiento estudiantil primeramente y después este desde el MST del momento campesino paraguayo donde yo estaba contribuyendo en algunas tareas de más técnica, pero también articulación, me asignaron la tarea para contribuir con el proceso de formación política en el diseño de un plan de formación política.

Esta mi incorporación viene por contribuir en el plan de formación política que planteamos y diseñamos juntas y que viene hacer una respuesta de seamos nosotras necesitamos formarnos políticamente para poder responder por sobre todo a un tema crucial que vivimos las

mujeres en el campo y que no se visibiliza: qué es el tema de la violencia, la violencia de género, la violencia basada en el género la violencia machista pero la violencia estructural también. [...] entonces se decíamos la violencia está que sufrimos las mujeres del campo, queremos responder con inteligencia, por eso necesitamos estudiar y formarnos [...] nuestra respuesta [...] hay una teoría que dice que la violencia organizada es la que responde la violencia estructural, este nosotras decimos necesitamos organizarnos y hacer uso de nuestra inteligencia colectiva para poder frenar esa violencia que vivimos. Esa violencia que marca huellas en nuestro cuerpo, pero también en nuestras comunidades y en nuestras familias, que no nos permite hacer ejercicio de nuestros derechos colectivos de nuestros derechos individuales en cuanto mujeres. [...] Empezamos a hablar de el derecho a la salud, a la alimentación, el derecho a la estudiar, el derecho a organizarnos, el derecho a incluso, tener hoy en el campo paraguay, particularmente en el campo, que se dice mucho sobre el [...] guapa, la mujer trabajadora, la mujer hacendosa, la mujer que não descansa. Incluso hay toda una glorificación de la mujer paraguaya por qué es muy guapa, muy trabajadora; guapa no en el sentido de bonita, sino de hacendosa. Entonces se decíamos nosotras: no es que no queremos ser esa mujer, somos esas mujeres guapas, somos esta mujer hacendosa, son esta mujer trabajadora que hace mil cosas a la vez, pero que eso no nos debe limitar el ejercicio nuestros derechos, entonces nuestra formación política pasa por ahí, verdad.

Nuestra formación política qué es de construcción colectiva, digamos no sentido de nos escucharnos y hacemos este intercambio de saberes lo que nosotras descubrimos en este proceso de articularnos, más de 20 años que venimos caminando juntas con las compañeras, cuánta sabiduría hay en las mujeres y que no es valorada y no es valorado por nuestros compañeros y no es valorado por el estado por la sociedad en general, es como que nosotras no tenemos la suficiente [...] no nos reconoce cómo sujeto iguales, nuestros compañeros, ni el estado, ni nadie.

Por eso salimos a reivindicar y la organización nos permite tener esa fortaleza, eso nos permite tener el coraje de decir en público lo que a veces en privado no podemos decir.

Nuestras voces se elevan [...] el colectivo lo que individualmente no podemos decir. Lo significativo es que cuando estamos de compañera y nos damos un poquito tiempo al inicio con timidez y todo súper con el tiempo, la gente habla y tiene tanto que contarte, cada compañera tiene tanto que contar, de su historia personal, pero a su vez eso pasa por la historia de la comunidad.

[*pausa*] hay un segundo, perdón [...]

Ya estoy! Bueno! Ya está con agua, ya no se va a quemar [...]

Decía yo que, en ese proceso de estar en CONAMURI con mis compañeras, a mi en particular, me han permitido recuperar mi identidad, una identidad que estaba perdida. Yo soy hija de campesinos, mi abuela, mi mamá, mi papá, mis abuelos, mi tatarabuelo [...] toda mi generación anterior han sido campesina, pero cómo la generación mía hemos estudiado en la universidad de alguna manera, eso hace que uno ya no sea campesino en la mentalidad de la gente [...] Cuando alguien sale a estudiar, porque en la comunidad no hay universidad, cuándo sale, bueno... uno deja de ser campesinos. Esa mentalidad existe, hay que estudiar para dejar de ser campesino [*pausa*] esa mentalidad. Cuando yo me incorporé en la CONAMURI en este trabajo desde la formación política, pero también de acompañamiento de procesos de socialización, de articulación comunitaria. Yo que me formó, yo soy la que aprendo, pero de una manera extraordinaria de mis compañeras yo... yo tengo conocimientos de otro campo, pero lo que yo tengo aprendido con las mujeres de la escuela de la vida, de la Universidad de la vida es impagable para mí es extraordinario.

Hoy yo puedo decir con certeza: soy campesina, tengo fuertes raíces indígenas, no puedo reivindicarme identidad indígena, porque no vivo en comunidad, no tengo esa identidad más comunitaria no puedo hablar y además aquí es diferencia de entre campesino la entidad indígena pesar de que tenemos un tronco común tema del racismo también que persiste entre nosotros no hay permitido trabajarlo como una identidad única cómo se da en otra parte como en Bolivia por ejemplo donde un campesino es un indígena, un indígena es un campesino, verdad. Aquí no, ser campesina yo puedo ofender a un indígena, ver aquí decir que yo soy indígena porque me estoy usurpando una identidad que no me corresponde. Y uno indígena decirse campesino, es por estas cuestiones de las Naciones Unidas de la intervención que hubo en él desde la antropología de decir que qué son identidad diferenciada, se fue separando para eso estudian algunos espacios. [*pausa*] antes de estos espacios internacionales éramos todos campesinos y campesinas, si bien diferenciados en prácticas de relacionamiento con el territorio en el sentido de que somos protectores de La Floresta del... del campo del monte otros somos Pescadores otros somos el cultor otro somos ganaderos otro somos este cómo se llama esto de recolectores hice tres pero eso no fue diferenciando de las poco incluso generando entre nosotros fragmentación de la lucha. Eso también a veces se llevan este campo cuando nosotras como mujeres nos empezamos ganizar aquí en Paraguay y en todas partes también eso

se dice cuando las mujeres se organizan aparte y debilitan la lucha de la clase trabajadora en el campo o de la clase trabajadora en general nosotros decimos no nosotros no debilitamos la lucha, nosotros queremos fortalecerlas las luchas teniendo un espacio propio que, porque además de ser pobres, de ser empobrecidas, no Pobrecita Pobrecita por este sistema o que nos oprime hombres y mujeres, nosotras además sufrimos violencia por parte de nuestros propios compañeros no tenemos los mismos derechos al ejercicio en general de nuestros derechos individuales y colectivos en nuestros derechos civiles políticos y tampoco nuestros derechos económicos culturales sociales como mujeres, verdad. Quién sufre más cualquier impacto de la salud son las mujeres, Quién sufre más el impacto de las visiones, que somos las mujeres, quién sufre más el impacto de la crisis medioambiental somos las mujeres.

Entonces hay algo que hace que necesitamos reflexionar sobre eso, entonces eso hace que este digamos nosotras queremos contribuir a fortalecer la lucha por eso necesitamos un espacio propio y no para atrasar, sino para adelantar nuestra lucha, verdad. Entonces, eso hizo que nosotros en algún momento tengamos auge muy grande las compañeras de CONAMURI y empezamos a tener visibilidad a nivel nacional y pero nosotros desde el inicio también nuestras compañeras que son fundadora se plantean estamos a articular nos a nivel internacional y empezamos articularnos Poco después de constituir una CONAMURI en la CLOC la Vía campesina y formamos parte de otras articulaciones también a nivel regional, a nivel nacional también, verdad. Nosotras no nos entendemos solas, nos entendemos y somos en la medida que estamos articuladas con otros movimientos con nosotros este sector ejemplos sobre tenemos una relación muy estrecha con niños y niñas trabajadores, tenemos una relación muy estrecha con mujeres que están en el movimiento feminista actualmente nosotras, nos definimos como feminista a partir del 2011 en un congreso o sea asumimos el feminismo como una bandera de Lucha como principio también como fin este como como una herramienta, pero también como este [...] una estrategia para poder fortalecer nuestra organización para fortalecer nuestras alianzas y para fortalecer esa lucha por transformaciones profundas de la sociedad, nosotras decimos tenemos un horizonte socialista, efectivamente tenemos un Horizonte pero nuestras compañeras en general no van a ser socialista, o son feminista necesariamente, pero que colectivamente desde la dirección desde el congreso se ha definido acuñar tomar asumir el feminismo como una herramienta así como socialismo también, verdad. Y esto es así porque el colectivo hace que nuestro pensamiento esteja más adelante que nuestra práctica, verdad, porque construimos, [*inaudível*] nuestro pensamiento y este en lo individual [...] nuestros pensamientos son mucho más restringido, pero cuando estamos juntas nuestros pensamientos

vuelan florecen volamos cuando están juntas no sabes qué gusto nos sentimos tan bien cuando estamos juntos y somos poderosas, somos inmensamente grande cuando estamos juntas.

Individualmente, as veces pasamos por etapas de sufrimiento incluso de violencia cada una pero cuando nos juntamos es por eso por eso es la importancia de nuestra organización y en ese espacio es cuando yo me siento así digo cuando yo entro con hombre me siento como pez en el agua si es como que estaba yo fuera de la pecera y ahí me encuentro así como [...] bueno... este era un espacio que yo necesitaba y las compañeras y este fue y son digamos este el espacio que genera un espacio de cuidado y de protección colectiva, a pesar que a veces tenemos nuestras contradicciones tenemos nuestra fragmentaciones y todos pero en general es ese espacio que nos permite ser colectivamente mujeres libres con derechos e poderosas.

BLOCO I - Articulação internacional da CONAMURI

Mari: Poderia nos dizer sobre a articulação internacional da CONAMURI via REAF ou outros fóruns internacionais em que a CONAMURI se faz presente?

Nosotros no somos parte de la REAF, nosotros no somos integrantes permanente de ese de esa reunión de la agricultura familiar que es un espacio del Mercosur, en algunos eventos tanto en Paraguay como en la región, creo que fue en Uruguay, una vez que estuvimos no me recuerdo bien o en Bolivia, no se. En una de estas reuniones que se hicieron, inicialmente nosotros incluso impulsamos la posibilidad de ser parte del espacio que articula allí en la COPROFAM, pero después como nuestro espacio político más [...] más estratégico para nosotras la CLOC y la Vía campesina allí reflexionamos también, Bueno. Hay momentos en que, uno momento digamos, en que tuvimos los gobiernos progresistas en la región dijimos sí es importante estar en la REAF en particular, pero desde la CLOC y la Vía campesina vá participar y allí vamos a llevar nuestras propuestas, nuestras reivindicaciones de la agroecología, de la agricultura familiar y por más que ahora nosotros decimos la agricultura familiar fue una reivindicación histórica de nuestro sector, pero se las apropiaron también las empresas multinacionales, o los sojeros por ejemplo, porque en realidad son familias que que acaparan todo, entonces decimos nosotros ahora la agricultura campesina indígena la agricultura y a escala familiar, porque esa agricultura familiar de escala farmer no es la agricultura que nosotros reivindicamos, verdad.

Entonces participamos inicialmente en ese proceso de gobiernos progresistas para discutir y presentar nuestras propuestas, pero luego cuando en esta nueva Ola de neoliberalismo fatal, entonces nosotras dejamos de participar de el REAF, particularmente. Participamos otros foros, de otros espacios de *[inaudível]* por ejemplo en la Naciones Unidas, pero siempre vinculado a la CLOC y Vía campesina. Hemos estado desde CONAMURI en particular en un espacio de *[inaudível]* por ejemplo con mujeres y hombres también de Bolivia y otros países sobre algunos temas, sobre pueblos indígenas, reproducción en escala comunitaria etcétera.

Mari: Ótimo Perla! Agora você poderia compartilhar conosco algumas percepções sobre a importância da participação da organização no Mercosul: Quais seriam os questionamentos, se é viável a participação da CONAMURI enquanto coletivo de mulheres... *[pausa]*... se puder complementar algo sobre a atuação do governo atual (Mario Benitez) e seus impactos?

Bueno!! Este gobierno actual y gobierno anterior es de la misma corte, llevan la voz do agronegocio en los espacio internacionales sea a cuál sea el espacio internacional en el que el gobierno principal del agronegocio, no es la voz del campesinado, nin la voz de los pueblos del campo, lleva como información grande aporte de la agricultura familiar y habla de tantos millones de dólares en agricultura familiar, sin embargo en qué consiste ese apoyo para la agricultura familiar, la entrega de semillas para Huerta familiar de autoconsumo no para la renta, hablaba de 50 mil entregas, por ejemplo o habla de una [...] de separación de suelo y eso se acaba, pero esos son fondos de Itaipú, no son fondos genuinos generados del Estado, entonces para nosotros mientras tenemos ese tipo de gobierno nuestra incidencia es muy ...muy escasa en en ese tipo de espacios, verdad.

No obstante, nosotras abordamos [...] decimos que es importante estar en los espacios internacionales, decimos que es importante, porque para un gobierno tan dependiente como Paraguay nuestro país pues es un país de suma dependencia de lo que ocurre en la región y también de la voz del império a nível regional y tiene una dependencia extraordinaria de lo que ocurre en la Argentina o Brasil, tenemos una política pendular, sendo que lo que ocurre en Brasil directamente nos afecta aquí y lo que ocurre en Argentina nos afecta también. Entonces necesito decir que este tema de que nuestras voces sean escuchadas ya sea desde la informalidad, desde los medios de comunicación o desde los medios de las redes sociales o desde nuestras articulaciones es importante. Entonces creemos que en ese sentido seguimos pasando, porque para nuestro país decía que lo que deciden los bloques regionales afecta a la decisión política que al final va a tomar nuestro país, verdad. Si Brasil dice eso, entonces eso

va a impactar de alguna manera en el gobierno. [...] cuándo hacemos denuncias internacionales nuestro gobierno sería molesto porque dice que es una intervención en la política propia y pero sin embargo en cuestiones económicas se deja someter.

Mari: Perla, todas as suas explicações anteriores contemplaram de algum modo questões sobre articulação Internacional tanto com a REAF quanto como outras organizações, acredito que podemos passar para o segundo bloco de questões em que a Ligia ficou a cargo de realizar os questionamentos:

Mari: Ligia acabou de cair...

Ligia: Retornei, podemos continuar...

BLOCO II - Feminismos

Ligia: Na verdade antes de entrar no feminismo, eu gostaria de retomar a sua fala sobre os governos atuais, e tal [...] para mencionar algumas coisas que você falou de como o Brasil afeta muito o Paraguai, o que acontece aqui, por exemplo o golpe que houve aqui no Brasil desde de 2016 (Dilma), e depois a ascensão de um modo geral na América latina de governos de direita mencionados anteriormente que não só este atual, mas o anterior não eram a favor do campones, do campesinato, e sim do agronegócio. Nesse sentido, eu gostaria de saber com a ascensão do Bolsonaro, no Brasil, e essa realidade que a gente tem vivido tão intrínseca entre os dois países, somos vizinhos, inclusive teve até a questão do acordo velado entre o Brasil e Paraguai sobre questões da Itaipu, que reverberou em um possível impeachment. [...] Nisso nós temos um governo contra o campesinato, a favor de quebrar todas as estruturas democráticas favoráveis amplamente ao agronegócio, destruindo o país e deixando nossa população em situação de fome e miséria. Então, gostaria que você falasse um pouco se há alguma relação entre o Bolsonaro e o Mario Benitez, se vocês sentem esse impacto do nosso governo diretamente em seu país e como isso tem afetado a CONAMURI com um todo, ou os movimentos campones como um todo.

Perla: Así como hay muchos memes circulando por las redes que vinculan directamente al presidente Mario Abdo con... con bolsonaro chistes y los memes hablan de verdad es que no se dicen oficialmente muchas veces, verdad. Hay como una sumisión de parte de nuestro gobierno

del Estado, del gobierno en particular más que una manera también el estado con relación a las políticas que se definen Brasil con relación a Paraguay. Itaipú es un tema claro evidentemente esa firma de un trato de una carta secreta entre el gobierno de Brasil y Paraguay es una muestra de efectiva de que hay una dependencia de nuestro gobierno con relación al gobierno de Brasil, el tema de esa política [...] este fundamentalista en términos de derechos para con relación a las mujeres y a las comunidades al campesinado, eso es un reflejo también de lo que aquí el el gobierno expresa, dicen: bueno! Le queremos mucho a los campesinos etcétera, pero en la práctica acá y desalojo, en la práctica aquí hay persecución a las luchas, en la práctica las comunidad indígena en solo dos meses más de 60 comunidades tuvieron amenaza desalojo y varias fueron desalojadas las políticas de género, las políticas que favorece los derechos de las mujeres han sido totalmente restringido, en los textos últimamente no se permite hablar de la palabra género están quitando todo lo que sea género desde los documentos oficiales. Incluso en un momento dado el gobierno anterior, ahora no sé cómo está exactamente que se hablaba, [...] ya no se hablaba de derechos Humanos se habla de derechos de las personas porque para poder quitar la carga política que tienen los Derechos Humanos entonces hay una degradación, digamos en términos de derecho, para el ejercicio de la democracia en nuestro país, e por otro lado ahora acaba el gobierno Paraguay acaba de promulgar una ley de criminalización de la lucha por la tierra y nosotros estamos en ese tema de la lucha por la tierra, entonces pasa a ser [...] se modifica la ley penal de que la invasión de tierra, dice para nosotros son ocupaciones o recuperación de tierra, tendría la pena cárcel de 5 años no máximo, y ahora pasa a ser 10 años. Incluso por la sospecha que tuvieras a tener la intención de ocupar, te pueden encarcelar por 10 años y esto creemos que un reflejo de la política de la región también de odio hacia el campesinado y odio hacia el ejercicio del derecho de las mujeres, también verdad. Por ejemplo hace 2 o 3 años que nos dice en un 8 de marzo el gobierno, saca una [...] no no no se aprueba la ley de paridad y rechaza la ley de paridad, pero ese día nombra a una fiscal, sea este es un premio por ser mujer y la fiscal es una mujer ante campesinita, una mujer que criminaliza todas las luchas del Campesino históricamente. Entonces se ve de qué es reivindicación de derechos de la mujer qué estamos hablando, así verdad, del parte del gobierno entonces que no tiene noción de lo que significa derechos humanos de las mujeres y derechos colectivos del en el campo para de los de los pueblos indígenas de los pueblos campesinos.

Entonces en ese sentido, yo creo que en la actitud de bolsonaro se ve también reflejada aquí, solo que nuestro gobierno es mucho más [...] no sabe hablar no no tiene esa verborragia que tiene el presidente de ahí bolsonaro, pero de cualquier manera su actuación digamos refleja

eso también verdad, entonces en eso.

Mari: Perla, eu vou verificar se a Lígia está na sala: Lígia está online?

[pausa]

Ligia: Eu cáí, mas já consegui conexão... estou caindo a todo momento... muito obrigada pela resposta, acho que a gente conseguiu ver a implicação entre os dois governos, aqui é o tempo todo tentando criminalizar as lutas campesinas, aconteceu o mesmo em relação a retirada da palavra de gênero de todos os documentos oficiais por conta dessa política de degradação de direitos que você nos trouxe dá para que esse reflexo de um país para outro. Então nessa noção de "ódio pelas mulheres" que é possível perceber no Brasil, acho que é um ponto central também para a CONAMURI de combater essas políticas degradativas, ao longo de suas falas e também quando nós pesquisamos a CONAMURI, percebemos que é um movimento que não é estático e nem homogêneo, e é claro que vocês passaram por uma série de mudanças, exemplo: antes não se reconhecem como feministas, é claro que há quem individualmente não se reconheça como algo coletivo, nesse sentido eu gostaria de saber quais as principais reivindicações hoje das mulheres campesinas de Mulheres da CONAMURI, enquanto paraguaia e indígena no movimento como um todo, o que nesses 22 anos de organização o que é que mudou na organização no quesito de lutas e conquistas e se hoje em dia essa luta se complicou por conta dos governos atuais?

Perla: Yo creo que un logro importante qué podemos resaltar de CONAMURI es el hecho de qué mujeres campesinas indígenas, mujeres del campo hemos tenido voz propia en el escenario político en el escenario esté nacional y también internacional, y eso no se puede negar [...] el y asumir el feminismo como herramienta de lucha en el campo temas muy significativo porque el feminismo estuvo muy vinculado a las luchas urbanas de mujeres urbanas, entonces esto pasó a ser ahora una cuestión qué hablamos de un feminismo que busca el tema de la participación política de las mujeres desde su cotidianidad, no necesariamente en el campo electoral, no necesariamente en el escenario institucional, pero apoyamos, aunque esa no es nuestra reivindicación principal, el reconocimiento de nosotras como sujetos políticos colectivos en el campo que a partir de nuestra realidad territorial a partir de nuestra relación con el territorio a partir de nuestra realidad de relación comunitaria, somos sujetos con derechos y a partir de ahí tenemos nuestras particularidades, por eso noso feminismo tiene identidad, indigena popular y campesina, por eso decimos que nosotros tenemos un feminismo revolucionario, porque rompe

los estereotipos incluso los feminismos más institucionalizados, verdad.

Entonces creemos que esos son... son logros importantes y el reconocimiento de una organización feminista pero que se vincula con movimientos feministas urbanos y periurbanos que articula con movimientos de mujeres de la ciudad con mujeres trabajadoras domésticas con mujeres de la academia con mujeres periodistas con mujeres indígenas de otros pueblos entonces creemos que en ese sentido Son son logros y desafíos a su vez porque asumir esta herramienta en un contexto de fundamentalismo tan terribles y cuando nuestras compañeras en su gran mayoría somos somos todos, verdad con una práctica de religiosidad popular en que as veces nos metem en esas contradicciones, verdad! No negamos la fé religiosa, pero si hacemos también a la iglesia institucionalizada que oprime por sobre todo a las mujeres y nos quiere tener dentro de un frasco del mundo privado. Pero nosotras hemos salido al mundo público y ahí damos esa pelea en el mundo privado, pero también en ese escenario público.

Creo que ese nuestro mayor desafío es mantenernos en escenario político público junto con nuestros compañeros en la reivindicación por nuestros territorios que ese territorio que entendemos el territorio comunitario, donde nosotras no realizamos pero también nuestro cuerpo territorio, en sentido de que podamos tomar decisiones políticas sobre nosotras. Esto creo que es nuestro mayor desafío neste momento y él por eso nosotros reivindicamos fuertemente nuestra relación con la agroecología, por eso le indicamos nuestra fuerte relación con la semilla nuestra fuerte relación con la soberanía alimentaria y para ello necesitamos reforma agraria donde nosotros podamos también hacer el ejercicio sobre el control de nuestro territorio, poseer la tierra para poder ejercer control comunitario territorial sobre el entorno en el que estamos viviendo y en el que somos ver así en ese territorio dejamos de ser lo que somos y queremos seguir siendo asumimos esa identidad y asumimos desde desde desde dónde estamos ahora entonces eso creo que es como nuestra mayor reivindicación en este momento.

Ligia: Perfeito!! Perla, ainda sobre esse assunto, eu acho que quando se fala em feminismo qualquer parte dele, institucionalizado ou não, movimento ou não, urbano ou campesino ou indígenas. O que percebemos é como esse embate essa questão de que o movimento de mulheres não é tão importante, parece que estamos “seccionando” e trazendo desvios ao assunto, porque o tema principal é este e não precisaria lutar pelas mulheres, lutar pelos nossos direitos com um todo. Enfim, e acho que você já colocou na sua fala inicial do que vocês estão presentes para fortalecer as lutas e resistências e não para desestabilizar e minha pergunta vai nessa linha, se você pode reforçar para nós qual é a importância de um movimento formado por

mulheres, para mulheres, um movimento mas que acima tudo busca um espaço micro mas macro: por exemplo, vocês lutam por reforma agrária, agroecologia o que não significa que luta de vocês seja excludente, muito pelo contrário, não é excludente. Nesse sentido, qual a importância desse movimento, dessa união de mulheres para as lutas de resistência no campo?

Perla: Yo creo que es fundamental, hoy nuestros compañeros y compañeras también de otros movimientos de otras organizaciones de otros sectores y se pareciera que hoy no se puede entender nuestra lucha global integral sin la participación de CONAMURI [...] CONAMURI qué es un sujeto político importante en las luchas populares en nuestro país. Entonces queremos que eso hace que seamos un sujeto importante, que nos reconozcan de esa manera a nosotras nos da un desafío importante de seguir aportando a la construcción, de seguir apostando al fortalecimiento interno pero sin descuidar también nuestras relaciones de articulación, creemos que el hecho de encontrarnos como mujeres como decía nos permite ejercer poder juntas e individualmente nos no somos poderosas somos débiles, incluso organizaciones muy pequeño es muy pequeño pero pero el hecho de que sea una organización liderada por mujeres, promovidas por mujeres en motorizada por mujeres, hace que sea diferente a otras organizaciones que también son lideradas por mujeres, pero que tienen en su interior también compañero nosotros trabajamos con nuestros compañeros en las comunidades en la producción campesina no hay trabajo esto solo de mujeres, o solo de hombres. es trabajo conjunto, en las comunidades trabajamos juntos, pero el liderazgo de esta organización está hecha por mujer, entonces creemos que ahí radica esa importancia de ejercer poder juntas y un tipo de poder que no es avasallante que no es este que no busca pisar a los demás para poder estar en el escenario, si no que ir subiendo escalón por escalón hacia ese proceso de transformación que buscamos, esa transformación en nuestras relaciones de poder interno como clase trabajadora pero también en relación al poder que oprime y cómo ir haciendo esa esa correlación de fuerzas juntándose con nuestros compañeros y compañeras de todos los otros sectores entendemos perfectamente que nosotras no vamos a hacer la revolución sola, verdad , necesitamos estar con los demás compañeros y las demás organizaciones. Entonces en ese sentido nuestra apuesta es fortalecernos internamente y articularnos. Más allá de nuestras contradicciones de nuestra... nuestra diferencia que podemos tener, incluso la fragmentación es que hemos tenido buscamos Alianza incluso por sobre esas diferencia en este momento coyuntural por sobre todo fuertemente la voz de las necesidades la reforma agraria en nuestro país creo que más que nunca estamos apostando a esa unidad, ir más lento pero ir juntos y juntas.

Ligia: Interessante, Perla! Adorei a perspectiva de ir lento, mas ir juntas. Ainda sobre essa linha do coletivo, você mencionou que faz parte da Via campesina e da CLOC inclusive tenho uma reunião com a CLOC daqui a pouco). Ontem nós tivemos a entrevista com a Sandra da MMC aqui do Brasil. Quanto a isso, gostaríamos de saber se há uma participação em conjunto ou com outras organizações regionais ou de outros países além [...] caso haja, poderia nos dizer qual seria a importância de ter uma luta internacionalizada?

Perla: Si, nosotros tenemos relaciones con nuestras compañeras de otras organizaciones de mujeres en la región y en mundo también, verdad. Aquí a nivel regional Sudamérica estamos formamos parte de la articulación de mujeres que articulamos la CLOC junto con la MMC, CONAMURI y ahora no recuerdo Cuál era la otra organización, creo que era Ecuador ,están en la coordinación de la articulación de mujeres campesinas de la CLOC en mi compañera María Inés está en esa coordinación formamos parte de la coordinación política de la CLOC campesina Sudamérica aquí en Paraguay También estamos en la coordinación política, nuestra compañera Rosa está en la coordinación del de la articulación de la Juventud y formamos parte del colectivo de Derechos Humanos formamos parte del colectivo de agroecología con una activa participación de estos colectivos en las que están activamente y “cotidianamente” a nivel regional y desde allí yo estoy en la en la representación de la CLOC en la alianza por la soberanía alimentaria y desde esa alianza formamos parte del cip [?] y este también del mecanismo la sociedad civil en Naciones Unidas en el consejo alimentaria y bueno, estamos en [...] muchos... muchos espacios, la MARCHA de las mujeres é nuestra aliada son a veces un parte a veces somos aliadas a veces de acuerdo al momento de la circunstancia estamos de alguna manera en cierta articulación con mujeres de abya Yala, con compañeros en Rebeldía de Argentina estamos ahora en un momento de buscar un espacio de mujeres indígenas de abya Yala también con las compañeras de Fermín Karina Perú, hacemos un esfuerzo conjunto con ANAMURI sobre agroecología para mujeres desde la escuela de Sembradora de Esperanza. Bueno!! tenemos mucho espacio en donde participamos como contribuyente, pero también como un espacio de articulación con varias universidades...nosotras formamos parte de la CPP de liarla guaraní algunas compañeras son estudiantes que están ingresando estamos en ese proceso de la lucha por la formalización en todo el quehacer regional internacional y ahí estamos.

Ligia: Eu não tenho nenhuma pergunta e só tenho a agradecer toda a sua disponibilidade desde o *WhatsApp* até agora, por estar conosco e contribuindo com as nossas pesquisas, eu aprendi

muito e independente das perguntas que foram feitas, suas falas foram sempre além. Estou feliz e grata pelo contato e espero fazer um bom trabalho para honrar a grandiosidade da CONAMURI e MMC que fazem parte deste estudo.